

COOPERAÇÃO  
PORTUGUESA

**IPAD** Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento

# A COOPERAÇÃO PORTUGUESA

2005-2010

IPAD  
Junho 2011



**IPAD**  
Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento

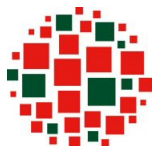


## Índice

Sumário executivo .....	4
1. O contexto internacional: mais e melhor ajuda.....	1
2. A Cooperação Portuguesa: o quadro estratégico.....	3
2.1 Prioridades: a Visão Estratégica 2005.....	3
2.2 Configuração institucional: um modelo descentralizado coordenado pelo IPAD.....	5
3. A Cooperação Portuguesa em 2005-2010 - uma visão global .....	7
3.1 Vantagens comparativas: uma língua comum e sistemas legais similares.....	7
3.2 Volume e distribuição da APD.....	8
3.2.1 APD bilateral.....	10
3.2.2 APD Multilateral.....	17
3.2.3 A Contribuição da APD Portuguesa para os ODM.....	19
3.3. Melhoria da qualidade da ajuda: eficácia e coerência das políticas.....	22
3.3.1 A implementação da agenda da eficácia da ajuda.....	22
3.3.2 Melhorar a coerência das políticas para o desenvolvimento (CPD).....	27
3.3.3 Segurança e Desenvolvimento: uma abordagem “whole of Government” .....	28
3.4 Cooperação e Sociedade Civil .....	30
3.5 Educação para o Desenvolvimento.....	33
4. A cooperação por sectores .....	36
4.1 Apoio à Educação .....	36
4.1.1 Modalidades de ajuda no apoio à Educação.....	36
4.1.2 APD para Educação.....	37
4.1.3 Estratégia de apoio à Educação .....	43
4.2 Luta contra a pobreza e a exclusão social .....	44
4.2.1 APD e modalidades de ajuda .....	45
4.2.2 Apoio ao desenvolvimento sociocomunitário .....	47
4.3 Cooperação no sector da Governação.....	51
4.3.1 APD para Governação .....	51
4.3.2. A cooperação técnica no sector da Segurança.....	53
4.3.3 O desenvolvimento de capacidades em Finanças Públicas – PICATFin.....	56
5. Cooperação bilateral com os países parceiros.....	60
5.1 Angola.....	62
5.1.1 Principais indicadores e políticas nacionais .....	62
5.1.2 A ajuda internacional a Angola .....	63
5.1.3 O Programa Indicativo de Cooperação – PIC 2007-2010.....	64
5.1.4 APD a Angola.....	66



5.1.5 Projectos emblemáticos .....	68
5.2 Cabo Verde.....	71
5.2.1 Principais indicadores e políticas nacionais .....	71
5.2.2 A ajuda internacional a Cabo Verde .....	72
5.2.3 O Programa Indicativo de Cooperação - PIC 2008-2011 .....	74
5.2.4 APD a Cabo Verde.....	76
5.2.5 Cooperação na área das migrações.....	77
5.2.6 Projectos emblemáticos .....	78
5.3 Guiné-Bissau .....	83
5.3.1 Principais indicadores e políticas nacionais .....	83
5.3.2 A ajuda internacional à Guiné-Bissau.....	85
5.3.3 O Programa Indicativo de Cooperação - PIC 2008-2010 .....	86
5.3.4 APD à Guiné-Bissau .....	88
5.3.5 Projectos emblemáticos .....	90
5.4 Moçambique .....	94
5.4.1 Principais indicadores e políticas nacionais .....	94
5.4.2 A ajuda internacional a Moçambique - o papel do apoio orçamental.....	95
5.4.3 O Programa Indicativo de Cooperação – PIC 2007-2009/2010 .....	97
5.4.4. APD a Moçambique .....	100
5.4.5 Projectos emblemáticos .....	101
5.5 São Tomé e Príncipe .....	106
5.5.1 Principais indicadores e políticas nacionais .....	106
5.5.2 A ajuda internacional a S. Tomé e Príncipe .....	107
5.5.3 O Programa Indicativo de Cooperação – PIC 2008-2011.....	108
5.5.4 APD a S. Tomé e Príncipe .....	110
5.5.5 Projectos emblemáticos .....	112
5.6 Timor-Leste.....	116
5.6.1 Principais indicadores e políticas nacionais .....	116
5.6.2 A ajuda internacional a Timor-Leste .....	118
5.6.3 O Programa Indicativo de Cooperação, PIC 2007-2010.....	119
5.6.4 APD a Timor-Leste.....	121
5.6.5 Projectos emblemáticos .....	122
6. A Programação nos próximos anos .....	126
6.1 Novos desafios .....	126
6.2 Os novos PIC.....	127



## Sumário executivo

Nos últimos cinco anos, a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento evoluiu no contexto de uma agenda internacional que visou melhorar tanto a quantidade como a qualidade da ajuda. Juntamente com os **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)**, adoptados pela Assembleia Geral da ONU em 2000, houve compromissos de financiamento para o Desenvolvimento (Monterrey, 2002, e Doha, 2008), de melhoria da Eficácia da Ajuda (Declaração de Paris de 2005 e Agenda para Acção de Acra de 2008), bem como de apoio à adaptação e mitigação das alterações climáticas (Copenhaga, 2009).

A nível nacional, a Cooperação Portuguesa foi orientada pelo documento de política **Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento**, aprovado pelo Governo em 2005 e que define as prioridades para a ajuda de Portugal.

A ajuda **bilateral** representa quase 60% do total da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Esse apoio é atribuído tendo em conta as vantagens comparativas de Portugal, largamente ditadas por laços históricos que resultam i.e. em estreitas relações socioeconómicas e na utilização, pelos parceiros, do Português como língua oficial e de sistemas legais semelhantes ao que prevalece em Portugal.

Geograficamente, a APD bilateral concentra-se em cinco **Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP** (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe) e **Timor-Leste**. Esses países representam quase dois terços da APD bilateral - Cabo Verde, Timor-Leste e Moçambique com partes superiores a 10% cada, Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé com cerca de 5%. Cinco desses países são Países Menos Avançados (PMA), quatro são considerados Estados Frágeis e quatro são Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) – categorias de países que enfrentam desafios particulares e recebem uma atenção especial a nível internacional.

As prioridades sectoriais para a APD Portuguesa são baseadas na posição particular de Portugal em relação à língua e sistemas legais dos parceiros, o que leva a intervenções concentradas nos seguintes sectores: a) Educação, como parte do apoio ao desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza; b) Governação, democracia e participação.

**Educação e Governação** representam, cada, cerca de um quarto da ajuda bilateral de Portugal. A ajuda à Educação é fornecida através de projectos de cooperação



(largamente orientados para a “formação de professores”) e um programa de bolsas dirigido fundamentalmente à educação universitária. O apoio à **Governança** inclui o desenvolvimento de capacidades na Administração Pública (por exemplo, Finanças Públicas e Justiça) e no sector da Segurança (cooperação técnico-policial e técnico-militar). Esta última é guiada pela Estratégia Nacional sobre a Segurança e o Desenvolvimento, que foi aprovada em 2009 e visa uma melhor coordenação da acção externa nestes domínios.

Portugal atribui grande importância à apropriação e liderança dos parceiros relativamente aos processos de desenvolvimento. Em situações de fragilidade, todavia, a capacidade dos países para levar a cabo tais processos e a capacidade do Estado para desempenhar as suas funções básicas são muito limitadas. Nestes casos, o **desenvolvimento de capacidades** é crucial. A **cooperação técnica**, que inclui a assistência técnica, a formação e as bolsas de estudo, é a modalidade de ajuda mais utilizada por Portugal no apoio ao desenvolvimento de capacidades. A cooperação técnica representa mais de 80% da ajuda no sector da Educação e dois terços da ajuda à Governança.

A ajuda **multilateral**, que representa mais de 40% da APD, é enquadrada pela **Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral**, aprovada em 2009. A APD é prioritariamente atribuída a entidades que desempenham um papel importante na ajuda aos países menos avançados e a Estados Frágeis, em particular a Comissão Europeia (CE), o Banco Mundial, os Bancos Regionais de Desenvolvimento e agências da ONU. Além disso, através de programas e projectos multilaterais, Portugal é capaz de estar presente em países e sectores em que não tem uma presença significativa a nível bilateral.

A ajuda ao desenvolvimento requer um compromisso a longo prazo que necessita de apoio e empenho por parte dos cidadãos. Com vista a sistematizar as intervenções que visam a sensibilização da sociedade civil para as questões do desenvolvimento, Portugal adoptou em 2009 uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Diferentes programas, muitos deles direccionados para a juventude (INOV-Mundus, Vencer os Medos), foram lançados nos últimos anos.

Do ponto de vista institucional, a Cooperação Portuguesa segue um modelo descentralizado, onde o **Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)** desempenha um papel central na coordenação, orientação e recolha de dados. Os principais agentes de desenvolvimento incluem organismos da Administração Central



**IPAD**  
Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento

(incluindo os Ministérios sectoriais), Administrações locais, ONG, Fundações, Universidades e instituições científicas. A **Comissão Inter-Ministerial (CIC)** assegura a coordenação interministerial e o **Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento**, alargado à sociedade civil, é uma instância consultiva e para troca de pontos de vista.



## 1. O contexto internacional: mais e melhor ajuda

A agenda internacional na área da cooperação para o desenvolvimento tem sido marcada por uma série de eventos que conduziram a compromissos importantes sobre a "quantidade" e a "qualidade" da ajuda, em especial por parte dos doadores.

Durante a última década, as políticas têm sido amplamente voltadas para os **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)**, adoptados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) em Setembro de 2000<sup>1</sup>. Dez anos depois, em Setembro de 2010, a AGNU fez um balanço da situação e reafirmou a sua promessa de alcançar os ODM em 2015.

A questão do **financiamento para o desenvolvimento** foi abordada em Março de 2002, em Monterrey, México. Sublinhando embora a importância para o desenvolvimento dos recursos domésticos, do investimento estrangeiro e do comércio internacional, os países desenvolvidos reafirmaram o seu compromisso de alcançar a meta de uma APD ao nível de 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB)<sup>2</sup> e de 0,15 a 0,20% do RNB para os PMA<sup>3</sup>. A União Europeia (UE) acordou ainda em atingir, colectivamente, a meta de 0,56% em 2010 e em canalizar pelo menos 50% do aumento da ajuda para a África<sup>4</sup>. Estes compromissos foram reafirmados em Doha em 2008.

Sobre a qualidade da ajuda, a comunidade internacional comprometeu-se a melhorar a **eficácia da ajuda** através da adopção, em 2005, da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda<sup>5</sup>, que foi reforçada, em 2008, pela Agenda para a Acção de Acra (AAA). O IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda está previsto para Busan, República da Coreia, em 2011.

A **Declaração de Paris** estabeleceu um conjunto de cinco "compromissos de parceria": apropriação, alinhamento, harmonização, gestão por resultados e prestação de contas mútua. Em Maio de 2007, a União Europeia (UE) aprovou um *Código de Conduta sobre a Complementaridade e a Divisão das Trabalho na Política de Desenvolvimento*. O Código visa racionalizar a ajuda concentrando-a num número limitado de países e sectores,

---

<sup>1</sup> Oito objectivos quantificados, que se desdobram em metas para serem atingidas em 2015. Os oito objectivos são: 1. Erradicar a pobreza extrema e a fome. 2. Atingir o ensino primário universal. 3. Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres. 4. Reduzir a mortalidade infantil. 5. Melhorar a saúde materna. 6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças. 7. Garantir a sustentabilidade ambiental. 8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento.

<sup>2</sup> Esta meta foi inicialmente estabelecida numa Resolução da ONU de 1970.

<sup>3</sup> Conferência da ONU para os PMA, Bruxelas 2001.

<sup>4</sup> Conclusões do Conselho da UE de Maio de 2005.

<sup>5</sup> A reunião de Paris de 2005 foi precedida do Primeiro Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, que teve lugar em Roma em 2003.





assegurando o financiamento dos “países órfãos” de ajuda e estabelecendo com doadores acordos de liderança e de cooperação delegada<sup>6</sup>. A **AAA** veio adicionar à Declaração de Paris uma série de acções, em especial sobre: a previsibilidade da ajuda, o uso de sistemas do país, alteração da condicionalidade<sup>7</sup> e desligamento da ajuda<sup>8</sup>.

Tanto a Declaração de Paris e como a AAA prevêm ajustes relativamente a **Estados frágeis e situações de fragilidade**, incluindo as seguintes acções dos doadores: a) avaliações conjuntas; b) acordo sobre objectivos realistas para atacar as causas profundas do conflito e da fragilidade; c) apoio à capacitação do Estado em função das solicitações; d) financiamento flexível, rápido e de longo prazo; e) acompanhamento da implementação dos Princípios da OCDE<sup>9</sup> a nível de país e numa base voluntária.

Ainda com relação à qualidade da ajuda, a comunidade internacional tem vindo a mostrar uma preocupação crescente com a **coerência das políticas para o desenvolvimento (CPD)**. A coerência das políticas deve assegurar que políticas adoptadas em áreas diferentes do desenvolvimento (por exemplo, comércio, agricultura, meio ambiente) não prejudicam – e, se possível, contribuem para – os objectivos do desenvolvimento.

A luta contra as **alterações climáticas** tornou-se ultimamente um importante desafio a nível internacional. Em Dezembro de 2009, na Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas, em Copenhaga, foi decidido facultar aos países em desenvolvimento "recursos novos e adicionais" ao nível de 30 mil milhões de dólares para o período 2010-2012, com distribuição equilibrada entre apoio à adaptação e à mitigação. Os países desenvolvidos comprometeram-se ainda "com o objectivo de mobilizar, conjuntamente, 100 mil milhões de dólares por ano até 2020 para atender às necessidades dos países em desenvolvimento".

---

<sup>6</sup> Subsequentemente, o Conselho da UE adoptou Conclusões (Maio e Novembro de 2009) com vista à operacionalização e aceleração da implementação do Código.

<sup>7</sup> Os doadores passarão de condições relativas à utilização dos fundos para condições relativas aos objectivos do país em desenvolvimento.

<sup>8</sup> Em 2001 a OCDE/CAD adoptou uma Recomendação sobre o Desligamento da Ajuda aos PMA, que foi alterada em 2006 e 2008, i.e. através da sua extensão à APD aos não PMA beneficiários da Iniciativa para os Países Altamente Endividados (HIPC).

<sup>9</sup> *Principles for Good International Engagement in Fragile States and Situations*, OECD/DAC, 2007.



## 2. A Cooperação Portuguesa: o quadro estratégico

### 2.1 Prioridades: a Visão Estratégica 2005

Embora Portugal tenha tido um diálogo e uma cooperação contínuas com as suas ex-colónias desde a independência destas, a cooperação para o desenvolvimento assumiu uma forma renovada com a adopção, em 2005, do documento **Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento**, aqui referido como a "Visão Estratégica 2005"<sup>10</sup>. Este documento coloca a Cooperação Portuguesa no contexto internacional e define os seus princípios, prioridades e instrumentos. Como mais de cinco anos já passaram desde a sua adopção, está actualmente em preparação uma versão revista da Estratégia, que também lida com os novos desafios.

De acordo com a Visão Estratégica 2005, o objectivo principal da Cooperação Portuguesa é "*contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, muito em particular nos países lusófonos, caracterizado pelo desenvolvimento económico e social, e pela consolidação e o aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito*". Os seus princípios orientadores são: i) Empenhamento na prossecução dos ODM; ii) Reforço da segurança humana, em particular em Estados frágeis e em situações de pós-conflito; iii) Apoio à lusofonia como instrumento da formação e capacitação; iv) Apoio ao desenvolvimento sustentável; v) Participação nos principais esforços internacionais para melhorar a quantidade e a qualidade da ajuda.

O documento define ainda as prioridades geográficas e sectoriais para a **ajuda bilateral** à luz das vantagens comparativas de Portugal, as quais são em grande medida ditadas por laços históricos que levaram à utilização pelos parceiros do Português como língua oficial e ao uso de sistemas legais semelhantes ao Português.

**Geograficamente**, a APD bilateral concentra-se em cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste. Cinco destes são PMA, quatro são considerados Estados Frágeis, e quatro são Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) – categorias que apresentam vulnerabilidades específicas e recebem uma atenção particular a nível internacional. A maior parte da APD Portuguesa é destinada a África, uma região em que os ODM estão longe de terem sido atingidos.

As **prioridades sectoriais** são guiadas pelo compromisso com os ODM e baseadas nas vantagens comparativas de Portugal acima mencionadas. Os principais sectores são:

---

<sup>10</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005.



- a) *O Desenvolvimento Sustentável e a Luta contra a Pobreza*, nomeadamente através do apoio à Educação;
- b) *A Boa Governação, a Democracia e a Participação*, especialmente através do apoio à Administração Pública e ao sector de Segurança.

A maior parte da ajuda bilateral de Portugal é direccionada para o desenvolvimento de capacidades e canalizada através de **cooperação técnica** (assistência técnica, formação e bolsas). Outras modalidades incluem projectos de investimento, ajuda a programas e/ou produtos, apoio orçamental e "clusters". Esta última modalidade permite a concentração geográfica de várias intervenções com objectivos comuns.

Relativamente à **dívida**, a política portuguesa tem consistido na realização de operações de reestruturação no âmbito do Clube de Paris ou bilateralmente, com condições dependentes dos níveis de rendimento e de dívida dos países devedores. Além de reescalonamento da dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), Portugal tem também considerado a redução da dívida para além dos mínimos estabelecidos pelo Clube de Paris (perdão da dívida e concessão de fundos para o pagamento da dívida multilateral).

A **cooperação multilateral** representa mais que 40% da APD total e é guiada pela **Estratégia Portuguesa de Cooperação Multilateral** aprovada em 2009. A prioridade é dada a entidades que desempenham um papel importante na redução da pobreza, especialmente nos PMA e nos Estados Frágeis. Além disso, ao contribuir para programas e projectos multilaterais, Portugal está presente em muitos países e sectores de cooperação em que não tem programas bilaterais significativos.

O envolvimento de Portugal na agenda da **Eficácia da Ajuda** materializou-se nos Planos de Acção de 2006 e 2009. Passos importantes foram também dados para melhorar a **Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (PCD)**: uma Resolução do Conselho de Ministros de Novembro de 2010 estabeleceu mecanismos de coordenação e de acompanhamento destinados a garantir a coerência das políticas nacionais com os objectivos de desenvolvimento. Abordagens "whole of government" são também prosseguidas em áreas como as Migrações e a Segurança.

Uma recente avaliação da Visão Estratégica 2005 indica que a Cooperação Portuguesa tem contribuído para a realização dos ODM, nomeadamente utilizando novos instrumentos, incentivando abordagens bi-multilaterais, reforçando a coordenação inter-

ministerial, desenvolvendo uma ajuda melhor programada e mais eficaz e envolvendo uma ampla gama de actores.

## **2.2 Configuração institucional: um modelo descentralizado coordenado pelo IPAD**

A Cooperação Portuguesa segue um modelo descentralizado, com o **Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)** a desempenhar um papel central: além de gerir o seu próprio orçamento de co-operação, o IPAD tem uma função de orientação, coordenação e recolha de dados relativamente às actividades de cooperação para o desenvolvimento. O IPAD foi criado em Janeiro de 2003<sup>11</sup> como uma entidade com autonomia administrativa, actuando sob a supervisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O IPAD veio substituir e unificar o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) e a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD).

Os principais actores da cooperação para o desenvolvimento incluem organismos da Administração Central (Ministérios, outros organismos públicos) e da Administração Local (Conselhos Municipais, Câmaras Municipais), Organizações da Sociedade Civil (ONGD<sup>12</sup>, Fundações), Universidades e Instituições Científicas.

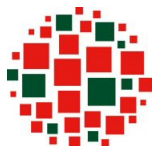
A **Administração Central** é responsável pela parte mais significativa da APD portuguesa. O Ministério das Finanças representa cerca de 50% da APD da Administração Central, sobretudo devido ao pagamento de contribuições para organismos multilaterais e a operações relacionados com a dívida. O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) é responsável por cerca de 20%, dos quais três quartos correspondem ao IPAD. Além de seus próprios projectos, o IPAD co-financia a maioria dos grandes projectos realizados por outros Ministérios. O Ministério da Ciência e Tecnologia, através de projectos de cooperação universitária e do acolhimento de estudantes estrangeiros, vem em terceiro lugar com cerca de 9%. Juntos, os Ministérios da Defesa e da Administração Interna, responsáveis por projectos na área da segurança, representam uma parcela similar. O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, com projectos directamente voltados para a erradicação da pobreza, é responsável por 3-4%.

Um certo número de **Municípios** realiza actividades de cooperação, essencialmente decorrentes de acordos de geminação, nas áreas do desenvolvimento das capacidades

---

<sup>11</sup> Decreto-Lei n.º 5/2003.

<sup>12</sup> Organizações não Governamentais de Desenvolvimento.



institucionais (por exemplo, a organização da Administração Local), da educação, da renovação urbana e de infra-estruturas, do saneamento básico e da cultura.

A **sociedade civil**, e em particular as **ONGD**, tem um papel importante na Cooperação Portuguesa, devido ao número crescente de projectos implementados por estas organizações e co-financiados pelo IPAD. A participação das ONGD na formulação de projectos, em parceria com organizações dos países parceiros, representa um passo importante para envolver a sociedade civil na Cooperação Portuguesa.

Finalmente, as **Universidades e instituições científicas** promovem a cooperação no domínio do ensino superior e investigação, através de acordos de cooperação e protocolos com os seus pares nos países parceiros.

Para além do IPAD, a **Comissão Inter-Ministerial (CIC)**, com representantes dos Ministérios sectoriais, também desempenha um papel de coordenação e consulta. A CIC é presidida pelo Presidente do IPAD. Os Ministérios sectoriais são geralmente aí representadas pelos respectivos Departamentos de Relações Internacionais, que são responsáveis por canalizar para os respectivos Ministérios as orientações da política de desenvolvimento e por coordenar as actividades de cooperação a nível do Ministério.

O **Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento**, presidido pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (SENEC), com o IPAD agindo na qualidade de Secretariado, é um órgão consultivo e um lugar para troca de opiniões e debate sobre questões de desenvolvimento. Os participantes incluem Municípios, ONGD, Universidades, Fundações e Associações de Responsabilidade Social.

Na sua função de coordenação, o IPAD tem três instrumentos essenciais:

- O **Programa Orçamental da Cooperação (PO5)**, que foi criado em 2004 e destinado à orçamentação das intervenções de cooperação dos vários Ministérios numa base plurianual. Esta orçamentação contribuiu para aumentar a previsibilidade da ajuda e melhorar a coordenação e a prestação de contas. A partir de 2010, o PO5 foi substituído pela "medida 03", onde cada Ministério inscreve os fundos destinados à cooperação com vista a uma consolidação da agenda da Cooperação para o Desenvolvimento.
- A recolha anual de informação para a **base de dados** da Cooperação Portuguesa relativamente a actividades realizadas pelos diferentes actores, públicos e privados. Isso permite o acompanhamento e a avaliação das actividades de cooperação.



- Os **Programas Indicativos de Cooperação (PIC)**, que são programas plurianuais resultantes de um processo de consulta entre Portugal e cada parceiro e co-assinados por ambos os Governos. Os prazos (3-4 anos), as prioridades e as metas destes Programas estão alinhados com as estratégias dos parceiros para a redução da pobreza e/ou estratégias de desenvolvimento semelhantes. Os PIC representam um quadro geral para a Cooperação Portuguesa com cada parceiro.

### **3. A Cooperação Portuguesa em 2005-2010 - uma visão global**

#### **3.1 Vantagens comparativas: uma língua comum e sistemas legais similares**

Sendo um pequeno doador, Portugal tem interesse em usar os seus recursos da forma mais eficaz. Para esse fim, concentra a sua ajuda nos países e sectores em que pode adicionar um valor e / ou fazer uma diferença relativamente a outros doadores<sup>13</sup>.

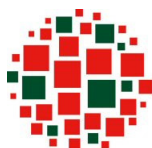
Qualquer avaliação das vantagens comparativas de Portugal reconhecerá que **a língua constitui um instrumento fundamental** para a cooperação com países de língua Portuguesa. Esses países possuem também **sistemas administrativos e legais** muito semelhantes aos existentes em Portugal. Os PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe), bem como Timor-Leste, podem ser vistos como os "parceiros naturais" de Portugal: além da língua, existem grandes comunidades Portuguesas que ali vivem e comunidades dos parceiros que vivem em Portugal, bem como estreitas relações com as comunidades locais e importantes laços económicos.

Acresce que, ao concentrar a ajuda nesses países, **Portugal está a apoiar países que pertencem a categorias vulneráveis** e a que foi dada prioridade a nível internacional: com a excepção recente de Cabo-Verde, esses países são PMA; quatro deles (S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Timor-Leste) são SIDS e três (Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste) estão em situações de pós-conflito e / ou de fragilidade. Portugal procura também dar resposta à questão dos "órfãos da ajuda", não só através das suas próprias intervenções, mas por incentivar outros doadores a participar nesse esforço. Tal foi o caso em Timor-Leste e, mais recentemente, na Guiné-Bissau<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Em 2009 foi efectuada uma auto-avaliação da implementação do Código de Conduta da UE (disponível em: [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/ADP/Div\\_Trab\\_AutoAval\\_VF.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/ADP/Div_Trab_AutoAval_VF.pdf)) que indica áreas em que Portugal tem uma vantagem comparativa em relação a outros doadores.

<sup>14</sup> Portugal participou, desde 2005, como facilitador para a Guiné-Bissau no exercício da OCDE/CAD destinado a identificar Princípios para um Bom Empenhamento em Estados Frágeis. Em 2007, Portugal acolheu a Conferência Internacional sobre o Tráfico de Drogas na Guiné-Bissau, promovida conjuntamente pelos Governos Português e Guineense. Portugal também apoiou o Governo de Cabo Verde no seu esforço para estabelecer uma parceria especial com a UE. Em 2008-2009, em parceria com a CE e com vista a definir um Plano de Acção para a resposta a situações de fragilidade, Portugal coordenou o exercício piloto



Em termos de sectores, devido à língua comum, a **Educação** aparece como um sector onde Portugal apresenta um claro valor acrescentado em relação a outros doadores. Além disso, devido à semelhança dos sistemas administrativos e legais, o desenvolvimento de capacidades institucionais em sectores da **Governança** é outra área em que Portugal apresenta uma clara vantagem comparativa. Na sequência de pedidos por parte dos parceiros, Portugal tem apoiado o fortalecimento das administrações públicas, dos sistemas fiscal e judicial e do sector da segurança.

Trata-se de sectores em que Portugal pode desempenhar um papel de liderança em relação aos "acordos de doadores" e à "cooperação delegada", tal como previsto no Código de Conduta da UE. Existem já vários projectos nas áreas da justiça, segurança, luta contra o branqueamento de dinheiro e governo electrónico em que a CE delegou, ou está a considerar fazê-lo, a cooperação em Portugal a pedido dos países parceiros.

### 3.2 Volume e distribuição da APD

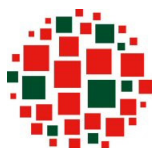
No período 2006-2010 o total dos fluxos oficiais e privados mostrou alguma volatilidade (Quadro 3.1), sobretudo devido a variações nos fluxos privados, que incluem o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e os créditos à exportação. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) também registou alterações consideráveis, em particular aumentos acentuados em 2008 e 2010 (dados provisórios) que reflectem operações de crédito específicas (com Marrocos em 2008 e com Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé em 2010). O total da APD em 2009 e 2010 foi ainda influenciado pelo pagamento da dívida por parte de Angola.

**Quadro 3.1. Cooperação Portuguesa – Fluxos públicos e privados (2006-2010)**

Anos	APD	Outros fluxos públicos	Fluxos privados	Fluxos através das ONG	TOTAL	Variação da APD (%)
2006	315,77	-16,16	228,19	2,85	530,65	4
2007	343,73	-173,03	1 445,50	1,18	1 617,38	9
2008	429,96	-	628,16	0,98	1 059,09	25
2009	368,16	-	-1 132,30	3,31	-760,83	-14
2010*	491,21	-	-349,64	3,48	145,04	33

Fonte: OCDE/CAD \* Dados provisórios.

na Guiné-Bissau. Em 2009, Portugal ocupou a co-presidência para o grupo não-G8 do Fórum de Parceria com África usando essa co-presidência para assegurar que as posições Africanas eram tomadas em consideração nos diferentes *fora* internacionais.



Segundo dados provisórios, a APD Portuguesa para 2010 atingiu 491 M€, uma subida de 35% em relação ao seu nível médio em 2006-2009. Aquele montante representa 0,29% do RNB – uma percentagem superior ao ratio APD/RNB para o período 2006-2009. Como já foi referido, o valor de 2010 reflecte operações de crédito específicas, não tendo a tendência subjacente mudado significativamente. Portugal continua assim longe de atingir a meta da UE de 0,51% do RNB para 2010.

**Quadro 3.2. APD bilateral e multilateral, 2006-2010 (M€ e %)**

<i>Anos</i>	<i>Total</i>	<i>Bilateral</i>	<i>% do Total</i>	<i>Multilateral</i>	<i>% do Total</i>	<i>APD % RNB</i>
<b>2006</b>	316	168	53,3	147	46,7	0,21
<b>2007</b>	344	197	57,4	146	42,6	0,22
<b>2008</b>	430	259	60,2	171	39,8	0,27
<b>2009</b>	368	199	54,0	170	46,0	0,23
<b>2010*</b>	491	300	61,1	191	38,9	0,29

Fonte: IPAD

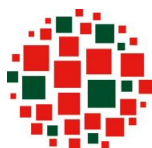
\* Dados provisórios

Com vista a atingir o ratio 0,7% (APD / RNB) em 2015, Portugal estabeleceu em 2009, no Orçamento do Estado, um cronograma revisto (Relatório / Orçamentação com base em Programas<sup>15</sup>, reportado internacionalmente). O novo objectivo intermédio para 2010 foi fixado em 0,34%, uma proporção que não foi atingida devido a restrições orçamentais. Nos próximos dois anos, constrangimentos orçamentais adicionais, decorrentes da necessidade de reduzir o deficit público e controlar a dívida soberana, são susceptíveis de dificultar qualquer melhoria.

Em 2010, a APD relativa à cooperação bilateral representou 61% do total (Tabela 3.2), uma percentagem próxima da de 2008 – dois anos em que a APD bilateral foi influenciado por operações de crédito. Nos demais anos, a APD bilateral representou cerca de 55%, com a APD multilateral superior a 40%. Esta proporção é consideravelmente superior à da maioria dos países da OCDE, reflectindo a importância que a ajuda multilateral assume para Portugal. Sendo um doador pequeno, Portugal encara a cooperação multilateral como um meio de participar nos esforços internacionais para melhorar a quantidade e a qualidade da ajuda, bem como de estar presente em países e sectores em que não intervém de forma significativa ao nível bilateral.

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MF/rel\\_OE2009.pdf](http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MF/rel_OE2009.pdf)





### 3.2.1 APD bilateral

#### *i) Distribuição geográfica: prioridade aos PALOP e Timor-Leste*

Portugal está entre os membros da OCDE/CAD<sup>16</sup> com a mais forte concentração geográfica da ajuda (Quadro 3.3). Quase dois terços da ajuda bilateral é direccionada para cinco PALOP e Timor-Leste, com Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste a representarem, cada, uma percentagem superior a 10%. A percentagem de Angola aparece reduzida pelo facto de este país ter efectuado, em 2009-2010 pagamentos de reembolso da dívida que ultrapassaram a APD resultando, contabilisticamente, numa “APD negativa”.

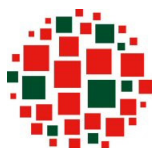
**Quadro 3.3. Distribuição geográfica da APD Bilateral (2007-2010)**

PAÍSES	M€					
	2007	2008	2009	2010*	2007-2010*	%
<i>PALOP e Timor-Leste</i>	<b>120,947</b>	<b>126,095</b>	<b>130,920</b>	<b>244,375</b>	<b>155,584</b>	<b>65</b>
<i>ANGOLA</i>	13,975	13,250	-7,072**	-9,631**	2,631	1
<i>CABO VERDE</i>	31,921	43,286	38,392	107,331	55,233	23
<i>GUINÉ-BISSAU</i>	11,518	12,371	10,361	11,932	11,545	5
<i>MOÇAMBIQUE</i>	15,799	17,410	48,831	85,221	41,815	18
<i>SAO TOMÉ E PRINCIPE</i>	9,539	9,209	10,637	19,515	12,225	5
<i>PALOP***</i>	4,124	3,539	4,899	2,493	3,764	2
<i>TIMOR-LESTE</i>	34,071	27,030	24,872	27,514	28,372	12
<i>Outros Países</i>	<b>76,413</b>	<b>132,767</b>	<b>67,690</b>	<b>56,085</b>	<b>83,239</b>	<b>35</b>
<b><i>Dos quais:</i></b>						
<i>MARROCOS</i>	189	66,063	14,835	115	20,300	9
<i>AFGHANISTÃO</i>	6,568	9,829	8,356	10,579	8,833	4
<i>BÓSNIA</i>	9,292	15,002	4,287	2,736	7,829	3
<i>SÉRVIA****</i>	15,704	7,936	7,777	9,463	10,220	4
<b>TOTAL BILATERAL</b>	<b>197,360</b>	<b>258,862</b>	<b>198,610</b>	<b>300,460</b>	<b>238,823</b>	<b>100</b>

Fonte: IPAD. \* Dados provisórios; \*\* Inclui pagamentos de reembolso da dívida de Angola; \*\*\*Projectos conjuntos ou projectos não atribuídos a um país em particular; \*\*\*\* Inclui o Kosovo.

Outros parceiros incluem o Afeganistão, a Bósnia e a Sérvia, devido i. a. à parte da contribuição Portuguesa para as missões da ONU e da OTAN que é elegível como APD (por exemplo, a Missão Interina da ONU no Kosovo - a UNMIK - e a International Security Assistance Force - ISAF – no Afeganistão). O total dos "outros países" também inclui a linha de crédito atribuída a Marrocos em 2008.

<sup>16</sup> CAD é o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento.



O Quadro 3.4 mostra outros parâmetros que indicam o grau de concentração geográfica da APD Portuguesa. Na primeira coluna estão as percentagens de cada PALOP e de Timor-Leste na APD total (enquanto o Quadro 3.3 se refere a APD bilateral), que devem ser comparadas com as percentagens que esses países representam na APD mundial (segunda coluna): as percentagens destes países na APD Portuguesa são 10 vezes maiores do que na APD do mundo (com excepção de Moçambique, cuja percentagem na APD portuguesa é apenas 2,5 vezes maior que na APD mundial). A última coluna da tabela indica a percentagem de Portugal na APD total recebida por cada país: Portugal representa mais de 25% da APD recebida por Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, 15,5% da ajuda a Timor-Leste e quase 10% de ajuda à Guiné-Bissau. Só em Moçambique é essa parte inferior a 1%, já que este país recebe grandes quantidades de ajuda de muitos doadores. Estas percentagens devem ser vistas à luz da parte de Portugal na APD mundial (menos 0,5%).

**Quadro 3.4. Indicadores da concentração da APD Portuguesa nos PALOP e em Timor-Leste, 2007 (%) \***

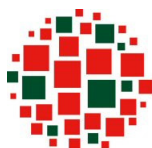
<i>Países</i>	<i>% do País na APD Portuguesa</i>	<i>% do País na APD mundial</i>	<i>% da APD Portuguesa na APD total recebida pelo País</i>
<i>Angola</i>	4,1	0,22	5,7
<i>Cabo Verde</i>	9,3	0,15	26,1
<i>Guiné-Bissau</i>	3,3	0,11	9,4
<i>Moçambique</i>	4,7	1,75	0,9
<i>S. Tomé &amp; Príncipe</i>	2,8	0,00	26,3
<i>Total PALOP**</i>	25,0	2,23	3,6
<i>Timor-Leste</i>	9,9	0,00	15,5

Fonte: IPAD e OCDE/CAD. \*A APD Portuguesa para 2008-2010 inclui operações de crédito e débito que distorcem os valores; \*\* Incluiu projectos envolvendo vários países.

Em 2005-2010 a África correspondeu a 56% da APD bilateral Portuguesa, a Ásia recebeu cerca de 24% - reflectindo a importância de Timor-Leste - e a Europa 9% devido ao peso da participação portuguesa em operações de paz (Gráfico 3.1). Com excepção de Cabo-Verde, que passou a País de Rendimento Médio (Middle Income Countries - MIC) em 2008, os PALOP e Timor-Leste são PMA. Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste pertencem à categoria SIDS. Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste são considerados países em situação de pós-conflito<sup>17</sup> e / ou de fragilidade<sup>18</sup>. Assim, a ajuda

<sup>17</sup> É considerado em situação de pós-conflito um Estado onde teve lugar um conflito violento nos últimos 10 anos.

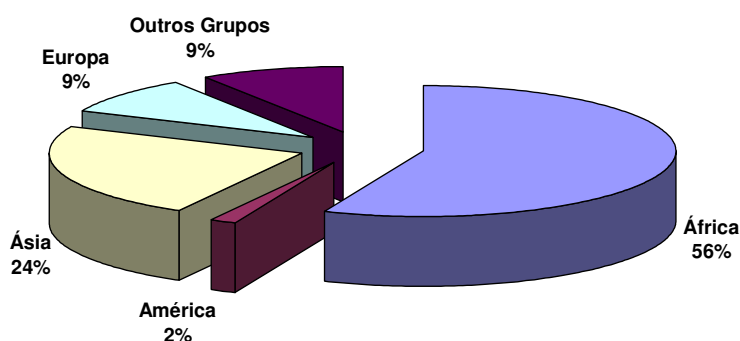
<sup>18</sup> Classificação do Banco Mundial.



bilateral portuguesa responde aos compromissos internacionais relativamente a prestar uma atenção especial a África e a países com vulnerabilidades particulares.

**Gráfico 3.1**

**APD por Regiões, 2005-2010**



Fonte: IPAD.

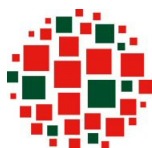
### ***ii) Distribuição sectorial: Educação e Governação como principais sectores***

Os sectores de intervenção da Cooperação Portuguesa foram identificados com base nos objectivos globais de promoção do desenvolvimento sustentável e de erradicação da pobreza, bem como de contribuir para a paz e segurança, boa governação e Estado de Direito. Além desses objectivos, os seguintes critérios foram tidos em consideração:

- As necessidades dos países parceiros constantes das respectivas estratégias de desenvolvimento;
- O valor acrescentado da Cooperação Portuguesa, tendo em conta a divisão do trabalho e complementaridade entre doadores.

O Quadro 3.5 e o Gráfico 3.2 mostram a distribuição sectorial da ajuda bilateral (excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida<sup>19</sup>). Os dados ilustram a elevada concentração da APD nos dois sectores que foram identificados como correspondendo às vantagens comparativas de Portugal: Educação (28% no período 2005-2010) e Governação (quase 25%). O apoio à Educação, com uma média anual de

<sup>19</sup> Trata-se de intervenções pontuais, algumas de dimensão significativa (e.g., operação relativa à dívida de Angola em 2004 e linhas de crédito a Marrocos em 2008 e a Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé em 2010) que distorcem as tendências e os valores de base.



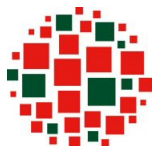
52,5 M€, incide essencialmente sobre o ensino secundário (projectos de cooperação técnica) e Superior (projectos de cooperação inter-Universitária e bolsas de estudos); no sector da Governação (média anual de quase 47 M€), a APD é largamente alocada à capacitação institucional em várias áreas da Administração Pública e noutros organismos do Estado, bem como ao subsector da paz e segurança, incluindo a assistência prestada através da ONU e da OTAN.

**Quadro 3.5. Distribuição sectorial da APD bilateral – 2005-2010\* (M€)**

<b>Sectores</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010**</b>	<b>2005-2010</b>	<b>%</b>
<i>I Infra-estruturas e serviços sociais</i>	<b>100,8</b>	<b>112,2</b>	<b>148,1</b>	<b>128,9</b>	<b>127,5</b>	<b>127,9</b>	<b>124,2</b>	<b>66,2</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>								
<b>Educação</b>	51,5	52,2	52,2	50,4	54,1	54,8	52,5	<b>28,0</b>
<b>Saúde</b>	8,0	8,3	7,9	5,4	6,5	8,6	7,5	<b>4,0</b>
<b>Governação e sociedade civil</b>	19,9	35,5	71,2	56,1	50,1	47,4	46,7	<b>24,9</b>
<b>Outras infra-estruturas e serviços</b>	19,2	15,7	15,4	16,5	16,3	15,6	16,5	<b>8,8</b>
<i>II Infra-estruturas e serviços económicos</i>	<b>23,2</b>	<b>20,5</b>	<b>22,5</b>	<b>34,0</b>	<b>18,9</b>	<b>63,1***</b>	<b>30,3</b>	<b>16,2</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>								
<b>Transportes e armazenagem</b>	20,4	17,0	18,8	32,6	16,7	23,8	21,6	<b>11,5</b>
<b>Comunicações</b>	1,1	2,8	2,8	0,8	1,4	1,1	1,7	<b>0,9</b>
<i>III Sectores de produção</i>	<b>4,8</b>	<b>2,6</b>	<b>1,9</b>	<b>2,4</b>	<b>3,6</b>	<b>1,6</b>	<b>2,8</b>	<b>1,5</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>								
<b>Agricultura</b>	2,2	1,2	1,5	1,9	3,3	1,2	1,8	<b>1,0</b>
<i>IV Multi-sector/transversal</i>	<b>15,1</b>	<b>11,5</b>	<b>12,0</b>	<b>7,6</b>	<b>7,2</b>	<b>7,0</b>	<b>10,1</b>	<b>5,4</b>
<i>Total da ajuda sectorial</i>	<b>143,9</b>	<b>146,8</b>	<b>184,6</b>	<b>172,9</b>	<b>157,0</b>	<b>199,6</b>	<b>167,4</b>	<b>89,3</b>
<i>Outros***</i>	<b>29,0</b>	<b>22,6</b>	<b>15,3</b>	<b>19,0</b>	<b>17,0</b>	<b>17,7</b>	<b>20,1</b>	<b>10,7</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>								
<b>Ajuda Humanitária</b>	10,2	5,6	0,5	0,8	0,8	0,4	3,1	<b>1,7</b>
<b>Custos Administrativos</b>	12,7	10,2	10,2	11,0	13,2	14,7	12,0	<b>6,4</b>
<b>Apoio a ONG</b>	4,9	5,9	2,4	4,9	0,4	-	3,0	<b>1,6</b>
<b>Total*</b>	<b>172,9</b>	<b>169,4</b>	<b>199,9</b>	<b>191,9</b>	<b>174,0</b>	<b>217,3</b>	<b>187,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPAD. \*Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida;  
\*\* Dados Provisórios; \*\*\* Inclui 37,5M€ para energias renováveis em Cabo Verde.

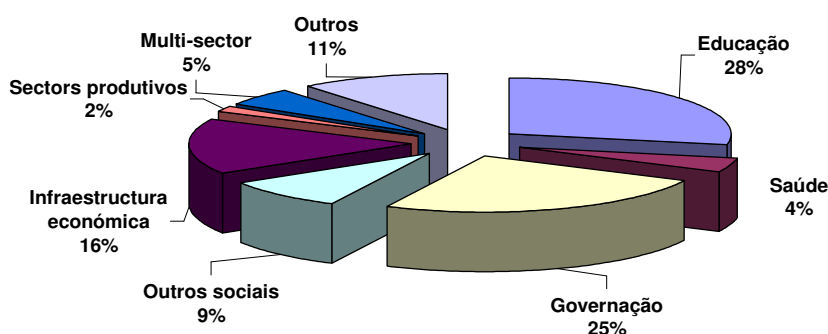
A cooperação em "Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais " (com um valor médio anual de cerca de 17 M€ e uma percentagem de 9%) corresponde em grande parte a projectos directamente orientados para o ODM1, privilegiando os grupos mais vulneráveis da população (mulheres, idosos, crianças e juventude). Estes projectos fazem parte de uma estratégia para a Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social que envolve o Ministério Português do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) e os seus pares nos países parceiros.



Na rubrica Infra-estrutura e Serviços Económicos, que representa 16% do total, o sector dos transportes é o mais importante (quase 12%), devido ao financiamento de infra-estruturas através de operações de crédito. A ajuda aos sectores de produção ficou em 1,5% do total, com a agricultura a representar cerca de 1%.

**Gráfico 3.2**

**APD por Sectores, 2005-2010**

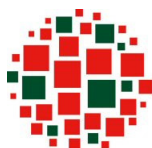


Fonte: IPAD.

### ***iii) Modalidades da ajuda: cooperação técnica virada para o desenvolvimento das capacidades***

O sucesso na realização dos ODM, bem como a sustentabilidade das intervenções da cooperação, dependem em última instância da capacidade das pessoas, organizações e sociedades de se apropriarem e conduzirem os respectivos processos de desenvolvimento. Na sequência de conflitos e/ou em situações de fragilidade, quando a capacidade do país para conduzir esses processos, e a do Estado para levar a cabo as suas funções essenciais, são muito limitadas, o desenvolvimento de capacidades é crucial.

Grande parte da ajuda pública ao desenvolvimento de Portugal é direccionada para o desenvolvimento de capacidades onde Portugal tem uma vantagem comparativa em relação a outros doadores. Neste apoio, a Cooperação Portuguesa visa responder às necessidades e prioridades identificadas pelos próprios países nas suas estratégias e programas de desenvolvimento.



Nos últimos cinco anos, Portugal tem tido intervenções no desenvolvimento de capacidades nos seguintes sectores: Educação e Formação Profissional, Justiça, Finanças Públicas, o sector da Segurança (Polícia, Forças Armadas, Protecção Civil), bem como noutras áreas da Administração Pública (por exemplo, Ambiente, Trabalho e Segurança Social)<sup>20</sup>.

**Quadro 3.6. APD bilateral por modalidades, 2006-2010\* (M€ e %)**

<b>Modalidade</b>	<b>CT</b>	<b>%</b>	<b>Proj. Inv.</b>	<b>%</b>	<b>Ajuda Prog./ Produto</b>	<b>%</b>	<b>AO</b>	<b>%</b>	<b>Outros</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<i>Total</i>	<b>429,2</b>	<b>38</b>	<b>118,6</b>	<b>11</b>	<b>131,3</b>	<b>12</b>	<b>3,4</b>	<b>0</b>	<b>441,6</b>	<b>39</b>	<b>1124,2</b>	<b>100</b>
<b><u>Dos quais</u></b>												
<i>Educação</i>	253,2	95	5,2	2	2,5	1	-	-	4,5	2	265,4	100
<i>Saúde</i>	5,6	15	0,3	1	0,5	1	-	-	31,5	83	37,8	100
<i>Governança</i>	86,5	33	-	-	0,7	0	-	-	173,9	67	261,0	100
<b><u>Dos quais</u></b>												
<b><i>Missões de Paz</i></b>	-	-	-	-	-	-	-	-	154,4	59	-	-
<i>Outros sociais</i>	40,2	51	1,1	1	0,8	1	-	-	37,6	47	79,6	100
<i>Transportes</i>	2,0	2	105,0	96	-	-	-	-	1,9	2	108,9	100
<i>Comunicações</i>	5,3	60	3,5	40	-	-	-	-	0,0	0	8,8	100
<i>Agricultura</i>	6,6	64	1,5	15	0,8	8	-	-	1,4	13	10,3	100
<i>Multi-sector</i>	22,3	50	0,9	2	7,7	17	-	-	14,1	31	45,0	100
<i>Ajuda Programas e produtos</i>	-	-	-	-	80,6	37	3,4	2	133,6	61	217,6	100
<b><u>Dos quais</u></b>												
<b><i>Linhas de Crédito</i></b>	-	-	-	-	-	-	-	-	133,4	61	-	-

Fonte: IPAD

\* Dados provisórios para 2010

A **Cooperação Técnica (CT)** – que inclui assistência técnica, formação e bolsas de estudo - é a modalidade de ajuda mais usada por Portugal no apoio ao desenvolvimento de capacidades. Como mostra o Quadro 3.6, no período 2006-2010, 38% da APD bilateral correspondeu a cooperação técnica (a quota é de cerca de 50% se as operações de crédito forem excluídas) - uma percentagem bem superior à média da OCDE de 20%<sup>21</sup>. A parte correspondente a cooperação técnica é ainda mais elevada em sectores em que Portugal concentra muito da sua ajuda: Educação (95%) e Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais (51%). No sector da Governança predomina a modalidade "Outras" devido ao facto de ser aí contabilizada a participação de Portugal nas missões da ONU e da OTAN.

<sup>20</sup> O documento "Desenvolvimento de Capacidades – Linhas de Orientação para a Cooperação Portuguesa" define os princípios estratégicos para a cooperação com os países parceiros nesta área.

<sup>21</sup> OECD/DAC, "Inventory of Donor Approaches to Capacity Development: What We Are Learning", Março 2009.



As modalidades de ajuda contabilizadas sob “**Outras**” (Quadro 3.6) representam 39%, com percentagens muito elevadas nos sectores da Saúde, Governação e ajuda a programas/produtos. Como referido, na Governação esse valor corresponde a contribuições para as missões de paz da ONU e da OTAN, enquanto na ajuda a programas/produtos estão em causa linhas de crédito a Marrocos, Moçambique, S. Tomé e Cabo Verde. A modalidade “**projectos de investimento**” é utilizada principalmente no sector dos transportes (96%) onde a ajuda foi muitas vezes prestada através de empréstimos para a reabilitação de estradas e outras infra-estruturas.

A Cooperação Portuguesa utiliza também **novas modalidades**, de acordo com as boas práticas internacionais. Neste contexto, as seguintes intervenções merecem referência: Apoio Orçamental (AO) geral a Moçambique, Timor-Leste e Cabo Verde; abordagens sectoriais integradas (Sector Wide Approaches - SWAp), introduzidas em 2008 em Moçambique e implementadas através do contributo de Portugal para o Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE) e para o Fundo Comum para as Estatísticas; parcerias público-privadas, tais como as estabelecidas com a Fundação Carr<sup>22</sup>, com a Fundação Aga Khan<sup>23</sup> e com a Fundação Portugal-África em Moçambique<sup>24</sup>, bem como com a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) em Angola<sup>25</sup>; abordagens bi-multilaterais, como no projecto CAMPO em Cabo Verde, um projecto desenvolvido e implementado numa parceria entre Portugal, Espanha e a CE.

Como referido, uma parte substancial da ajuda é prestada através da **Cooperação Técnica (CT)**. Esta envolve intervenções a três níveis: i) individual (educação e formação), ii) organizacional (reestruturação, reforma e reforço dos sistemas de gestão); iii) institucional e societal (quadro institucional, sistemas de remuneração, escalas de promoção, contexto cultural). A CT tem lugar a nível nacional, regional e local.

O Quadro 3.7 mostra a distribuição sectorial de Cooperação Técnica. No período 2006-2010, 91% da CT teve lugar no sector Infra-estrutura e Serviços Sociais. A **Educação** representou cerca de 40% em 2006-2008, mas essa proporção aumentou em 2009-2010

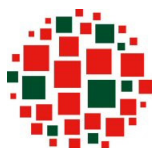
---

<sup>22</sup> A Fundação Carr está a desenvolver um projecto de protecção e de reabilitação do Parque Nacional da Gorongosa, em conjunto com o Governo moçambicano. O IPAD apoiar a construção de um Centro de Educação Ambiental no Parque.

<sup>23</sup> A Fundação Aga Khan está a desenvolver um programa comunitário de desenvolvimento rural para o litoral de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, onde os índices de pobreza são os mais elevados do país. O programa estende-se por um período de 20 anos e começou em 2001 com projectos-piloto de agricultura e pescas nos distritos de Quissanga e Ibo. O programa tem vindo a ser progressivamente alargada a outros sectores - Educação e Saúde (2004) - e outros distritos.

<sup>24</sup> Está aqui em causa o projecto de Apoio ao Ensino Técnico-Profissional, que faz parte da Reforma da Educação Profissional (REP) que o Governo de Moçambique está a desenvolver.

<sup>25</sup> Em parceria com o IPAD, a Fundação Calouste Gulbenkian está a financiar um projecto que visa criar um Centro de Investigação da Saúde, bem como a melhorar os serviços prestados na região.



atingindo 68,5% em 2010. Esta cooperação técnica refere-se principalmente à formação de professores e a bolsas de estudo para o ensino superior.

**Quadro 3.7 Distribuição sectorial da Cooperação Técnica, 2006-2010 (€)**

Sectores	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010*	%
<i>Infra-estruturas e serviços sociais</i>	<b>83002</b>	<b>89,2</b>	<b>101527</b>	<b>90,5</b>	<b>98761</b>	<b>91,8</b>	<b>80492</b>	<b>91,0</b>	<b>70433</b>	<b>92,0</b>
<b><u>Dos quais</u></b>										
<b>Educação</b>	42134	45,3	44133	39,4	41805	38,9	51965	58,4	52684	68,5
<b>Governança</b>	25023	26,9	43361	38,7	40834	38,0	19464	21,9	10550	13,7
<b>Outros</b>	14347	15,4	12373	11,0	14117	13,1	9063	10,7	7199	9,8
<i>Infra-estruturas económicas</i>	<b>2527</b>	<b>2,7</b>	<b>2061</b>	<b>1,8</b>	<b>1297</b>	<b>1,2</b>	<b>1929</b>	<b>2,2</b>	<b>1916</b>	<b>2,5</b>
<b><u>Dos quais</u></b>										
<b>Comunicações</b>	1121	1,2	751	0,7	470	0,4	1123	1,3	1067	1,4
<i>Sectores de Produção</i>	<b>1600</b>	<b>1,7</b>	<b>1388</b>	<b>1,2</b>	<b>1937</b>	<b>1,8</b>	<b>2433</b>	<b>2,7</b>	<b>691</b>	<b>0,9</b>
<b><u>Dos quais</u></b>										
<b>Agricultura</b>	807	0,9	1020	0,9	1581	1,5	2277	2,6	361	0,5
<b>Multisector</b>	<b>5872</b>	<b>6,3</b>	<b>7178</b>	<b>6,4</b>	<b>5557</b>	<b>5,2</b>	<b>4055</b>	<b>4,6</b>	<b>3914</b>	<b>5,1</b>
<b>Total</b>	<b>93 001</b>	<b>100</b>	<b>112 154</b>	<b>100</b>	<b>107 552</b>	<b>100</b>	<b>88910</b>	<b>100</b>	<b>76955</b>	<b>100</b>

Fonte: IPAD. \* Dados provisórios

O sector da **Governança** representou cerca de 35% da CT em 2006-2008, uma percentagem em declínio em 2009-2010. Esta CT inclui capacitação em vários serviços da Administração Pública, a funcionários judiciais e ao pessoal das Polícias e Forças Armadas, ou seja desenvolvimento da capacidade institucional. O apoio é fornecido através de programas plurianuais, que tendem a coincidir com os calendários dos PIC. Tal é o caso dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica na área das Finanças (PICATFin)<sup>26</sup>, bem como da Cooperação Técnico-Policial e Técnico-Militar.

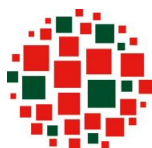
### 3.2.2 APD Multilateral

Como sugerido pela elevada percentagem da ajuda multilateral no total da APD - mais de 40%, em comparação com menos de 30% para a OCDE - Portugal atribui grande importância à cooperação multilateral, que vê como complementar dos programas bilaterais.

A cooperação multilateral é guiada pela **Estratégia de Portuguesa para Cooperação Multilateral** que considera que, através da sua participação em instituições multilaterais, Portugal deverá defender as suas prioridades: i) a realização dos ODM; ii) foco em África,

<sup>26</sup> Para o período 2007-2011, os PICATFIN estão a ser implementados para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Moçambique.





particularmente nos países menos avançados (PMA); iii) apoio à transição e estabilização em Estados Frágeis, iv) alinhamento e harmonização com as políticas e estratégias nacionais dos países parceiros. Portugal também usa a sua voz para ajudar a reforçar a posição dos PALOP e de Timor-Leste na comunidade internacional.

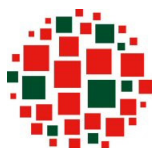
Na promoção da complementaridade entre a acção bilateral e multilateral, o IPAD participa activamente em vários programas de desenvolvimento multilaterais, tais como projectos do PNUD (na área do Estado de Direito e no *Trust Fund* para a Governação Democrática), o apoio orçamental a Moçambique e a Cabo Verde, e a Missão Integrada da ONU em Timor-Leste (UNMIT).

**Quadro 3.8. Distribuição da APD Multilateral por Organizações, 2006-2010 (Milhares de €)**

	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010*	%
<i>Total multilateral</i>	147 359	100	146 366	100	171 093	100	169 547	100	190 745	100
<i>Nações Unidas</i>	8 052	5,5	9 071	6,2	7 805	4,6	9 506	5,6	10 383	5,4
<b>Agências, Fundos, Comissões das NU</b>	4 709	3,2	5 221	3,6	5 502	3,2	5 307	3,1	4 141	2,2
<b>Outros ONU</b>	3 343	2,3	3 849	2,6	2 304	1,4	4 199	2,5	6 243	3,2
<i>Comissão Europeia</i>	99 139	67,2	10 370	70,6	111 792	65,3	135 376	79,8	139 515	73,1
<b>Orçamento</b>	72 740	4,3	75 480	51,6	79 300	46,3	101 950	60,1	103 170	54,1
<b>FED</b>	24 347	16,5	25 608	17,5	29 164	17,0	32 020	18,9	34 017	17,8
<b>BEI</b>	2 052	1,4	2 182	1,5	3 328	1,9	1 407	0,8	2 328	1,2
<i>Banco Mundial, FMI e OMC</i>	12 403	8,4	13 129	9,0	28 999	16,9	2 488	1,5	16 689	8,7
<b>BM, FMI</b>	11 800	8,0	12 544	8,6	28 380	16,6	1 852	1,1	16 003	8,4
<b>OMC</b>	603	0,4	585	0,4	619	0,4	636	0,4	686	0,4
<i>Bancos regionais</i>	24 201	16,4	12 700	8,7	17 167	10,0	17 510	10,3	21 122	11,1
<i>Outros</i>	3 564	2,4	8 196	5,6	5 330	3,1	4 667	2,8	2 946	1,5
<b>Dos Quais:</b>										
<b>- Fundo Global Ambiente</b>	1 558	0,9	2 751	1,9	1 375	0,8	1 375	0,8	-	-
<b>- Protocolo de Montreal</b>	473	0,3	1 996	1,4	64	0,0	448	0,3	673	0,4
<b>- CPLP</b>	984	0,6	881	0,6	895	0,5	620	0,4	683	0,4
<b>- Fundo Global Sida, Tuberculose e Malária</b>	1 558	0,9	2 062	1,4	2 379	1,4	1 748	1,0	1 024	0,5

Fonte: IPAD. \* Dados provisórios

Portugal também vê a cooperação multilateral como uma forma de apoiar os países e sectores em que não está significativamente presente numa base bilateral. Este é, em particular, o caso da APD canalizada através do CE - seja para projectos financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que cobre os países Africanos, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), seja para projectos financiados pelo Orçamento da UE para Acção

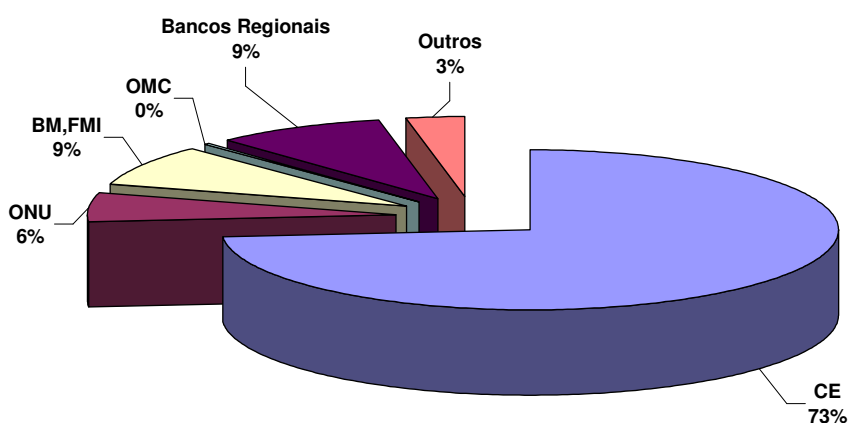


Externa, que financia a ajuda aos países e às intervenções não abrangidas pelo FED (por exemplo, o Instrumento para a Cooperação para o Desenvolvimento para países não-ACP e a rubrica orçamental para Direitos Humanos).

Em 2005-2010, mais de 70% da APD multilateral foi canalizada para a CE (Quadro 3.8 e Gráfico 3.3), com o FED a representar um quarto desta APD e o Orçamento para a Acção Externa os três quartos restantes. As contribuições para os Bancos Regionais de Desenvolvimento cifraram-se em cerca de 9%, a ONU e organizações afiliadas representaram quase 6% e as Instituições de Breton Wood (FMI e Banco Mundial) cerca de 9%. Outras instituições, incluindo o Fundo para o Ambiente, o Fundo Global para a Sida, Tuberculose e Malária e a CPLP, em conjunto, representaram cerca de 3%.

**Gráfico 3.3**

**APD Multilateral por Organizações, 2005-2010**



Fonte: IPAD.

























































### 3.2.3 A Contribuição da APD Portuguesa para os ODM






Problemas estatísticos dificultam uma visão clara da situação dos ODM nos principais parceiros da Cooperação Portuguesa. Com base nas informações disponíveis (2008<sup>27</sup>), foi possível resumir a situação tal como apresentada no Quadro 3.9.

<sup>27</sup> MDG Monitor – Tracking the MDGs, Country data, United Nations.



**Quadro 3.9. ODM nos PALOP e em Timor-Leste – 2008**

	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Timor-Leste
ODM1 Erradicar a pobreza extrema e a fome 						
ODM2 Educação primária universal 						
ODM3 Promover a igualdade de género 						
ODM4 Reduzir a mortalidade infantil 						
ODM5 Melhorar a saúde materna 						
ODM6 Combate à SIDA, malária e outras doenças 						
ODM 7 Assegurar a sustentabilidade ambiental 						
ODM8 Desenvolver uma parceria global para o Desenvolvimento 						

 Atendido  
  Atingível  
  Possível de atingir se forem tomadas as medidas adequadas  
 Não atingível  
  Informação não disponível

Fonte: MDG Monitor – Tracking the MDGs, United Nations.

**Cabo Verde** destaca-se como o país onde o progresso tem sido mais visível, com quatro das oito metas já alcançadas - ODM 2 (ensino primário), ODM 3 (igualdade de géneros), ODM 4 (mortalidade infantil) e do ODM 5 (saúde materna) - e um - ODM 6 (combater a SIDA e outras doenças) - possível de alcançar caso sejam tomadas as medidas adequadas. Para os outros três, incluindo o ODM 1, não existe informação.

**Angola, Guiné-Bissau e Timor-Leste** aparecem dois ODM atingíveis – ODM 2 (ensino primário) e ODM 3 (igualdade de género), enquanto S. Tomé e Príncipe tem três



atingíveis - ODM 2 (ensino primário), ODM 4 (mortalidade infantil) e ODM 6 (combate à SIDA e outras doenças).

Em Angola e S. Tomé o ODM1 não é atingível, enquanto para a Guiné-Bissau e Timor-Leste não há informação sobre ele. **Moçambique**, que recebe grandes volumes de ajuda de muitos doadores, tem apenas dois ODM atingíveis (ODM 4 - mortalidade infantil e ODM 5 - saúde materna), um possível de alcançar se forem tomadas medidas adequadas (ODM 1 - a erradicação da pobreza) e quatro fora do alcance (ODM 2 - educação primária, ODM 3 - igualdade de género, ODM 6 - combate à sida e ODM 7 - sustentabilidade do meio ambiente).

Sendo um doador importante nestes países, Portugal tem contribuído para os resultados alcançados até agora e pretende, nos anos vindouros, concentrar esforços na aceleração do progresso. No entanto, a aferição da contribuição de Portugal para os ODM depara com alguns problemas metodológicos e de medição. Algumas destas dificuldades são comuns a todos os doadores (e.g., atribuição de fundos para diferentes ODM), outras estão relacionadas com características específicas da ajuda Portuguesa.

Quanto a estas últimas, duas dificuldades merecem ser mencionadas:

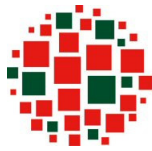
- a) A ajuda portuguesa é amplamente implementada através de cooperação técnica, essencialmente voltada para a capacitação institucional, sendo difícil de alocar a um ODM específico.
- b) Uma parte importante da APD portuguesa é dirigida ao ensino secundário e superior, portanto não directamente imputável ao ODM 2 que diz apenas respeito ao ensino primário<sup>28</sup>.

Relativamente às dificuldades de ordem geral, embora o financiamento do desenvolvimento – a APD em particular – diga respeito antes de mais ao ODM 8 (parceria global para o desenvolvimento), contribui também para atingir os outros ODM. Há, no entanto, problemas óbvios na atribuição de fundos a ODM específicos. As estimativas da contribuição da APD Portuguesa para os diferentes ODM (Gráfico 3.4) foram efectuadas com base em duas premissas:

- i) Toda a APD contribui para o ODM 1, Meta 1 (reduzir em 50%, entre 1990 e 2015, a percentagem de indivíduos com rendimentos inferiores a 1 dólar/dia);
- ii) A APD também contribui para os ODM e metas relacionados com as áreas específicas em que os projectos e programas estão a ser desenvolvidos.

---

<sup>28</sup> No entanto, não se podem alcançar bons resultados no ensino primário sem um investimento prévio no Secundário e Superior, o que não é tido em conta no ODM 2. A contribuição portuguesa para o ODM 2 está, portanto, consideravelmente subestimada.



### **3.3. Melhoria da qualidade da ajuda: eficácia e coerência das políticas**

Com vista a melhorar a qualidade da ajuda, a comunidade internacional estabeleceu uma **agenda de eficácia** através da Declaração de Paris de 2005 e da Agenda para a Acção de Acra (AAA) de 2008, bem como do Código de Conduta da UE de 2007. Nos últimos anos tem ainda havido uma preocupação crescente com a **coerência das políticas para o desenvolvimento (CPD)**. Neste contexto, as abordagens “whole of government” são também incentivadas.

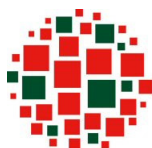
#### **3.3.1 A implementação da agenda da eficácia da ajuda**

A resposta Portuguesa aos compromissos internacionais sobre a eficácia da ajuda foi sistematizada em 2006 no **Plano de Acção para a Eficácia da Ajuda**<sup>29</sup>. Este documento de política foi sujeito a uma avaliação de progressos – o **Relatório de Progresso 2008 sobre a Eficácia da Ajuda**<sup>30</sup>, que concluiu que 20 das 33 medidas previstas haviam sido implementadas, enquanto outras 13 precisavam de continuar a ser desenvolvidas. Na sequência da adopção da AAA, Portugal reviu em 2009 a sua agenda por meio do Plano de Acção da Eficácia da Ajuda – de Paris a Acra, tendo em conta os resultados dos planos anteriores e do Survey da OCDE/CAD sobre a Eficácia da Ajuda.

---

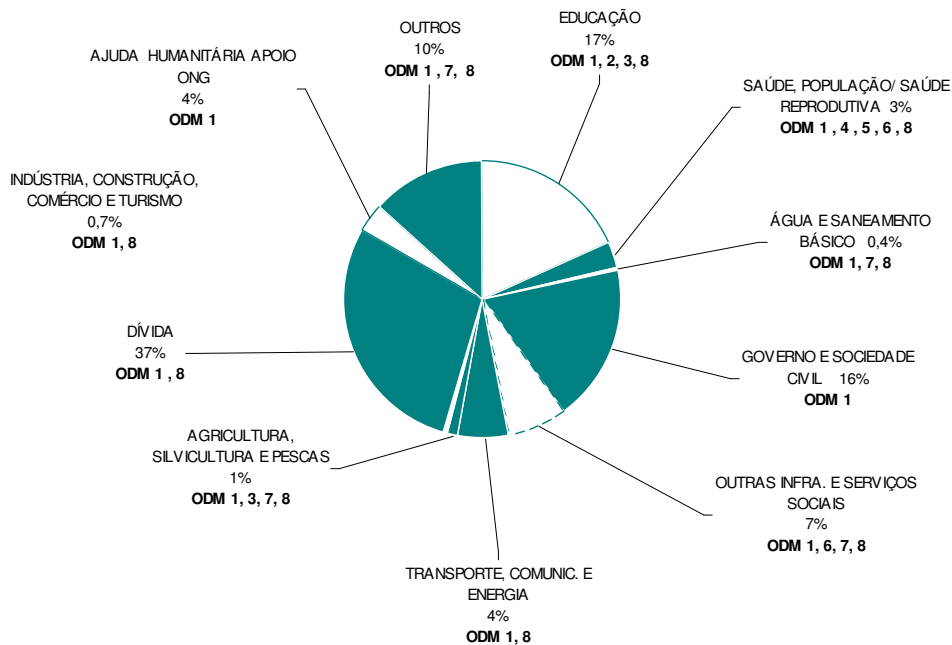
<sup>29</sup> Precedido pelo Plano de Acção de Portugal para a Harmonização e Alinhamento, na sequência do I Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda (Roma, 2003).

<sup>30</sup> Disponível em: [http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Rel\\_Eficacia\\_Ajuda\\_Jul2008.pdf](http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/APD/Rel_Eficacia_Ajuda_Jul2008.pdf)

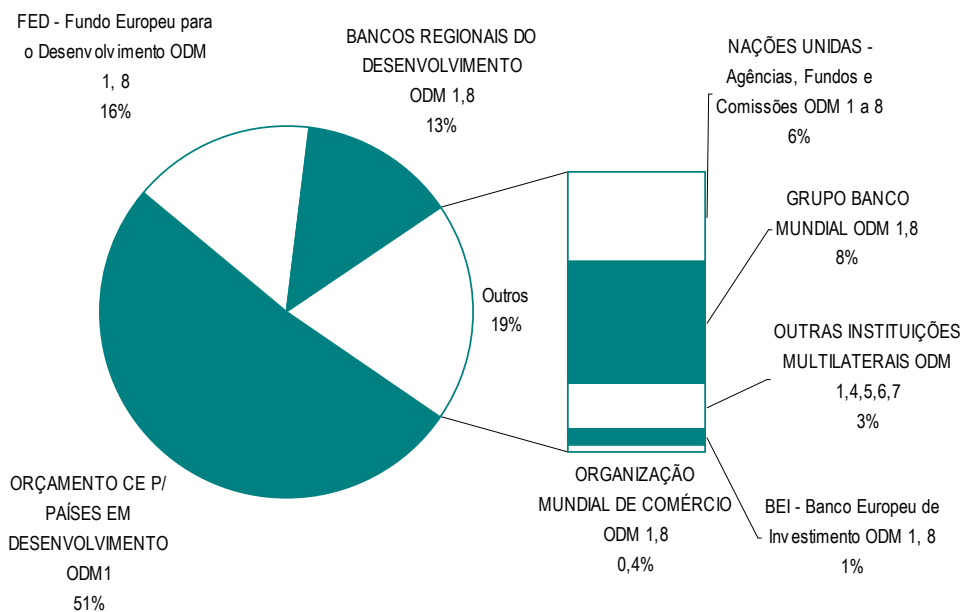


**Gráfico 3.4 – Estimativa (IPAD) da contribuição da APD Portuguesa para os ODM (2001-2008)**

**A – Cooperação Bilateral**



**B – Cooperação Multilateral**



Fonte: IPAD



### ***i) A Declaração de Paris e a AAA***

As medidas tomadas até agora podem ser vistas como: i) referindo-se a eficácia na gestão da Cooperação Portuguesa, ii) relativas à complementaridade e divisão do trabalho com outros doadores. Com relação a estas últimas, foi em Moçambique que mais iniciativas tiveram lugar, uma vez que existe aí um grande número de doadores. Nos países onde existem poucos doadores (por exemplo, S. Tomé e Príncipe), a complementaridade e a divisão do trabalho são mais difíceis de implementar. Segue um resumo das medidas tomadas nos domínios pertinentes:

#### ***a) a) Apropriação (Ownership)***

Os Programas Indicativos de Cooperação (PIC) resultam de um processo de consultas entre Portugal e os seus parceiros e são co-assinados por ambos os Governos. Houve ainda uma avaliação conjunta dos PIC 2007-2011. Para além deste processo, todos os projectos desenvolvidos no âmbito das PIC são seleccionados a pedido das autoridades dos parceiros e após consulta às mesmas. Ao direccionar uma parte importante da sua ajuda para a capacitação institucional<sup>31</sup>, Portugal procura apoiar a capacitação dos parceiros para o desempenho das funções estatais básicas, que são essenciais para a uma verdadeira apropriação e liderança dos processos de desenvolvimento.

#### ***b) Alinhamento***

Os PIC respeitam o princípio do alinhamento uma vez que têm em conta os objectivos e calendários das estratégias de desenvolvimento dos parceiros. Além disso, os programas de cooperação técnica são definidos de forma a responder às necessidades e às solicitações dos parceiros. A Cooperação Portuguesa recorre também cada vez mais aos *sistemas dos países* ("country systems")<sup>32</sup>. Isto acontece através de: i) Recurso a unidades locais de execução do projecto; ii) Registo da ajuda nos orçamentos dos parceiros ("on-budget"), a fim de facilitar o planeamento e a programação (por exemplo, em Moçambique); iii) Uso de abordagens programáticas, tais como o apoio orçamental directo (por exemplo, em Moçambique e Cabo Verde) e programas de apoio sectorial integrado (SWAp - Sector Wide Approach - como por exemplo, em Moçambique<sup>33</sup>); iv) Aceitação dos sistemas de reporte dos parceiros em matéria financeira e / ou de auditoria; v) Transferência para os parceiros da responsabilidade pelos contratos públicos

<sup>31</sup> Os Capítulos 4 e 5 contêm vários exemplos deste apoio.

<sup>32</sup> Uma vez que um alinhamento total não é possível em muitos casos devido à fragilidade institucional dos parceiros, tem havido um "alinhamento parcial" com os sistemas desses países.

<sup>33</sup> Por exemplo, o Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE) e o Fundo Comum para as Estatísticas.



e pela posterior aquisição de bens e serviços associados aos projectos (por exemplo, em Cabo Verde).

### *c) Harmonização*

A Cooperação Portuguesa realizou uma simplificação e harmonização de procedimentos e tem participado, com outros doadores, num grande número de iniciativas conjuntas. Em particular, o IPAD preparou *Linhas de Orientação para os PIC*<sup>34</sup> que visam o uso dum formato comum em conformidade com o quadro comum da UE para os Documentos de Estratégia dos Países. Essas orientações foram usadas no ciclo de programação 2007-2011 para os PALOP e Timor-Leste e estão a ser utilizadas na preparação do novo ciclo. Portugal tem participado também em estudos de avaliação e diagnóstico, tais como a avaliação do Apoio Geral ao Orçamento (GBS), no contexto da OCDE/CAD, bem como na iniciativa *Fast Track* da UE para Moçambique<sup>35</sup>.

### *Gestão por Resultados*

Ao nível da sede do IPAD, as acções destinadas a melhorar a gestão por resultados incluem: i) Novas normas e procedimentos que permitem um melhor conhecimento do "projecto" e um maior controlo da execução; ii) Melhoria da coordenação entre os serviços centrais, as Embaixadas e as instituições relevantes nos países parceiros, iii) Monitorização técnica e financeira dos projectos e programas; iv) Desenvolvimento de uma "cultura" de avaliação, não só para o IPAD mas também para outros actores da Cooperação Portuguesa (Ministérios, Municípios, sociedade civil, sector privado); v) Avaliações por país e por sector, incluindo os PIC, o programa de bolsas de estudo, o apoio à Educação na Guiné-Bissau, bem como às Estatística e à Justiça nos PALOP.

A nível dos países, as principais iniciativas são: i) Apoio à capacidade institucional dos parceiros com vista à adopção de instrumentos de gestão por resultados (por exemplo, avaliação do sector das Estatística nos PALOP), ii) Participação, desde 2004, no grupo de doadores que dão apoio orçamental a Moçambique, incluindo na definição anual de uma matriz de indicadores e metas a atingir no ano seguinte (Quadro de Avaliação de Desempenho - QAD), iii) Participação, desde 2008, na Missão Conjunta de doadores envolvidos no apoio orçamental a Cabo Verde, que visa monitorizar e avaliar a implementação da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/linhas%20orientacao%20pic.pdf>

<sup>35</sup> Exercício coordenado pela CE com a participação de Portugal, Países Baixos, Irlanda, Dinamarca, Alemanha, Itália e França.

<sup>36</sup> Isto é feito tanto a nível macroeconómico como sectorial, com base numa matriz geral e em matrizes sectoriais, em particular no que respeita ao sector da Segurança - um sector monitorizado por Portugal no âmbito da ajuda orçamental.





Deve notar-se, contudo, que o desenvolvimento de capacidades - uma importante área da Cooperação Portuguesa - é um processo de longo prazo, não material, que exige tempo antes de resultados concretos serem obtidos. No contexto da gestão por resultados, a medição e avaliação deste apoio representa um grande desafio.

*e) Prestação de Contas Mútua*

Os PIC são preparados em consulta com os parceiros e assinados conjuntamente por ambos os Governos. São ainda adaptados à calendarização das respectivas estratégias de desenvolvimento. Os parceiros são informados sobre as dotações financeiras indicativas, para que essa ajuda possa ser tida em conta nos Orçamentos do Estado dos parceiros. Além disso, são realizadas reuniões semestrais com cada parceiro para o acompanhamento da execução do PIC. Foram ainda levadas a cabo avaliações conjuntas dos PIC 2007-2011.

Portugal faculta ainda, sempre que solicitado, informações sobre os desembolsos. Em particular, fornece informações regulares para: o banco de dados ODAMOZ (Assistência Oficial ao Desenvolvimento de Moçambique); as autoridades timorenses relativamente a projectos em curso com vista à preparação do seu "Orçamento de Fontes Combinadas"; a Angola sobre a APD bilateral para a actualização da Matriz de doadores da UE; a São Tomé e Príncipe, numa base trimestral.

Outras acções de prestação de contas incluem: Relatórios de Progresso do IPAD sobre a Eficácia da Ajuda, a participação de Portugal no Survey da OCDE / CAD sobre a Eficácia da Ajuda (para 2010, cinco países parceiros também participaram), a "Página única" (One-Pager<sup>37</sup>) apresentada anualmente à OCDE/CAD sobre o progresso realizado na implementação da AAA; e a participação no Relatório da UE sobre Monitorização da Ajuda e Prestação de Contas (processo de Monterrey).

***ii) O Código de Conduta da UE***

Portugal respeita amplamente dois princípios básicos do *Código de Conduta da UE* – a concentração geográfica e concentração sectorial da ajuda.

Com seis países responsáveis por quase dois terços da ajuda bilateral, a concentração geográfica da ajuda Portuguesa é uma das mais fortes dos membros da OCDE /CAD. O Código salienta ainda a necessidade de evitar a criação e/ou perpetuação de "órfãos de ajuda". Portugal não só tem mantido a sua cooperação com Estados em situações de pós-conflito e de fragilidade, mas também tem desempenhado um papel importante no

---

<sup>37</sup> Relatório anual de uma página sobre os compromissos de Acra.



incentivo à participação de outros doadores, tanto a nível multilateral como bilateral (por exemplo, em Timor-Leste e na Guiné-Bissau).

Sobre a concentração sectorial, o Código aconselha a participação activa num número máximo de três sectores em cada país. Mais de metade da ajuda Portuguesa vai para os sectores da Educação e a Governação, mas há alguma fragmentação em termos de projectos, que Portugal pretende corrigir nos próximos PIC.

O Código de Conduta da UE indica a *cooperação delegada* como um meio para melhorar a eficácia da ajuda. Após a certificação do IPAD como entidade com capacidade para gerir fundos comunitários, Portugal foi escolhido por Moçambique e pela CE para a implementação do Programa de Apoio ao Sector de Segurança em 2010-2012, com plena responsabilidade de gestão. Em Timor-Leste o processo de delegação de cooperação da CE para o IPAD já começou nas áreas do Desenvolvimento Rural, da Justiça e do apoio à Comunicação Social.

Em Cabo Verde, o projecto Português "CAMPO - Centro de Apoio ao Imigrante no País de Origem", que começou em 2007, evoluiu para um projecto conjunto Portugal/CE/Espanha, sendo implementado pelo IPAD. A Estratégia Conjunta UE-África e o seu primeiro Plano de Acção (2008-2010)<sup>38</sup> representaram uma oportunidade para reforçar a complementaridade entre a CE e os Estados-Membros. Neste contexto, juntamente com a Alemanha, Portugal assumiu a liderança conjunta da Parceria Boa Governação e Direitos Humanos, em estreita colaboração com a CE.

### **3.3.2 Melhorar a coerência das políticas para o desenvolvimento (CPD)**

Uma melhor qualidade da ajuda requer que as medidas tomadas em outras áreas não dificultem – e, se possível, também contribuam para – a prossecução dos objectivos do desenvolvimento. Isto é reconhecido na Visão Estratégica 2005 e Portugal tem activamente promovido a CPD.

A nível internacional, em 2007, durante Presidência Portuguesa da UE, o Conselho da UE adoptou Conclusões sobre a CPD para 12 áreas de política<sup>39</sup>, bem como Conclusões

---

<sup>38</sup> Este Plano define oito parcerias fundamentais: i) Paz e Segurança; ii) Boa Governação e Direitos Humanos; iii) Comércio e Integração Regional; iv) Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; v) Energia; vi) Alterações Climáticas; vii) Migrações, Mobilidade e Emprego viii) Ciência, Sociedade da Informação e Espaço. Disponível em: [https://infoeuropa.eu/ocid.pt/opac/?func=service&doc\\_library=CIE01&doc\\_number=000039706&line\\_number=0001&func\\_code=WEB-FULL&service\\_type=MEDIA](https://infoeuropa.eu/ocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000039706&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA)

<sup>39</sup> Comércio; Meio Ambiente e Mudanças Climáticas; Segurança; Agricultura e Pesca; Emprego e Dimensão Social; Migrações; Investigação; Sociedade da Informação; Transportes; Energia. Em 2009 o número de



específicas em matéria de Migrações e de Segurança. Através da sua participação na Rede Informal CPD da UE, bem como no grupo de Pontos Focais da OCDE/CAD, Portugal está envolvido na aplicação dos instrumentos internacionais CPD.

A nível nacional, instrumentos da CPD incluem: a Estratégia Nacional de Segurança e Desenvolvimento, o Programa Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)<sup>40</sup>, o Plano de Integração de Imigrantes, o Plano Nacional para a Igualdade, Cidadania e Género, e o Plano de Acção Nacional para a Implementação da Resolução n.º 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Dum ponto de vista institucional, instâncias de coordenação incluem a Comissão Interministerial de Cooperação (CIC), o Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento, a Comissão Interministerial das Alterações Climáticas, a Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus e Grupos de coordenação permanente, como o Grupo Interministerial de Segurança e Desenvolvimento.

Em Novembro de 2010, o Governo adoptou uma Resolução (R n.º 82/2010)<sup>41</sup> que estabelece mecanismos formais de CPD: i) O Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e assistido pelo IPAD, mandatado para elaborar um Programa Nacional de CPD e apresentar um relatório bienal sobre a CPD; ii) A "Rede de Pontos Focais CPD", no âmbito da CIC, para o intercâmbio de informações, a elaboração de propostas a serem submetidas aos Ministérios e a apresentação do Relatório de CPD.

### **3.3.3 Segurança e Desenvolvimento: uma abordagem “whole of Government”**

É amplamente reconhecido que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e segurança, e que não haverá paz duradoura sem desenvolvimento e erradicação da pobreza. A maior parte da APD Portuguesa é direccionada para países em situações de pós-conflito e/ou de fragilidade onde o nexos Segurança-Desenvolvimento é particularmente importante.

Com o objectivo de garantir uma maior coordenação da acção externa, tanto no domínio da segurança como no da cooperação para o desenvolvimento, o Governo Português

---

áreas foi reduzido a cinco: "Comércio e Finanças", "Alterações Climáticas", "Segurança Alimentar", "Migrações" e "Segurança".

<sup>40</sup> Disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2007/08/15900/0540405478.pdf>

<sup>41</sup> Disponível em: <http://www.coerencia.pt/files/ResolucaoConselhoMinistros82-2010.pdf>



aprovou, em Julho de 2009, uma **Estratégia Nacional de Segurança e Desenvolvimento**<sup>42</sup>. Os seus objectivos específicos são:

- Promover uma maior coerência e coordenação nas actividades externas conduzidas por Portugal relativas a Segurança e Desenvolvimento;
- Identificar os mecanismos existentes e potenciais de apoio a uma melhor integração de programas e acções na cooperação com países em situação de fragilidade;
- Promover boas práticas e a partilha de informações entre os agentes de Segurança e os do Desenvolvimento, tanto na sede como no terreno;
- Melhorar o diálogo com as redes da sociedade civil que tenham um conhecimento útil das situações em causa;
- Aprofundar a interacção com os parceiros internacionais neste domínio.

Os principais instrumentos da estratégia incluem:

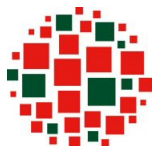
- i) A criação de mecanismos de coordenação política e operacional tanto na sede como no terreno.
- ii) A ênfase, no contexto dos PIC, nas políticas, programas e projectos de apoio à Governança (por exemplo, cooperação técnico-militar, técnico-policial e judicial) e na preparação de planos de acção.
- iii) Promoção do intercâmbio de informação, da formação conjunta e de missões de avaliação conjuntas para o pessoal envolvido nas acções.
- iv) Consulta à sociedade civil com conhecimento da situação no país em questão.
- v) Participação e acompanhamento de iniciativas que tenham impacto sobre o nexo Segurança e Desenvolvimento (por exemplo, a "Abordagem Abrangente" da OTAN, a Estratégia Europeia de Segurança, a parte "Paz e Segurança" do Plano de Acção da Estratégia Conjunta África-UE, iniciativas da CPLP<sup>43</sup>).

Um primeiro **Plano de Acção Segurança e Desenvolvimento** foi preparado para a **Guiné-Bissau**. A implementação deste Plano de Acção constará do próximo PIC, que deve ser alinhado com o calendário da estratégia guineense de redução da pobreza<sup>44</sup>. Foi também elaborado um Plano de Acção para Timor-Leste.

<sup>42</sup> Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/16500/0560305608.pdf>

<sup>43</sup> CPLP é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa

<sup>44</sup> A Estratégia da Redução da Pobreza abrangia inicialmente o período 2006-2008. Foi estendida a 2010 e é aguardada a apresentação de um novo documento.



Em consonância com a Visão Estratégica 2005 e tendo em vista contribuir para a segurança humana em Estados Frágeis, Portugal tem-se empenhado no apoio à Reforma do Sector da Segurança (Security Sector Reform - SSR)<sup>45</sup>. A contribuição de Portugal para RSS inclui cooperação técnico-militar e técnico-policial para a capacitação dos parceiros, incluindo a formação em Portugal e apoio para o reforço das instituições do Estado (forças de segurança, controle de fronteiras, Ministério da Justiça, unidades de investigação criminal). Em todos os PALOP e em Timor-Leste estão em curso Programas de cooperação no Sector de Segurança. Em Cabo Verde, o Sector de Segurança foi seleccionado, por Portugal e pela CE, para apoio orçamental.

O Plano de Acção Nacional para a Implementação da Resolução nº1325 da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança (2009-2013)<sup>46</sup>, aprovado pelo Governo em Agosto de 2009, também deve ser mencionado no contexto da Segurança e Desenvolvimento.

### **3.4 Cooperação e Sociedade Civil**

Reconhecendo o papel importante das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), o Governo Português co-assinou com a Plataforma das ONGD um protocolo que estabelece o quadro (regras, critérios de financiamento) para a colaboração entre os dois. As principais áreas abrangidas por este protocolo são a Cooperação e a Educação para o Desenvolvimento. Este protocolo entrou em vigor em 2002. Entre 2002 e 2010, um total de 435 projectos, envolvendo 135 ONGD, foi co-financiado pelo IPAD, num montante de 30,5 M€.

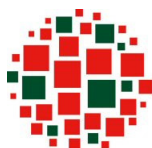
A maior parte deste apoio diz respeito a projectos de Cooperação (Gráfico 3.5). O apoio à Educação para o Desenvolvimento só começou em 2005 e, desde então, tem representado cerca de 16-17% do total. Este capítulo refere-se à área da Cooperação e o Capítulo 3.5 às actividades de Educação para o Desenvolvimento.

Nos anos 2002-2010, três quartos do apoio às ONGD para projectos de cooperação foram atribuídos a projectos em Angola (25%), Guiné-Bissau (24%) e Moçambique (27%). Timor-Leste representou uma parcela de 10%, enquanto Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe representaram cerca de 5% cada (Gráfico 3.6).

---

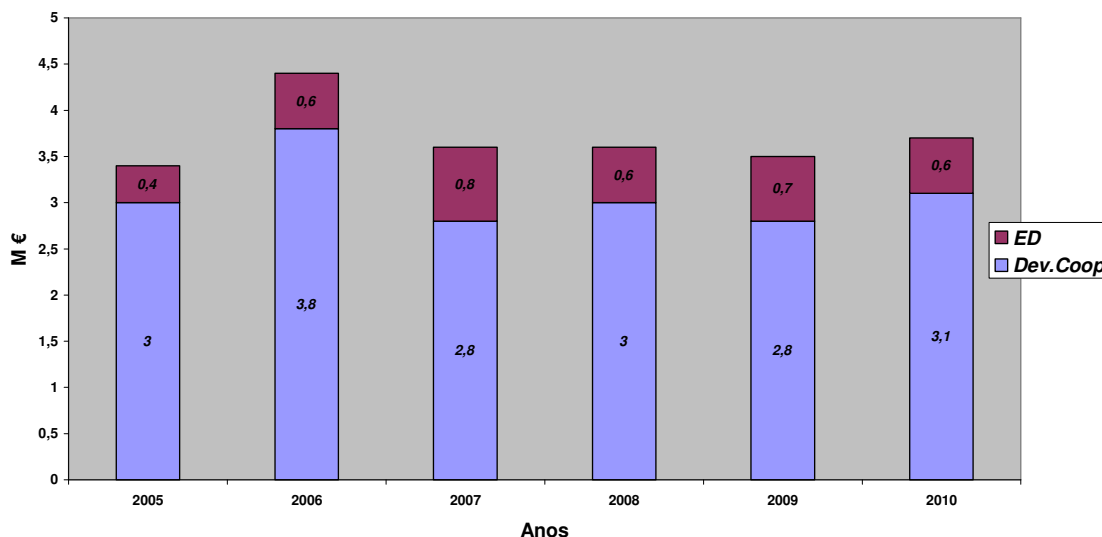
<sup>45</sup> As directrizes da OCDE/CAD sobre SSR e Governança, o Manual da SSR e o Anexo sobre Género foram traduzidos para Português e estão a ser utilizados como manuais para acções de formação lideradas pelos Ministérios da Defesa e da Administração Interna.

<sup>46</sup> Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/16400/0557705585.pdf>



**Gráfico 3.5**

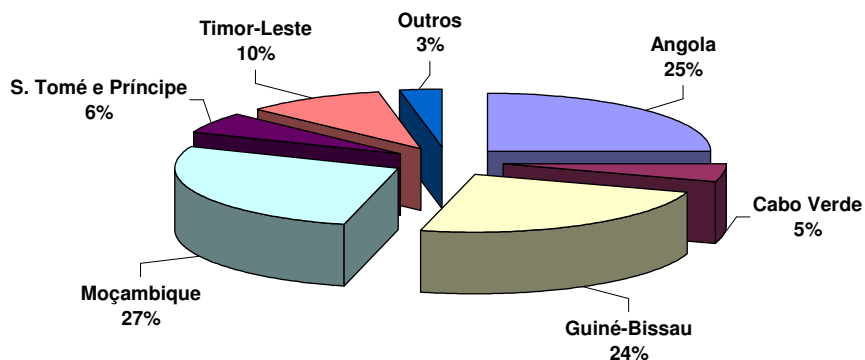
**Co-financiamento de Projectos ONGD, 2005-2010**



Fonte: IPAD.

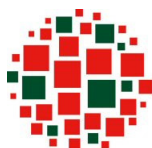
**Gráfico 3.6**

**Co-financiamento de projectos ONGD de cooperation por países**



Fonte: IPAD.

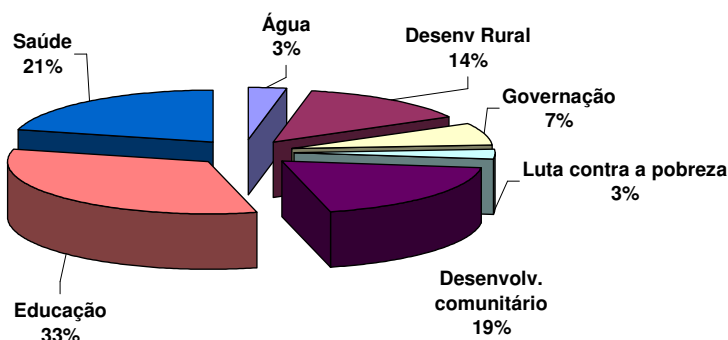
Em termos sectoriais (Gráfico 3.7), o sector da Educação tomou a parte de leão do apoio a ONGD, representando em média um terço do total. O peso do sector Educação difere, no entanto, de país para país: a percentagem foi de 44% para Moçambique, 39% para Timor-Leste e 37% para projectos em Angola. Somente na Guiné-Bissau e em S. Tomé os projectos na Educação representaram menos de 20% do financiamento total das ONGD.



Vem em seguida o sector da Saúde, que representou em média 21% dos financiamentos, e os projectos de desenvolvimento comunitário com 19%<sup>47</sup>. O sector da Saúde foi particularmente importante em S. Tomé (48%), Timor-Leste (34%) e Guiné-Bissau (27%). Os projectos na área de desenvolvimento comunitário representaram 30% na Guiné-Bissau, 24% em Cabo Verde e 23% em Angola.

**Gráfico 3.7**

**Cofinanciamento de projectos ONGD de cooperação por sectores**

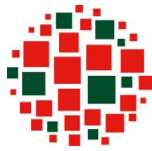


Fonte IPAD.

Para além do co-financiamento de projectos de cooperação para o desenvolvimento, o IPAD apoia directamente projectos executados por ONGD no terreno, dos quais importa destacar:

- **Moçambique:** O programa de “Desenvolvimento Rural da Costa Litoral de Cabo Delgado”, constituído por um conjunto de 3 projectos: i) *Costal Rural Support Programme (CRSP)*; ii) *Entrepreneur Development Initiative (EDI)*; iii) *Bridges to the Future (B2F)*. O programa baseia-se na promoção de organizações comunitárias fortes, que deverão desenvolver-se em torno de actividades geradoras de rendimento (dado o seu incipiente desenvolvimento económico) e de intervenções na melhoria dos serviços sociais básicos (Educação e Saúde). Trata-se de um Programa co-financiado pelo IPAD, entre outros doadores internacionais e empresas privadas, e

<sup>47</sup> Estas percentagens referem-se apenas a projectos financiados pelo IPAD, não incluindo projectos nestas áreas financiados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS).



executado pela Fundação Aga Khan. As intervenções situam-se na costa litoral da Província de Cabo Delgado, no Norte de Moçambique.

- **São Tomé e Príncipe:** O projecto “Saúde para Todos”: trata-se de uma intervenção integrada de cuidados de saúde primários e da saúde preventiva, baseada numa estratégia orientada para as necessidades das comunidades, no contexto de uma parceria público-privada entre o IPAD e a ONGD portuguesa Instituto Marquês de Valle Flôr. O Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe, em conjunto com o Instituto, actua como entidade executora. O projecto visa as comunidades locais, principalmente as mais pobres e vulneráveis, com especial atenção para as mulheres, crianças e doentes crónicos.

### 3.5 Educação para o Desenvolvimento

A ajuda ao desenvolvimento exige um compromisso financeiro a longo prazo, que necessita do apoio dos cidadãos. É, pois, particularmente importante demonstrar aos contribuintes dos países doadores a relevância da cooperação para o desenvolvimento. Tal é, em particular, o caso em tempos de crise e restrições financeiras, quando existe um risco da ajuda ao desenvolvimento se tornar uma área de baixa prioridade dos Governos. Neste contexto, a Educação para o Desenvolvimento (ED) deveria fazer parte das políticas de cooperação para o desenvolvimento<sup>48</sup>.

O IPAD tem estado envolvido em actividades de ED desde 2005. A nível internacional, tem participado em iniciativas no âmbito do Global Education Network Europe (GENE) e do Projecto de Trocas sobre Educação para o Desenvolvimento na Europa (Development Education Exchange in Europa Project - DEEEP). As principais acções de ED incluem:

- Os **Dias do Desenvolvimento (ODD)**, que desde de 2008 têm sido anualmente organizados pelo IPAD, em Lisboa. Este "cluster" de eventos relacionados com a cooperação inspirou-se nos European Development Days (EDD), um evento anualmente co-organizado pela CE e pelo Estado-Membro que exerce a Presidência da UE. Em Portugal, em 2010, os ODD contaram com a participação de cerca de 100 organizações estatais e não estatais (ONGD, Fundações, Municípios e outros). As actividades visaram agentes da cooperação, estudantes

---

<sup>48</sup> O Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento de 2005 reconhece a importância da sociedade civil, referindo a necessidade de "prestar especial atenção à educação para o desenvolvimento e sensibilização dos cidadãos da UE".

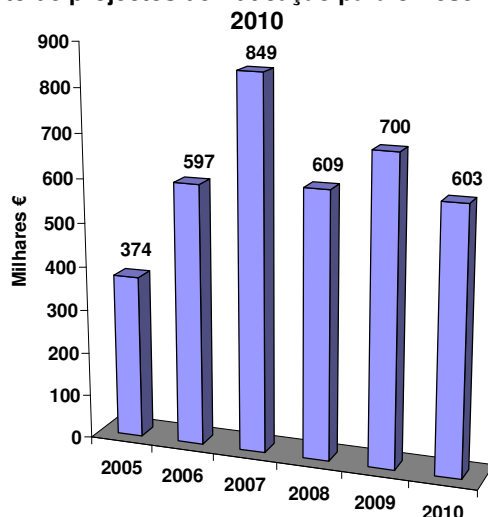




(em particular, estudantes universitários) e alunos, bem como os cidadãos em geral. Foi registada a visita de 8000 pessoas.

**Gráfico 3.8**

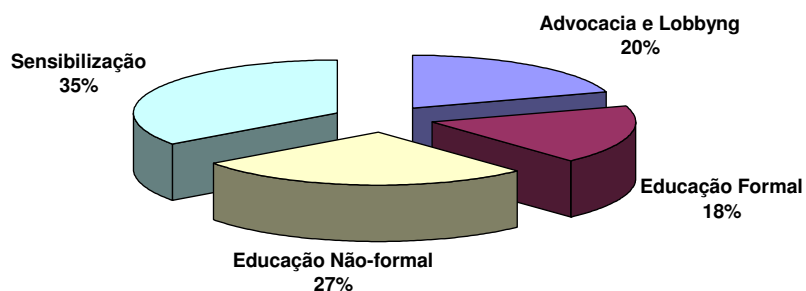
**Cofinanciamento de projectos de Educação para o Desenvolvimento, 2005-**



Fonte: IPAD.

**Gráfico 3.9**

**Distribuição sectorial do cofinanciamento de projectos de Educação para o Desenvolvimento, 2005-2010**



Fonte: IPAD

- O programa **INOV Mundus**, criado em 2008 e coordenado pelo IPAD, destinado à sensibilização e advocacia sobre a cooperação para o desenvolvimento junto de jovens licenciados. O programa abrangeu três anos, cobrindo 250 jovens e



consistindo em formação em entidades nacionais e internacionais de cooperação para o desenvolvimento.

- Séries televisivas sobre questões da cooperação, resultantes de uma parceria entre o canal nacional de televisão (RTP), o IPAD, o Fundo das Nações Unidas para a População e, por vezes, organizações da sociedade civil (por exemplo, a Fundação Marquês de Valle Flôr). As principais séries transmitidas foram: **Príncipes do Nada e Dar Vida sem Morrer**.
- Uma exposição itinerante de banda desenhada, **Vencer os Medos**, focada nas metas dos ODM para 2015 e dirigida aos jovens, patrocinada pelo IPAD, a Campanha do Milénio da ONU e a editora Assírio e Alvim.
- O **MDG Campus Challenge**, lançado pela ONG "Associação Par", que visa envolver os alunos Universitários portugueses numa campanha para os ODM, através de filmes, conferências, etc. O projecto foi patrocinado pela Presidência da República e pela Campanha do Milénio" da ONU, tendo sido co-financiado pelo programa comunitário "Juventude em Acção", pelo IPAD, pelo Instituto Português da Juventude e pela Bolsa de Valores Sociais.

Em 2008, o IPAD lançou um processo participativo para a definição de uma estratégia ED que resultou na **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2010-2015**, formalmente adoptada em Novembro de 2009. O objectivo geral da Estratégia é promover a cidadania global, através de processos de aprendizagem e de sensibilização para questões relacionadas com o desenvolvimento. Além deste objectivo geral, a Estratégia visa:

- Promover a capacitação dos organismos públicos e organizações da sociedade civil como actores de ED.
- Criar mecanismos de diálogo e cooperação institucional entre entidades relevantes.
- Promover a ED no sector formal de educação a todos os níveis, bem como em contextos de educação não formal.
- Promover actividades de sensibilização.

Dois estudos sobre ED na Europa ("DE Watch"<sup>49</sup> e "Estudo DEAR"<sup>50</sup>) sublinharam os progressos realizados em Portugal no domínio da ED. Em 2010 o exame a Portugal da

<sup>49</sup> [http://www.deeep.org/fileadmin/user\\_upload/downloads/MSH\\_group/DE\\_Watch.pdf](http://www.deeep.org/fileadmin/user_upload/downloads/MSH_group/DE_Watch.pdf)

<sup>50</sup> [http://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/index.php/DEAR\\_Final\\_report](http://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/index.php/DEAR_Final_report)

OCDE / CAD concluiu que "a abordagem de Portugal relativamente à Educação para o Desenvolvimento é provavelmente de interesse para outros membros do CAD"<sup>51</sup>.

#### **4. A cooperação por sectores**

Como foi referido acima, a Cooperação bilateral Portuguesa é muito concentrados em sectores onde Portugal pode tirar mais valias das suas vantagens comparativas decorrentes duma língua comum e da prevalência de sistemas legais semelhantes relativamente aos parceiros. Estes sectores são, antes de mais, a Educação e a Governação que representam, cada um, um quarto da ajuda bilateral. A cooperação nestas áreas é principalmente voltada para o desenvolvimento de capacidades individuais e institucionais. Portugal também intervém directamente na luta contra a pobreza, designadamente através do apoio ao desenvolvimento sociocomunitário.

##### **4.1 Apoio à Educação**<sup>52</sup>

Existe um amplo consenso sobre o papel central que a educação desempenha nos processos de desenvolvimento e na luta contra a pobreza<sup>53</sup>. Nos países lusófonos, para onde se orienta uma parte muito significativa da APD portuguesa, Portugal tem uma clara vantagem, relativamente a outros doadores, em cooperação técnica no sector da Educação.

##### **4.1.1 Modalidades de ajuda no apoio à Educação**

O apoio à Educação tem sido quase sempre prestado através de duas modalidades, projectos e bolsas de estudo, esta última representando cerca de 10%.

Os projectos no sector da Educação referem-se a diferentes níveis de ensino – ensino básico, secundário, pós-secundário, profissional e até mesmo ao sector informal – consistindo muitas vezes em cooperação técnica. Na área da Educação, a cooperação técnica sofreu uma mudança de abordagem, passando de uma fase em que professores portugueses eram enviados para os países parceiros para ensinar nas escolas para uma fase em que o ensino passou a ser direccionado aos professores locais, com vista a assegurar a sustentabilidade das intervenções. Dado que o Português é uma língua oficial nos seis principais países parceiros, vários projectos visam reforçar a língua portuguesa no seio da comunidade educativa, muitas vezes com financiamento

<sup>51</sup> <http://www.oecd.org/dataoecd/33/19/46552896.pff>

<sup>52</sup> O foco aqui é sobre o apoio ao sector da Educação nos países parceiros.

<sup>53</sup> Para este consenso contribuíram o Fórum Mundial de Educação em Dacar e a Cimeira do Milénio, ambos em 2000.



assegurado pelo Fundo da Língua. Resumidamente, os projectos de educação podem ser sistematizados como se segue:

- Projectos virados para o **reforço do sistema de ensino nos países parceiros**, nomeadamente formação de professores. Este é o caso do projecto SABER MAIS em Angola, do PASEG na Guiné-Bissau, da ESCOLA + em S. Tomé e do projecto para a consolidação do Português em Timor-Leste<sup>54</sup>.
- Projectos de **cooperação Inter-Universitária**, tais como a cooperação em Medicina entre a Universidade Agostinho Neto de Angola e a Universidade do Porto, em Agronomia entre as Universidades de Cabo Verde e Lisboa, em Matemática Aplicada e Tecnologias de Informação e Comunicação entre as Universidades de Cabo Verde e de Aveiro e em Direito entre as Faculdades de Direito de Bissau e de Lisboa.

O **programa de bolsas** visa a melhoria do ensino superior nas áreas que são importantes para o desenvolvimento dos países parceiros. Este programa também passou por duas fases: numa primeira fase, foram facultadas bolsas para diplomas universitários em Portugal; desde 2006 – na sequência do exame da OCDE/CAD e duma avaliação externa – esta política tem sido progressivamente reformulada e uma nova política de bolsas entrou em vigor em 2009<sup>55</sup>. A nova abordagem leva a uma diminuição das bolsas para estudos em Portugal a favor de bolsas para estudos no país de origem do beneficiário. No que diz respeito a bolsas para estudos em Portugal, a prioridade tem vindo a ser dada a pós-graduações (mestrado e doutorado), visando o desenvolvimento de capacidades dos quadros das Universidades dos países parceiros.

#### 4.1.2 APD para Educação

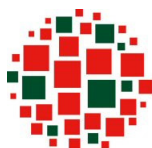
Nos últimos cinco anos, o apoio ao sector da Educação cifrou-se num montante médio anual de 52 M€ (Quadro 4.1.1), ou seja cerca de um quarto da ajuda bilateral.

A ajuda à Educação é em grande parte concentrada nos PALOP e Timor-Leste, que representaram, até 2009, uma percentagem da ordem dos 95%. Cabo Verde tem representado percentagens próximas de 35% (Gráfico 4.1.1), embora esta proporção esteja a diminuir (26% em 2010). Timor-Leste e Moçambique vêm em seguida, respectivamente com 18% e 14% em 2005-2010.

---

<sup>54</sup> Ver "projectos emblemáticos" no capítulo sobre a co-operação por países.

<sup>55</sup> O novo Regulamento para as Bolsas do IPAD foi aprovado pelo Despacho n.º 21370/2009 de 23 de Setembro.



Dos restantes PALOP, a percentagem de S. Tomé e Príncipe aumentou de 5% em 2005 para quase 10% em 2009, caindo em seguida para 8%; a Guiné-Bissau tem representado uma parte relativamente estável de 6-7%, e Angola, que em 2005 representava 16% da ajuda para a Educação, estava com uma percentagem de 7,5% em 2010.

**Quadro 4.1.1 APD bilateral para Educação por países (Milhares de € e %)**

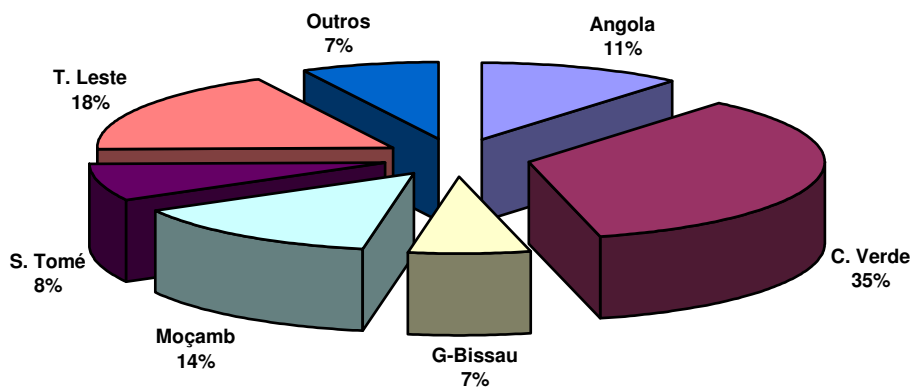
	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010*	%
<b>Angola</b>	8 346	16,2	7 970	15,3	6 256	12,0	4 153	8,2	4 621	8,5	4 111	7,5
<b>C. Verde</b>	19 929	38,7	19 289	36,9	19 315	37,0	18 288	36,3	18 534	34,3	14 445	26,4
<b>G-Bissau</b>	3 083	6,0	3 393	6,5	3 635	7,0	3 560	7,1	3 588	6,6	3 658	6,7
<b>Moçambique</b>	6 166	12,0	7 271	13,9	7 095	13,6	7 927	15,7	8 686	16,1	7 820	14,3
<b>STP</b>	2 625	5,1	3 479	6,7	3 653	7,0	4 343	8,6	5 374	9,9	4 557	8,3
<b>T. Leste</b>	8 169	15,9	7 925	15,2	10 257	20,0	9 415	18,7	10 052	18,6	10 785	19,7
<b>PALOP+TL</b>	<b>48 318</b>	<b>93,8</b>	<b>49 327</b>	<b>94,5</b>	<b>50 211</b>	<b>96,3</b>	<b>47 686</b>	<b>94,6</b>	<b>50 855</b>	<b>94,0</b>	<b>45 376</b>	<b>82,8</b>
<b>Outros</b>	3 218	6,2	2 884	5,5	1 950	3,7	2 710	5,4	3 262	6,0	9 438	17,2
<b>Total</b>	<b>51 536</b>	<b>100</b>	<b>52 211</b>	<b>100</b>	<b>52 161</b>	<b>100</b>	<b>50 396</b>	<b>100</b>	<b>54 117</b>	<b>100</b>	<b>54 814</b>	<b>100</b>

Fonte: IPAD

\*Dados provisórios.

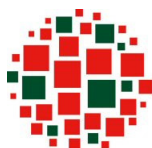
**Gráfico 4.1.1**

**APD para Educação por países, 2005-2010.**



Fonte: IPAD.

O Quadro 4.1.2 e o Gráfico 4.1.2 mostram a distribuição da APD para a Educação por subsectores. Em parte porque uma parte significativa do apoio à Educação é fornecida sob a forma de bolsas de estudos para universitários, o Ensino Superior representa uma



percentagem estável de dois terços do apoio total ao sector<sup>56</sup>. A parte relativa a ajuda à Educação não especificada aumentou de 13% para 30%, um reflexo da crescente importância dos programas de formação de professores. A parte da Educação básica caiu de 10% em 2005 para pouco mais de 1% em 2010.

**Quadro 4.1.2 APD para Educação por subsectores (Milhares € e %)**

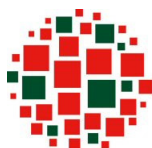
	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010*	%
<i>Educação, não espec</i>	6 676	13,0	4 689	9,0	7 372	14,1	12 970	25,7	14 863	27,5	16 639	30,4
<b>Política educacional</b>	311	0,6	17	0,0	490	0,9	7 444	14,8	10 843	20,0	9 716	17,7
<b>Equip. e formação</b>	3 661	7,1	2 238	4,3	1 500	2,9	531	1,1	609	1,1	1 318	2,4
<b>Formação de prof.</b>	2 704	5,2	2 434	4,7	5 382	10,3	4 995	9,9	3 411	6,3	5 605	10,2
<b>Invest em Educação</b>			6	0,0								
<i>Educação Básica</i>	5 246	10,2	4 942	9,5	3 826	7,3	1 406	2,8	1 288	2,4	766	1,4
<b>Pré-escolar</b>	471	0,9	91	0,2	67	0,1	62	0,1	90	0,2	26	0,0
<b>Primária</b>	4 772	9,3	4 844	9,3	3 758	7,2	1 340	2,7	1 039	1,9	226	0,4
<b>Ed jovens e adultos</b>	3	0,0	7	0,0	1	0,0	4	0,0	158	0,3	515	0,9
<i>Secundário</i>	5 338	10,4	7 203	13,8	6 268	12,0	2 022	4,0	3 971	7,3	4 009	7,3
<b>Ensino Secundário</b>	4 672	9,1	6 672	12,8	5 925	11,4	1 807	3,6	3 529	6,5	3 465	6,3
<b>Formação Profissional</b>	666	1,3	531	1,0	343	0,7	215	0,4	442	0,8	544	1,0
<i>Educação Superior</i>	34 276	66,5	35 377	67,8	34 695	66,5	33 997	67,5	33 995	62,8	33 399	60,9
<b>Ensino Superior</b>	33 781	65,5	35 123	67,3	34 347	65,8	33 642	66,8	33 855	62,6	32 979	60,2
<b>Formação avançada</b>	495	1,0	254	0,5	348	0,7	355	0,7	140	0,3	421	0,8
<b>Total</b>	51 536	100	52 213	100	52 160	100	50 396	100	54 117	100	54 814	100

Fonte: IPAD. \* Dados provisórios.

Como mencionado acima, uma parte importante – da ordem de 9-11% - da ajuda portuguesa à Educação é prestada através de bolsas de estudo. O Quadro 4.1.3 mostra a APD em bolsas, tanto por níveis de ensino como por países. A maior parte dos recursos – 75%, em média, em 2005-2010 – foram para bolsas de estudo para o Ensino superior. A quota-parte do Ensino secundário ficou, em média, em 4%, mas sofreu uma queda acentuada, de 10% para 1%, durante o período em análise. Outros sectores (Governo, Bancos) e o apoio multi-sectorial representam, em conjunto, cerca de 15%.

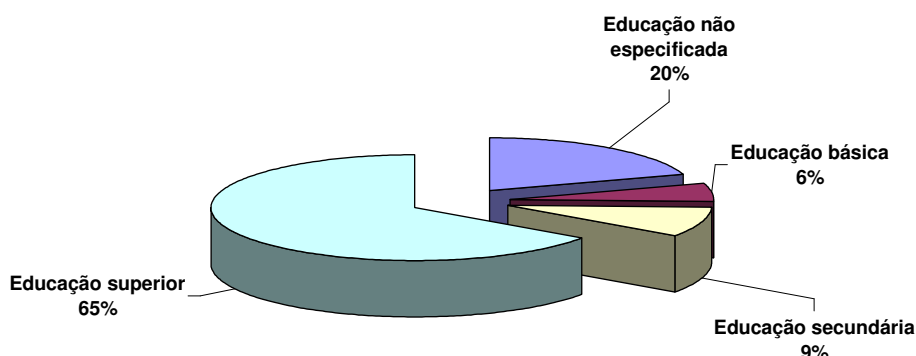
A repartição das bolsas de estudo por países (Gráfico 4.1.4) mostra que Cabo Verde tem uma posição de destaque, representando em média 19% da ajuda fornecida em 2005-2010 (mais de 20% em todos os anos, excepto em 2007 e 2010). Moçambique vem em segundo lugar, com uma proporção média de 14%. Angola e Guiné-Bissau representam 11% cada, Timor-Leste e S. Tomé 8-9%, enquanto a percentagem de Timor-Leste baixou

<sup>56</sup> O elevado valor de apoio ao ensino superior reflecte os custos ligados às vagas nas Universidades que as autoridades Portuguesas reservam para os estudantes dos PALOP e de Timor-Leste.



de forma acentuada entre 2005 e 2010. Note-se que os dados de 2007 e 2010 estão distorcidos por um montante apreciável de APD em bolsas dirigida para o Brasil.

**Gráfico 4.1.2**  
**APD PARA EDUCAÇÃO POR SUB-SECTORES, 2005-2010 (%)**

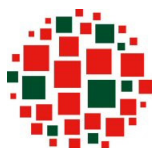


Fonte: IPAD.

**Quadro 4.1.3 APD relativa a bolsas (Milhares € e %)**

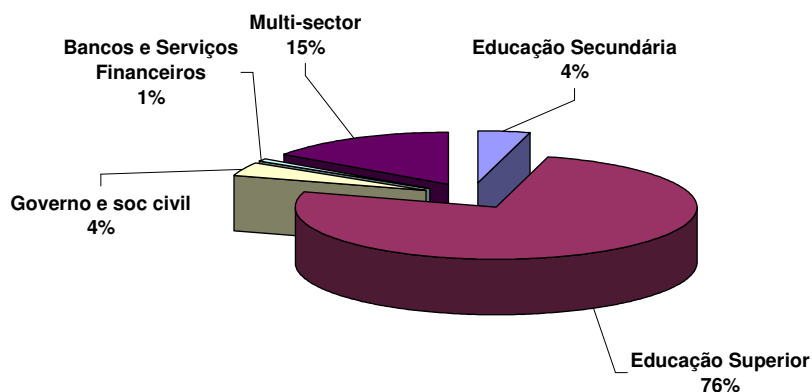
	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010*	%
<i>Por níveis</i>												
<b>Secundário</b>	609	11	443	10	102	2	159	4	117	3	124	1
<b>Superior</b>	4 311	76	3 363	76	3525	57	3 425	81	3 473	79	8 129	83
<b>Governo e soc. civil</b>	105	2	27	1	41	1	211	5	314	7	776	8
<b>Bancos e Serviços Financeiros</b>	6	0	2	0	12	0	30	1	63	1	326	3
<b>Multi-sector</b>	669	12	618	14	2 552**	41	402	10	413	9	426	4
<b>Total</b>	5 701	100	4 453	100	6 232	100	4 227	100	4 380	100	9 781	100
<i>Por países</i>												
<b>Angola</b>	672	12	662	15	578	9	712	16	631	12	699	7
<b>Cabo Verde</b>	1 219	21	1096	25	1 000	15	1 036	24	1 529	29	1 189	11
<b>Guiné-Bissau</b>	746	13	722	16	644	10	678	15	567	11	601	6
<b>Moçambique</b>	743	13	679	15	814	13	879	20	1 001	19	1 147	11
<b>S. Tomé e Príncipe</b>	454	8	487	11	496	8	549	13	635	12	795	7
<b>Timor-Leste</b>	1 027	18	601	14	339	5	271	6	297	6	250	2
<b>PALOP e Timor-Leste</b>	4 861	85	4 247	95	3871	60	4 126	94	4 660	89	4 680	44
<b>Outros</b>	840	15	207	5	2 605**	40	274	6	565	11	5 916	56
<b>Total</b>	5 701	100	4 454	100	6 476	100	4 400	100	5 225	100	10 597	100

Fonte: IPAD. \* Dados provisórios. \*\* Inclui ajuda ao Brasil.



**Gráfico 4.1.3**

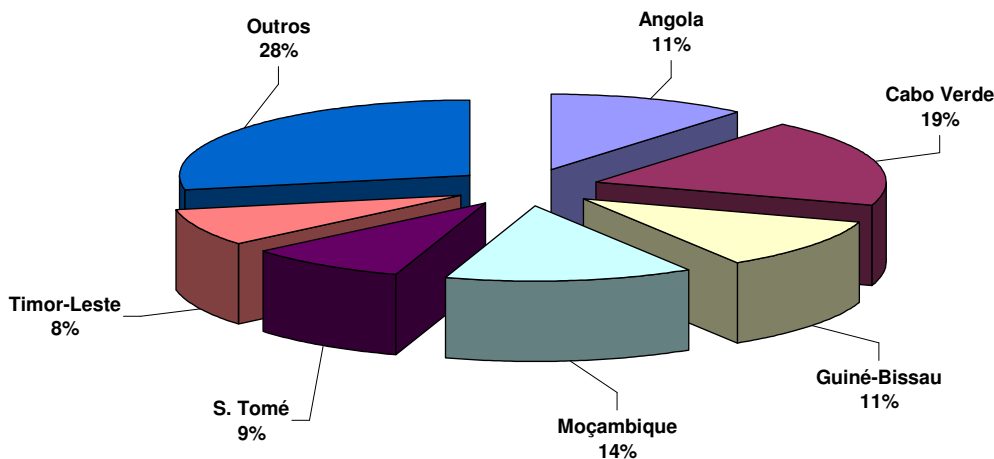
**APD EM BOLSAS POR SUB-SECTORES, 2005-2010 (%)**



Fonte: IPAD.

**Gráfico 4.1.4**

**APD EM BOLSAS POR PAÍSES, 2005-2010 (%)**



Fonte: IPAD.

Os principais **projectos** de apoio ao sector da Educação incluem<sup>57</sup>:

- Em **Angola**, o projecto **SABER MAIS - apoio ao Ensino secundário**: O objectivo principal do projecto é fortalecer o ensino secundário nos distritos de Benguela e Namibe através de assistência técnica. O projecto cobriu o período de Agosto de

<sup>57</sup> Ver também referência a estes projectos no capítulo 5.





2008 a Fevereiro de 2010, com um orçamento de 10,2 M€ co-financiado pelo IPAD (5,4 M€) e pelo Ministério da Educação (4,8 M€) de Angola. A assistência foi essencialmente direccionada para professores do ensino secundário e candidatos a professor. O objectivo era reforçar o sector da Educação de Angola, através da colocação de professores / formadores Portugueses nas escolas angolanas, com vista a formar professores angolanos e constituir uma sólida rede de formadores.

- Em **Cabo Verde**, existem projectos de **apoio ao ensino secundário** (assistência técnica, formação de professores e renovação da Escola Secundária Domingos Ramos), à **Universidade de Cabo Verde** (Mestrado em Agronomia, Matemática Aplicada e Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC) e ao **Centro de Formação Profissional da ilha do Fogo**. Estes projectos ascenderam a cerca de 3 M€, em grande parte financiados pelo IPAD (apenas o Centro da Ilha do Fogo foi co-financiado pelo Instituto de Formação Profissional de Cabo Verde).
- Na **Guiné-Bissau**, é de referir o projecto **PASEG II**, para o período de Setembro 2009 a Agosto de 2012, com um orçamento de 4,7 M€ co-financiado pelo IPAD (45%) e o Governo da Guiné-Bissau (55%), e a co-operação entre as **Faculdades de Direito de Lisboa e de Bissau**, para o período Outubro 2010 a Setembro de 2011, com um orçamento de 355.800 €, co-financiado pelo IPAD (85,7%), a Faculdade de Direito de Lisboa (13,1%) e a Faculdade de Direito de Bissau (1,2%).
- Em **Moçambique**, merece menção o apoio à **formação profissional**, incluindo o lançamento de um Centro de ensino para professores de ensino profissional. O projecto, que respondeu a um pedido do Ministério Moçambicano da Educação, foi implementada em 2010 pela Fundação Portugal-África (FPA) e teve um orçamento de 1.172 milhares de €, co-financiado pelo Ministério da Educação Português (629 mil €), o IPAD (245 mil €), o Ministério da Educação de Moçambique (165 mil €), a FPA (70,7 mil €) e a Fundação Portugal Telecom (62,5 mil €).
- Em **S. Tomé e Príncipe**, o projecto **ESCOLA +, Educação para Todos**, foi desenvolvido através de uma parceria entre o IPAD, o Instituto Marquês de Valle Flôr e o Ministério da Educação de S. Tomé. O projecto, que começou em 2009 e tem uma duração de quatro anos, tem um orçamento de cerca de 4,7 M€ a ser financiado pelo Fundo da Língua. O projecto envolve o desenvolvimento de capacidades com vista a melhorar a sustentabilidade do sistema de Educação. Os



principais beneficiários são professores, gestores escolares, inspectores escolares e alunos, bem como os responsáveis pelo sector da Educação a nível nacional.

- Em **Timor-Leste**, o principal projecto visa a **consolidação da língua Portuguesa** como instrumento de Educação. Entre 2000 e 2011, a Cooperação Portuguesa atribuiu cerca de 60 M€ a este projecto. Desde 2008, o projecto tem-se centrado no reforço do ensino a professores, funcionários públicos, meios da comunicação social e população em geral. Esta fase, que deve ser concluída até final de 2011, envolve 14,3 M€. O projecto está a ser implementado pelo IPAD, em colaboração com o Ministério da Educação timorense e a Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto – ESE-PP.

#### **4.1.3 Estratégia de apoio à Educação<sup>58</sup>**

Com vista a enquadrar e sistematizar as intervenções da Cooperação Portuguesa no sector da Educação – que envolvem entidades públicas e privadas, bem como organizações da sociedade civil – Portugal definiu, em 2009, uma estratégia de cooperação para a Educação. Este documento de orientação política resultou de uma discussão longa e frutuosa entre actores institucionais e da sociedade civil. O objectivo final desta estratégia é apoiar o desenvolvimento humano e económico nos países parceiros através de intervenções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. A Cooperação Portuguesa neste sector segue os princípios estabelecidos na Declaração de Paris de 2005 e na AAA de 2008, incluindo a harmonização, alinhamento e coerência com as estratégias de desenvolvimento dos países parceiros e as suas prioridades para o sector da Educação. Foram identificadas seis **áreas prioritárias**:

- 1) Expandir o acesso à educação (em particular ao ensino básico);
- 2) Melhorar a qualidade do ensino e dos sistemas de ensino;
- 3) Fortalecer e consolidar a língua Portuguesa como instrumento de Educação;
- 4) Apoiar a formação de professores;
- 5) Apoiar o reforço das instituições e a melhoria da gestão escolar;
- 6) Desenvolver a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e reforçar os instrumentos pedagógicos.

---

<sup>58</sup> Esta é uma estratégia para a Cooperação Portuguesa no sector da Educação, que é distinta da Estratégia Nacional da Educação para o Desenvolvimento que visa a sensibilização da população para questões de desenvolvimento.



Estas áreas referem-se a todos os níveis de ensino - básico (escola primária e alfabetização de adultos), secundário e superior - bem como à formação profissional, que constitui um instrumento essencial no desenvolvimento dos sectores de produção nos países parceiros. Embora as políticas concretas dependam das realidades, necessidades e solicitações dos parceiros envolvidos, as intervenções prioritárias incluem: i) o ensino do e em Português, que é a língua oficial dos PALOP e de Timor-Leste e um pilar do sistema educativo<sup>59</sup>; ii) o reforço das capacidades institucionais no sector da Educação, iii) a utilização das TIC e o reforço dos instrumentos pedagógicos. O apoio na área da Educação continuará a ser em grande parte prestado através da **cooperação técnica para o desenvolvimento de capacidades** individuais e institucionais, onde a formação de professores se manterá como uma característica que distingue a Cooperação Portuguesa das demais.

Quanto aos **actores**, além do IPAD, a Estratégia considera o envolvimento Ministérios (Educação, Trabalho e Solidariedade Social), bem como o Instituto Camões (para a parte dos programas de Cooperação relativos à língua). As Universidades e outras instituições de Ensino Superior também desempenham um papel importante no apoio ao ensino universitário. Outros actores da cooperação no sector da Educação incluem autarquias, fundações e organizações da sociedade civil. O IPAD é o órgão central de coordenação e é responsável pelo planeamento, financiamento, acompanhamento e avaliação do apoio à Educação.

A Estratégia de apoio à Educação tem ainda como objectivo melhorar a coordenação e a complementaridade com outros doadores bilaterais e multilaterais, incluindo a UNESCO, a UNICEF, a OMS e o Banco Mundial. Na busca de coerência com outros doadores, a Cooperação Portuguesa estabelecerá, quando tal for adequado, parcerias com as instituições relevantes, incluindo uma base bi-multi (apoio bilateral canalizado através de uma organização multilateral) e multi-bi (parceria com uma entidade multilateral para canalizar o apoio para um determinado parceiro).

#### **4.2 Luta contra a pobreza e a exclusão social**

Embora em última análise toda a APD contribua para a redução da pobreza, a Cooperação Portuguesa também intervém directamente na luta contra a pobreza e a exclusão social através do apoio ao desenvolvimento sociocomunitário. O ODM 1 é o

---

<sup>59</sup> O Fundo da Língua foi criada pelo Decreto-Lei 248/2008, com o objectivo de apoiar projectos de desenvolvimento que envolvam o reforço do Português como instrumento de educação e desenvolvimento de capacidades.



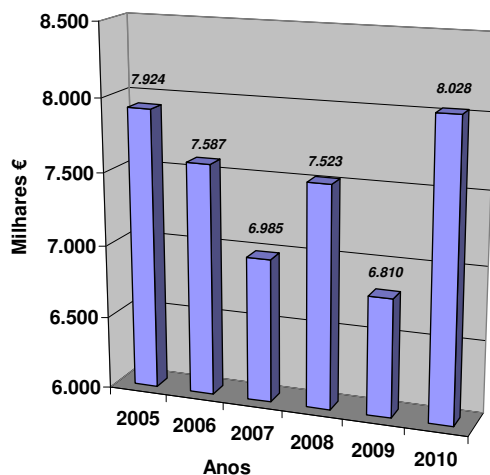
principal objectivo dessas intervenções, que também contribuem para os ODM 2, 3 e 4. Este apoio é essencialmente dirigido a crianças, jovens, mulheres e idosos, englobando uma série de actividades, tais como acolhimento de crianças e jovens em situações de risco, alfabetização de adultos e ensino a crianças não escolarizadas, facilitação do acesso a água potável, cuidados de saúde básicos, apoio à formação profissional e actividades de lazer. Em muitos casos, os projectos também incluem a construção e / ou reabilitação de infra-estruturas para as actividades sociais. A entidade responsável por estes projectos é o Ministério Português do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS)<sup>60</sup>. Os projectos são implementados principalmente por organizações locais da sociedade civil.

#### 4.2.1 APD e modalidades de ajuda

A APD bilateral directamente alocada à luta contra a pobreza atingiu um nível médio de 7,5 M€ por ano no período 2005-2010. O Gráfico 4.2.1 indica os valores anuais. Em 2010 o valor era superior a 8 M€, valor que é o mais elevado desde 1998, ano em que este tipo de cooperação passou a ser conduzido de uma forma mais sistemática.

**Gráfico 4.2.1**

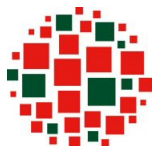
**APD directamente orientada para a Luta contra a Pobreza, 2005-2010**



Fonte: MTSS.

A distribuição desses valores por países está indicada no Gráfico 4.2.2 e Quadro 4.2.1. Entre 2005 e 2010, um quarto dos fundos foram direccionados para Angola. Tal pode ser

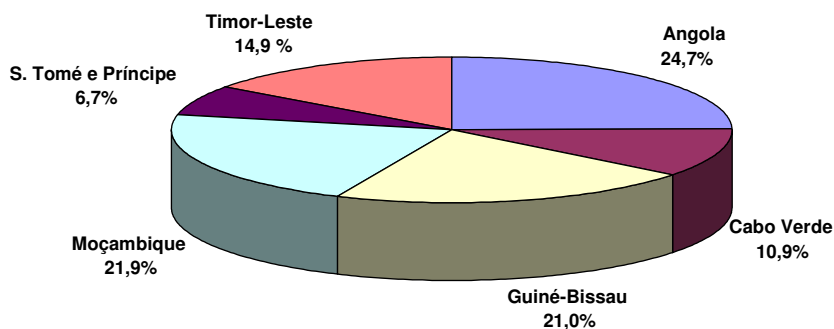
<sup>60</sup> As intervenções do MTSS incluem também apoio institucional e ajuda à Formação Profissional.



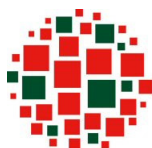
um reflexo de uma série de projectos importantes, tais como projectos que visam o desenvolvimento sociocomunitário nas províncias de Luanda e Kwanza Norte, que foram lançados em 2007 (ver 4.2.2). Moçambique e Guiné-Bissau vêm em seguida, com um pouco mais de um quinto cada um. Timor-Leste representou 15%, Cabo Verde 11% e S. Tomé e Príncipe os restantes 7%. O apoio a Timor-Leste só começou em 2003 e atingiu 1,4 M€ em 2005 e 2006, mas este valor caiu nos últimos anos.

A ajuda é sobretudo prestada através de projectos, cuja implementação é frequentemente da responsabilidade de organizações locais da sociedade civil (ONG, fundações, associações, congregações religiosas), com base em contratos anuais entre o MTSS Português e essas entidades. Os contratos incluem um orçamento específico, um plano de actividades e os resultados esperados. Esta abordagem é vista como tendo um certo número de vantagens em comparação com o envolvimento directo das autoridades Portuguesas, já que as organizações da sociedade civil têm muitas vezes um conhecimento mais profundo das necessidades da população e uma maior capacidade de implementação a nível local.

**Gráfico 4.2.2 APD directamente orientada para a Luta contra a Pobreza por países (%) 2005-2010**



Fonte: MTSS.



**Quadro 4.2.1 APD para Luta contra a Pobreza por países, 2005-2010 (Milhares € e %)**

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2005-2010	%
<i>Angola</i>	1 947,15	1 794,42	1 724,40	1 617,25	2 033,20	1 957,53	11 073,95	<b>24,7</b>
<i>Cabo Verde</i>	948,92	905,78	753,44	493,11	915,38	866,05	4 882,68	<b>10,9</b>
<i>Guiné-Bissau</i>	1 044,41	1 493,00	1 375,98	1 429,24	1 439,70	2 642,93	9 425,26	<b>21,0</b>
<i>Moçambique</i>	1 831,31	1 994,01	1 358,60	2 393,17	885,07	1 347,56	9 809,72	<b>21,9</b>
<i>S. Tomé e Príncipe</i>	744,00	0	675,89	413,74	681,20	475,04	2 989,87	<b>6,7</b>
<i>Timor-Leste</i>	1 408,05	1 399,92	1 096,60	1 176,88	855,76	739,33	6 676,54	<b>14,9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7 923,84</b>	<b>7 587,13</b>	<b>6 984,91</b>	<b>7 523,39</b>	<b>6 810,31</b>	<b>8 028,44</b>	<b>44 858,02</b>	<b>100</b>

Fonte: MTSS.

#### **4.2.2 Apoio ao desenvolvimento sociocomunitário**

O objectivo global desta ajuda é a luta contra a pobreza e a exclusão social. Inclui: atendimento a crianças e jovens em situações difíceis (incluindo ensino a crianças não escolarizadas), alfabetização de adultos, formação de professores para estas actividades, formação profissional e assistência a idosos.

Os principais projectos em fase de implementação são:

##### ***i) Projectos integrados direccionados para grupos vulneráveis***

- **Angola:** Dois Projectos Integrados de Desenvolvimento Comunitário para Grupos Vulneráveis (Luanda e Kwanza Norte), que respondem a pedidos do Ministério angolano da Assistência e Reinserção Social. O projecto de Luanda tem sido prosseguido desde 1999. Para o período 2007-2010 envolveu um montante total de 2,9 M€. O projecto do Kwanza Norte foi lançado em 2002, tendo implicado, para 2007-2010, um montante de 1 M€. A implementação destes projectos tem estado a cargo da Congregação Salesianos de Dom Bosco. As principais actividades são: alfabetização de mulheres, jovens e crianças não escolarizadas, assistência pré-escolar a crianças pequenas, incluindo alimentação, formação de professores para combater o analfabetismo e para a assistência pré-escolar; protecção social a crianças e jovens que enfrentam situações difíceis, formação profissional, apoio às mulheres com uma actividade agrícola, auxílio a actividades que contribuam para a criação de emprego local (carpintaria, construção, serralharia).
- **Guiné-Bissau:** Projecto Integrado para o Desenvolvimento de uma Rede de Protecção Social. O projecto tem sido desenvolvido desde 2004. Para o período 2008-2009 envolveu 551.400 €. O projecto, que responde a necessidades identificadas pelo Ministério guineense da Mulher, Família, Coesão Social e Luta



contra a Pobreza, está a ser implementado pela ONG guineense Rede Ajuda, Cooperação e Desenvolvimento (ONG-RA). Tem como alvo crianças, jovens e mulheres em determinados Bairros e tabancas da região de Bissau (Bairro de Reno), Quinara (Buba, Fulacunda) e Biombo (Safim), bem como, para intervenções pontuais, em Bafatá. O projecto inclui actividades como: apoio para a melhoria da dieta alimentar (Bissau/Reno, Biombo e Quinara); alfabetização de mulheres (regiões de Bissau, Biombo e Quinara), melhoria das condições de vida (Quinara); formação profissional de mulheres e jovens (Biombo e Quinara), administração de pequenas empresas para as mulheres (Quinara), apoio ao saneamento básico (furos de água) na região de Biombo, Quinara e Bafatá, apoio técnico para as pessoas deficientes, microcrédito.

- **Moçambique:** Dois projectos, que foram ao encontro de solicitações do Ministério moçambicano da Mulher e Acção Social, merecem referência:
  - i) Projecto Integrado de Desenvolvimento Comunitário no Mumeno (região de Maputo, 85 mil habitantes) e em Gurué e Nobóia (Zambeze, 303 mil habitantes). Para o período 2007-2010, o projecto envolveu um montante de 1,3 M€. A sua implementação foi da responsabilidade da Congregação Irmãs Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC). As principais actividades incluem: melhoria das condições de vida (água, infra-estrutura de estradas, transporte, padaria) e de infra-estruturas de ensino (salas de aula, internatos) para a população de Mumeno; melhoria das condições de escolaridade (para alunos do 8.º ao 11.º anos) em Gurué, melhoria do acesso aos cuidados básicos de saúde para a população de Nobóia.
  - ii) Apoio ao Centro de Dia Mães de Mavalene (região de Maputo, 118 mil habitantes). O projecto teve início em 2002. No período de 2007-2009 envolveu 1,6 M€ e está a ser implementado pelo Instituto Associação das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA). As principais actividades incluem: actividades pré-escolares, ensino, básico, secundário e superior, formação profissional e apoio a idosos (assistência médica, actividades de lazer).
- **S. Tomé e Príncipe:** Existem vários projectos que visam o desenvolvimento de uma Rede de Protecção Social e um projecto de apoio à formação profissional em Budobudo. Esses projectos foram lançados, a pedido do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família de S. Tomé. Desde 2002 os projectos de apoio à protecção social envolveram cerca de 5 M€ financiados pelo MTSS. A população-



alvo inclui dois grandes grupos: idosos e crianças. As principais actividades são: apoio alimentar, cuidados básicos de saúde, actividades de lazer, assistência escolar e formação profissional. Os principais projectos em curso são:

- i) Um projecto para os idosos e crianças, implementado pela Santa Casa da Misericórdia, nos distritos de Água Grande, Mé-Zochi, Cantagalo e Pague.
  - ii) Um projecto que abrange idosos, crianças, jovens e mulheres, implementado pela congregação Irmãs Franciscanas Hospitalleiras da Imaculada Conceição no distrito de Lembá.
  - iii) Um projecto virado principalmente para crianças (internato, assistência escolar), implementado pelo ARCAR – Associação Para a Reinserção de Crianças Abandonadas e em Situação de Risco, nos distritos de Água Grande e Lobata.
  - iv) Um projecto – a Casa dos Pequeninos – dirigido a crianças abandonadas e crianças em risco, implementado pela Caritas, no distrito de Água Grande.
- **Timor-Leste:** Dois projectos principais, que respondem a pedidos do Ministério da Solidariedade Social timorense, estão em curso:
    - i) No Distrito de Díli: o projecto teve início em 2003 e está a ser implementado pelo Centro Juvenil Padre António Vieira (CJPAV). É destinado a crianças e jovens. Em 2007-2010 o projecto envolveu um montante de cerca de 400.000 €. As principais actividades incluem: actividades culturais (biblioteca, utilização de computadores, filmes, teatro, música, jogos), e iniciativas pedagógicas (introdução à matemática, geografia, história), administração de pequenas empresas, microcrédito.
    - ii) No distrito de Lautém: o projecto, iniciado em 2008, está a ser implementado pela congregação das Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres. Tem como alvo crianças vulneráveis e idosos na comunidade de Moro. Para o período 2008-2010 envolveu um montante de cerca de 400 mil €. O projecto incluiu a construção e equipamento de um Centro Social (Imaculada Conceição), bem como as actividades do Centro (actividades de lazer para crianças, jovens e adultos, biblioteca, creche e apoio a idosos vulneráveis). A construção do Centro foi concluída em meados de 2009 e as suas actividades tiveram início em Agosto do mesmo ano.





## ***ii) Projectos dirigidos especificamente a crianças e jovens***

- **Cabo Verde:** Projecto de apoio a crianças vulneráveis e jovens (7-18 anos) na ilha de Santiago, concelho da Praia. O projecto começou em 2002 e o seu orçamento para 2002-2010 foi de cerca de 2 M€ (1,3 M€ em 2002-2007 e 740 mil € para 2008-2010). Constitui uma resposta a um pedido do Ministério cabo-verdiano do Trabalho, Família e Solidariedade e consiste em três centros: o Centro de Protecção Social de Lém Cachorro (80 crianças, 20 raparigas e 60 rapazes), o Centro Juvenil de Picos (30 rapazes); e o Centro Juvenil de Assomada (40 raparigas). O objectivo é promover a integração social e profissional dessas crianças e jovens, nomeadamente através do envolvimento da família e da sociedade civil. Inclui actividades pedagógicas, culturais e de lazer, desporto, trabalho com famílias e com a sociedade civil, assistência médica e apoio psicológico.
- **Moçambique:** Dois projectos merecem referência:
  - i) Apoio à Casa do Gaiato de Maputo (Boane, 102 457 habitantes): O projecto teve início em 2003. No período 2007-2009, envolveu 781 mil €. A execução é da responsabilidade da Casa do Gaiato. O projecto inclui uma creche, um internato, actividades educativas e de lazer, cuidados de saúde, em particular para pacientes com VHI / SIDA.
  - ii) Apoio à Creche de Matola: O projecto teve início em 1999. No período 2007-2010 envolveu uma verba de cerca de 400.000 €. A execução é da responsabilidade da Congregação Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus. Abrange uma área com 672 500 habitantes e visa crianças deficientes e jovens com idades entre 6-25 anos. As actividades incluem uma escola, alimentação e vestuário, cuidados de saúde e educação.
- **Timor-Leste:** Os seguintes projectos merecem uma menção:
  - i) Apoio a crianças e jovens em Lauala (Ermera) – Lar Bom Samaritano: O projecto teve início em 2003. Em 2007-2010 envolveu um montante de 282.000 €. A execução é da responsabilidade da Fundação Bom Samaritano. As principais actividades incluem: internato para crianças e jovens durante o período escolar, melhoria da dieta alimentar, apoio a actividades escolares, desporto.
  - ii) Apoio a crianças em Quelicai (Baucau) – Lares Santa Teresinha e Laga: O projecto teve início em 2004. Em 2007-2010 envolveu um montante de 395.000 €. A execução é da responsabilidade da Congregação Salesianos de Dom Bosco.



As principais actividades incluem: internato para crianças e jovens durante o período escolar, melhoria da dieta alimentar, o apoio às actividades escolares, desporto, actividades agrícolas para fins pedagógicos.

- iii) Apoio ao Centro de Formação Profissional de Tíbar. O projecto foi lançado em 2003, em resposta a um pedido do Secretário de Estado timorense do Emprego e Formação Profissional. Para o período 2007-2010 envolveu um montante financeiro de 2,3 M€. O projecto inclui infra-estrutura, actividades de formação profissional (pedreiros, electricistas, carpinteiros, canalizadores) e a criação de uma unidade especial de produção agrícola.

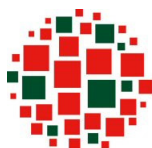
### **4.3 Cooperação no sector da Governação**

A maior parte da APD portuguesa é direccionada para países em situações de pós-conflito e/ou de fragilidade. Trata-se de países com estruturas institucionais débeis e com grandes limitações no que se refere à capacidade da Administração Pública e do sector da Segurança. Nesses países, o reforço da capacidade institucional assume uma importância particular. Em resposta a solicitações por parte dos países parceiros, a Cooperação Portuguesa tem apoiado o desenvolvimento de capacidades em várias áreas da Governação, incluindo as Finanças Públicas, a Justiça e as forças de Segurança.

#### **4.3.1 APD para Governação**

Todos os PIC que foram assinados desde 2005 incluem a “Governação, Democracia e Participação” como sector prioritário. Em 2005-2010, a APD destinada a este sector (incluindo apoio à sociedade civil) ascendeu a 279 M€, com uma média anual de cerca de 46,5 M€.

O Quadro 4.3.1 mostra os valores da APD para Governação por países. A primeira característica destes dados é a mudança na sua distribuição geográfica: em 2005, um quarto era direccionado para os PALOP e Timor-Leste, enquanto em 2010 essa proporção era de quase 44%. APD dirigida a "outros", que inclui a parte das Missões de paz no Afeganistão, Iraque, Bósnia-Herzegovina e Kosovo que é elegível como APD, representava 75% da APD para Governação em 2005 e 56% em 2010.



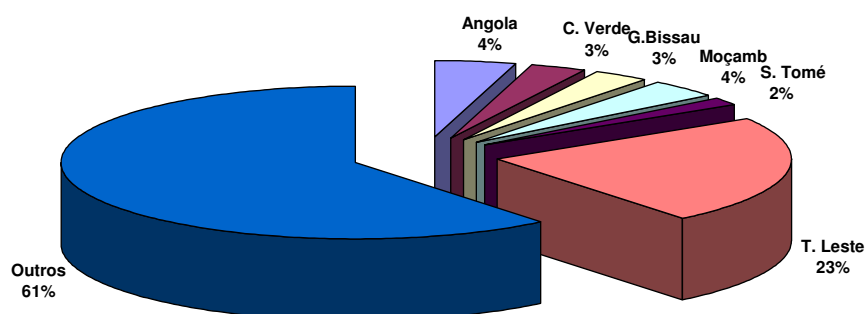
**Quadro 4.3.1 APD para Governação e sociedade civil (Milhares € e %)**

	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%	2010*	%
Angola	704	3,5	1 927	5,4	1 871	2,6	2 926	5,2	2 827	5,7	2 151	4,5
C. Verde	925	4,6	1 199	3,4	1 769	2,5	1 774	3,2	1 625	3,3	1 164	2,5
G.Bissau	858	4,3	193	0,5	873	1,2	1 484	2,6	2 651	5,3	2 588	5,5
Moçambique	1 038	5,2	1 846	5,2	1 893	2,7	2 042	3,6	2 747	5,5	1 074	2,3
S. Tomé	617	3,1	681	1,9	-	-	1 504	2,7	1 374	2,7	1 086	2,3
T. Leste	966	4,8	10 464	29,5	15 891	22,3	13 765	24,5	10 918	21,8	12 609	26,6
<b>PALOP+TL</b>	<b>5 108</b>	<b>25,6</b>	<b>16 310</b>	<b>46,0</b>	<b>22 297</b>	<b>31,3</b>	<b>23 495</b>	<b>41,9</b>	<b>22 142</b>	<b>44,2</b>	<b>20 672</b>	<b>43,6</b>
Outros**	14 838	74,4	19 143	54,0	48 920	68,7	32 630	58,1	27 925	55,8	26 748	56,4
<b>Total</b>	<b>19 946</b>	<b>100</b>	<b>35 453</b>	<b>100</b>	<b>71 217</b>	<b>100</b>	<b>56 125</b>	<b>100</b>	<b>50 067</b>	<b>100</b>	<b>47 420</b>	<b>100</b>

Fonte: IPAD \* Dados provisórios \*\* Inclui a parte das Missões no Afeganistão, Iraque, Bósnia-Herzegovina e Kosovo que é elegível como APD.

**Gráfico 4.3.1**

**APD para Governação: distribuição por países, 2005-2010.**



Fonte: IPAD.

Relativamente aos parceiros lusófonos, Timor-Leste tem a maior fatia, representando em média 23% do apoio à Governação em 2005-2010 (Gráfico 4.3.1). Todavia, esta percentagem tem vindo a aumentar, passando de menos de 5% em 2005 para quase 27% em 2010. A maior parte deste apoio corresponde à contribuição de Portugal para a Missão da ONU em Timor-Leste. As percentagens dos diferentes PALOP na APD para Governação variaram ao longo do período de forma um tanto aleatória, oscilando entre 2,5% e 5,5%. Em média, Angola e Moçambique representaram cada 4%, Cabo Verde e Guiné-Bissau cerca de 3% e S. Tomé 2%.



Como mencionado acima, a Cooperação Portuguesa tem dado apoio a uma vasta gama de projectos que abrangem diferentes áreas da capacitação do Estado. Foi também dado apoio às ONG, embora em muito menor escala (ver 3.4 acima). A secção seguinte centra-se na cooperação no sector da Segurança (principalmente cooperação Técnico-Policial e Técnico-Militar), como exemplo de intervenções na área da "Segurança e Desenvolvimento"; o ponto 4.3.3 incide sobre Finanças Públicas – uma área de importância crescente como parte das políticas de apoio à mobilização de recursos domésticos para o desenvolvimento.

#### **4.3.2. A cooperação técnica no sector da Segurança**

O apoio ao sector da Segurança exige a colaboração de diferentes agentes e instrumentos, em especial os das áreas da segurança e do desenvolvimento. Apesar de Portugal ter estado activo neste sector desde há alguns anos, o Governo adoptou, em Julho de 2009, uma Estratégia Nacional de Segurança e Desenvolvimento, que visa uma maior eficiência e coerência na acção externa de Portugal nessas áreas (ver 3.3.3).

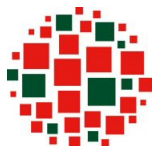
Nos últimos cinco anos, o apoio de Portugal ao sector da Segurança nos PALOP e Timor-Leste foi prestado em resposta a pedidos apresentados pelos países parceiros. A cooperação incluiu intervenções nos seguintes subsectores:

- i) Apoio a processos eleitorais
- ii) Combate ao tráfico de drogas
- iii) Apoio ao controlo de fronteiras e migrações
- iv) Apoio aos serviços de bombeiros
- v) Cooperação Técnico-Policial
- vi) Cooperação Técnico-Militar

Segue-se um resumo das principais intervenções nos subsectores Policial e Militar.

##### ***i) Cooperação Técnico-Policial***

O objectivo é reforçar as capacidades dos diferentes serviços policiais, a fim de lhes permitir o desempenho das suas funções num Estado de Direito. Estes programas/projectos são co-financiado pelo IPAD e o Ministério Português da Administração Interna (MAI). Em alguns casos, como em Cabo Verde, o Ministério de Assuntos Internos do parceiro também contribui. A execução é da responsabilidade do MAI Português. Principais intervenções incluem:



- Em **Cabo Verde**, onde a cooperação técnico-policial tem tido lugar desde 2006, a assistência técnica pelos serviços do MAI Português aos seus pares levou ao Plano Estratégico de Segurança Interna para o 2009-2011. A cooperação técnica visou ainda o desenvolvimento de capacidades na Polícia – um projecto com um orçamento total de 527,4 M€, co-financiado pelo IPAD (28%) e pelo Ministério da Administração Interna de Cabo Verde – MAIP (72%). O projecto inclui a formação profissional, modernização de equipamentos e infra-estruturas e a melhoria dos padrões sociais para o pessoal<sup>61</sup>.
- Em **Moçambique**, o programa é destinado ao desenvolvimento de capacidades da Polícia da República de Moçambique (PRM), Direcção Nacional de Migrações (DNM) e Serviço Nacional de Bombeiros (SNB). A assistência técnica tem sido prestada desde 1999 pelo MAI Português. Em 2005, o IPAD aderiu ao programa cobrindo quase metade do orçamento que, para o período 2007-2009, foi de 1,4 M€. A implementação é da responsabilidade do MAI Português. O projecto é direccionado para dois grupos alvo: futuros formadores moçambicanos para a PRM, a DNM e o SNB, treinados em Portugal; e pessoal treinado em Moçambique. Além da assistência técnica, o projecto também inclui apoio em logística para a PRM e o SNB. **Cooperação delegada:** Em Junho de 2010, Portugal (IPAD) e a CE (Delegação de Maputo) assinaram um acordo onde a CE delega no IPAD a execução de um projecto de apoio à capacitação do Ministério moçambicano da Administração Interna. Trata-se de um projecto de três anos com um orçamento total de 9,080 M€, co-financiado pela CE (7 M€), o IPAD (1,8 M€) e o Governo de Moçambique (280 000 €).
- Em **S. Tomé e Príncipe** o apoio à capacitação policial, que em 2007-2010 se cifrou em cerca de 2,1 M€ (financiados em 255 pelo IPAD e em 75% pelo MAI português), foi concedido principalmente através de cooperação técnica. Novos programas foram definidos para 2011 e para o período 2012-2015. Os principais eixos da cooperação são: i) A elaboração de um Plano Estratégico de Segurança Pública; ii) O apoio à Polícia Nacional, incluindo formação e o estabelecimento em S. Tomé de uma Escola de Polícia; iii) Assistência técnica e formação relativamente aos Serviços de Migração e Fronteiras, fiscalização aduaneira, Protecção Civil e Bombeiros.

---

<sup>61</sup> Reconhecendo que os problemas de segurança têm um impacto directo no desenvolvimento, a Cooperação Portuguesa seleccionou o sector da Segurança para o acompanhamento no apoio orçamental a Cabo Verde. O mesmo aconteceu com a CE.



- Na **Guiné-Bissau**, Portugal contribuiu com 3 MUSD e com assistência técnica para o Plano Operacional sobre o Narcotráfico na Guiné-Bissau, lançada pelo UNODC<sup>62</sup> e com a duração de três anos. Na área do combate ao tráfico de drogas Portugal visa desenvolver as capacidades técnicas e operacionais das Forças de Segurança pertencentes ao Ministério da Administração Interna (Polícia de Ordem Pública - POP - e Direcção Geral de Migração e Fronteiras).

### ***ii) Cooperação Técnico-Militar***

Esta cooperação é baseada em programas-quadro multi-anuais. O principal objectivo é o desenvolvimento de capacidades nos graus superiores da Defesa e das Forças Armadas. Em 2010, a cooperação técnico-militar teve um orçamento de 6,5 M€ tendo como finalidade:

1. O aumento da eficiência nos processos de estabilização e reforço do Estado de Direito;
2. O reforço da capacidade do Estado para garantir níveis de segurança em conformidade com os princípios da democracia, boa governação, transparência e Estado de Direito.

Os programas em curso incluem:

- **Angola:** A cooperação desenvolve-se de acordo com o programa-quadro que visa a capacitação das Forças Armadas Angolanas. Inclui intervenções no Instituto Superior de Ensino Militar, Estado Maior do Exército, Estado Maior da Força Aérea, Estado Maior da Marinha, Forças Especiais, Formação de agentes, Engenharia Militar, Centro de Formação para Operações de Paz, Departamento de Saúde das Forças Armadas, Centro de Apoio Psico-técnico e diferentes programas de formação profissional em Portugal. O orçamento para 2010 foi de 2 M€.
- **Cabo Verde:** Um primeiro programa constou de assistência técnica para o reforço da capacidade institucional das Forças Armadas nas áreas de: gestão de recursos; apoio à Guarda Costeira e Fuzileiros Navais para a vigilância da zona marítima exclusiva; formação da Polícia Militar; apoio para a organização do Centro de Treino Militar de Morro Branco – S. Vicente. Em 2009, um novo programa foi acordado para o período 2009-2011. Este programa inclui apoio às estruturas superiores das Forças Armadas, à Academia Militar, Polícia Militar,

---

<sup>62</sup> UNODC – *UN Office on Drugs and Crime*



Guarda Costeira e Marinha, bem como apoio ao Centro de Treino Militar de Morro Branco e formação em Portugal para os professores em instituições de Ensino Militar. O orçamento para 2010 foi de 274.000 €.

- **Guiné-Bissau:** O Programa, que teve um orçamento de 511 000 € para 2010, inclui apoio às estruturas superiores da Defesa e das Forças Armadas, à Marinha, ao Centro de Treino Militar, ao sistema de comunicações militares, à Engenharia e Logística Militares, incluindo formação em Portugal.
- **Moçambique:** Um novo Programa, cobrindo o período 2010-2013, entrou em vigor em 2010. O orçamento para esse ano foi de 1,5 M€. O programa inclui as seguintes áreas de intervenção: capacitação em organização jurídica e administrativa das Forças Armadas; formação militar (incluindo a organização de, e equipamento para, Escolas e Centros de formação militar); Formação de Oficiais em Portugal; Logística (uniformes, equipamentos) e cuidados de saúde, incluindo cuidados de saúde em Portugal quando necessário.
- **S. Tomé e Príncipe:** O Programa-quadro para o período 2007-2010 de reforço da capacidade institucional relativa ao sistema jurídico-administrativo da Defesa e das Forças Armadas; formação militar, Escolas e Centros de formação militar; formação de professores em Portugal, apoio logístico e cuidados de saúde para o pessoal das Forças Armadas. O orçamento para 2010 foi de 505 000 €.
- **Timor-Leste:** A cooperação com Timor-Leste é baseada no Acordo de Cooperação Técnico-Militar de 2002. Entre 2002 e 2010 houve três Programas-quadro. Estes programas incluíram a modernização do sector da Defesa, através do apoio ao quadro jurídico, aos recursos humanos e materiais e à formação da Força de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) para a situação pós-independência. Este apoio foi muitas vezes prestado através de assistência técnica às estruturas superiores da Defesa, ao Ministério da Defesa e a diferentes sectores da F-FDTL. O orçamento para 2010 foi de 1,1 M€. Um novo Programa para 2010-2013 foi co-assinado pelos dois Governos em Novembro de 2010.

#### **4.3.3 O desenvolvimento de capacidades em Finanças Públicas – PICATFin**

A mobilização de recursos domésticos para o desenvolvimento tornou-se um tema central na agenda internacional. Sistemas fiscais eficientes e justos são cruciais para o crescimento, a redução da pobreza, a boa governação e a consolidação do Estado.



As Finanças Públicas têm sido uma das áreas de apoio de Portugal à Governação. Em particular, em 2007 a Cooperação Portuguesa estabeleceu com os países parceiros "Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas – PICATFin". Estes Programas, que são direccionados para os PALOP (o Programa de Timor-Leste está ainda em preparação), têm um período de tempo correspondente ao dos PIC (2007-2011). O PICATFin para Moçambique foi assinado posteriormente, cobrindo o período 2009-2012.

Os PICATFin foram criados conjuntamente pelos Ministérios das Finanças de Portugal e de cada país parceiro, tendo ambos co-assinado um Memorando de Entendimento com as principais características do Programa. Os PICATFin são financiados e executados pelo Ministério das Finanças português. Basicamente consistem em intervenções dirigidas ao desenvolvimento de capacidades nos diferentes serviços dos Ministérios das Finanças dos parceiros, principalmente através de cooperação técnica (formação, seminários, consultorias). Em alguns casos, o apoio à aquisição de software e de equipamento também foi incluído. Os objectivos destes programas são:

- Fortalecer o Estado de Direito
- Reforçar as instituições democráticas
- Estabelecer quadros regulamentares
- Promover a responsabilização do Estado
- Melhorar a gestão dos recursos públicos
- Aumentar a transparência

O Ministério das Finanças português tem prestado apoio em diversas áreas, que foram incluídas em cada programa de acordo com as necessidades e solicitações específicas de cada um dos parceiros. Essas áreas são:

- i) Administração Pública
- ii) Alfândegas
- iii) Contratos públicos
- iv) Impostos
- v) Tecnologias de informação
- vi) Inspecção das Finanças
- vii) Tesouro
- viii) Património do Estado
- ix) Dívida pública
- x) Orçamento

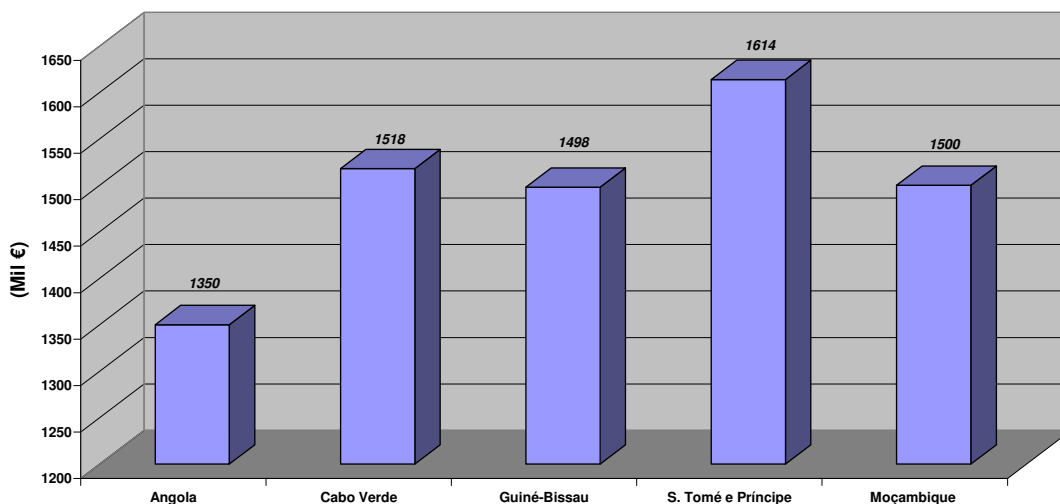




Um total de 7,5 M€ foi atribuído aos PICATFin para os PALOP para o período 2007-2011 (com excepção de Moçambique, onde o período é 2009-2012). A média é de cerca de 1,5 M€ por país, com S. Tomé um pouco acima da média (1,6 M€) e Angola ligeiramente abaixo (1,35 M€) - Gráfico 4.3.2.

**Gráfico 4.3.2**

**PICATFins 2007-2011**  
\*(Moçambique 2009-2012)



Fonte: Ministério da Finanças e da Administração Pública (MFAP).

A distribuição da ajuda por áreas de cooperação está indicada no Gráfico 4.3.3. Globalmente, a maior parte dos recursos foi alocada ao apoio na área das Alfândegas (quase 19%), seguido da inspeção de Finanças (11,5%), Impostos e Gestão (cerca de 11% cada).

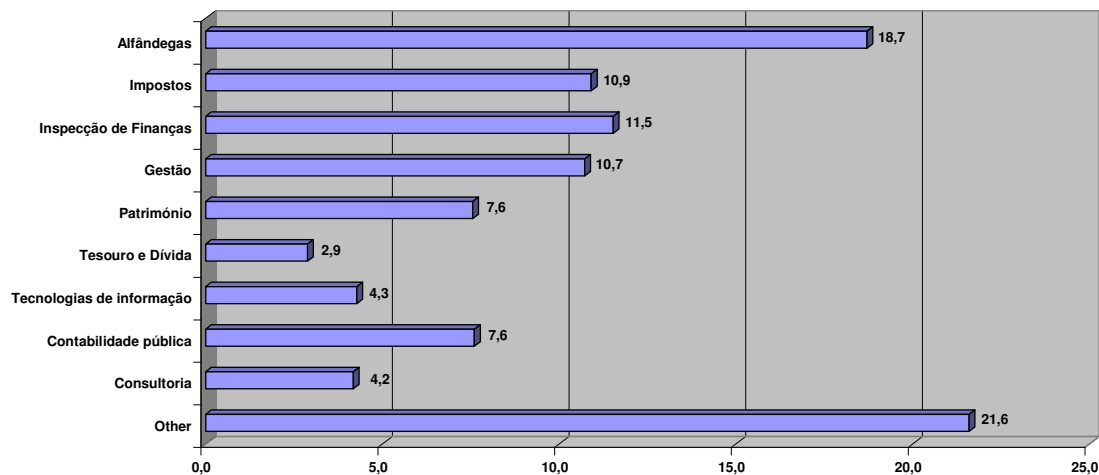
Essa distribuição, no entanto, difere de país para país (Quadro 4.3.2). Em Angola, a Contabilidade Pública representa a maior parcela (26%), seguida da Gestão, Inspeção de Finanças e Património. Em Cabo Verde, a maior parte do apoio vai para as Alfândegas, Impostos e Inspeção de Finanças. Na Guiné-Bissau, o apoio concentra-se nas Tecnologias de Informação, seguindo-se a Gestão e as Alfândegas.

Finalmente, o Programa de S. Tomé inclui uma parte importante de apoio às Alfândegas (25,5%), com a Inspeção de Finanças e os Impostos a representarem cerca de 10% cada. Neste país, a assistência técnica ao Ministro das Finanças (incluída em Consultoria) também foi importante (mais de 15%).



**Gráfico 4.3.3**

**PICATFins por áreas, 2007-2011 (%)**

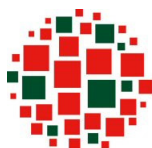


Fonte: MFAP.

**Quadro 4.3.2 PICAFTFin por áreas e países, 2007-2011\* (Mil € e %)**

	<i>Angola</i>	%	<i>Cabo Verde</i>	%	<i>Guiné-Bissau</i>	%	<i>São Tomé</i>	%	<i>Total</i>	%
<i>Alfândegas</i>	137,5	10,2	396,5	26,1	174	11,6	411	25,5	1 119	18,7
<i>Impostos</i>	90	6,7	268	17,7	139,5	9,3	155	9,6	652,5	10,9
<i>Inspeção Fianças</i>	197	14,6	234,5	15,4	97	6,5	161	10,0	689,5	11,5
<i>Gestão</i>	300	22,2	91,5	6,0	250	16,7	0	0,0	641,5	10,7
<i>Património</i>	202,5	15,0	165,5	10,9	39	2,6	45	2,8	452	7,6
<i>Tesouro e dívida</i>	0	0,0	115	7,6	30	2,0	27,5	1,7	172,5	2,9
<i>Tecnologias de informação</i>	0	0,0	0	0,0	256	17,1	0	0,0	256	4,3
<i>Contabilidade pública</i>	353	26,1	102	6,7	0	0,0	0	0,0	455	7,6
<i>Consultoria</i>	0	0,0	0	0,0	0	0,0	250	15,6	250	4,2
<i>Total acima</i>	1 280	94,8	1 373	90,4	985,5	65,8	1 049,5	65,0	4 688	78,4
<i>Outros</i>	70	5,2	145	9,6	512,5	34,2	564,5	35,0	1 292	21,6
<i>Total</i>	1 350	100	1 518	100	1 498	100	1 614	100	5 980	100

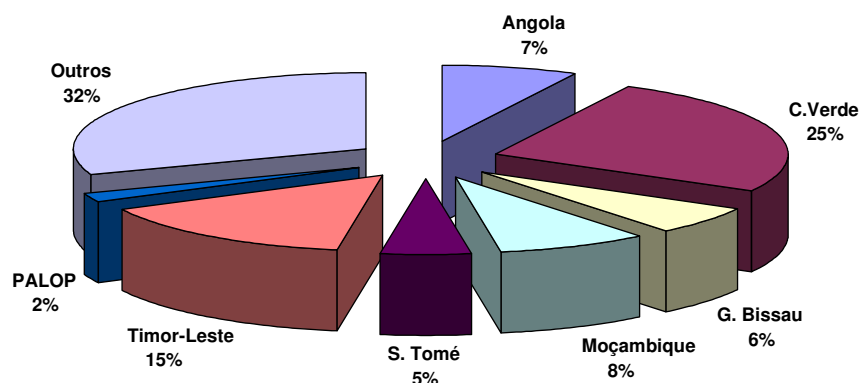
Fonte: MFAP.



## 5. Cooperação bilateral com os países parceiros

Cerca de dois terços da APD bilateral está concentrada em seis países de língua oficial portuguesa – os PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe) e Timor-Leste. Esta concentração revela uma clara prioridade dada a países da África subsaariana (cinco dos seis países prioritários), PMA (apenas Cabo Verde passou a “país de rendimento médio” em 2008), Estados frágeis e países em situação de pós-conflito<sup>63</sup> (as exceções são Cabo Verde e Moçambique) e SIDS (Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor-Leste) – categorias de países com vulnerabilidades particulares e que recebem especial atenção no âmbito internacional.

**Gráfico 5 APD bilateral por países, 2005-2010 (%)**



Fonte: IPAD.

Dos PALOP, Cabo Verde e Timor-Leste representam as maiores fatias da ajuda bilateral (excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida) com cerca de 25% e 15% respectivamente (Gráfico 5)<sup>64</sup>. Para Tanto para Moçambique como para Angola vai uma parcela de 7-8%, enquanto as percentagens da Guiné-Bissau e S. Tomé rondam os 5-6%. Cerca de 2% da ajuda bilateral é destinada a programas e projectos que envolvem vários PALOP.

Outros parceiros da Cooperação Portuguesa, que representam 32% da APD bilateral, incluem o Afeganistão, a Bósnia, o Iraque, a Sérvia e o Kosovo, países onde Portugal

<sup>63</sup> Estado frágil segundo classificação do Banco Mundial; país em pós-conflito definido como aquele em onde teve lugar um conflito nos últimos 10 anos.

<sup>64</sup> Em 2010 Cabo Verde beneficiou de uma importante linha de crédito para energias renováveis, o que empola os dados para o país.



participa em Missões da ONU e da NATO (por exemplo, a Missão de Administração Provisória das Nações Unidas no Kosovo - a UNMIK - e a Força Internacional de Assistência à Segurança - ISAF – no Afeganistão).

Ao longo dos últimos anos, a cooperação bilateral tem-se desenvolvido no quadro dos **Programas Indicativos de Cooperação (PIC)**. Os PIC são concebidos à luz dos princípios e prioridades definidas na Visão Estratégica 2005 e têm em conta os compromissos de Portugal a nível internacional (ODM, a eficácia da ajuda), a orientação da CE sobre a complementaridade e a divisão do trabalho entre doadores, bem como as orientações da CE para a preparação de documentos de estratégicos por país – o "*Standard Framework for Strategy Papers*".

Portugal atribui grande importância ao princípio de apropriação. Para esse fim, os PIC são o resultado de um processo de consulta e negociação com as autoridades de cada país parceiro e são co-assinados por ambos os Governos. Além disso, são alinhados com os objectivos e calendários (3-4 anos) das estratégias de desenvolvimento dos países parceiros, incluindo as Estratégias de Redução da Pobreza, onde estas existam. Cada PIC tem um envelope financeiro indicativo, que é formalmente acordado entre Portugal e os países parceiros através de um Memorando de Entendimento. Com base na Visão Estratégica 2005, nas prioridades dos parceiros e nas vantagens comparativas de Portugal, os PIC 2007-2011 definiram a ajuda portuguesa em torno de dois eixos principais:

1. Boa Governação, Democracia e Participação.
2. Desenvolvimento Sustentável e Luta contra a Pobreza.

Embora as áreas de intervenção em cada um destes eixos variem de país para país, consoante as necessidades e solicitações dos parceiros, a Educação é o sector principal dentro do eixo 2 e o apoio à Administração Pública (Finanças, Justiça) e ao sector da Segurança (Polícia, estruturas Militares) são componentes importantes do eixo 1.

Segue-se um resumo da cooperação bilateral de Portugal com cada um dos seis principais parceiros, no contexto dos objectivos e políticas de desenvolvimento do parceiro. Dados sobre a APD por sectores e alguns exemplos de projectos emblemáticos são também apresentados.



## 5.1 Angola

### 5.1.1 Principais indicadores e políticas nacionais

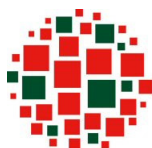
Angola ocupa um território de 1 246 700 Km<sup>2</sup>. Tem uma população de 17,6 milhões de habitantes (2009). A língua oficial é o Português. O país é actualmente uma das economias de África em mais rápido crescimento. Apesar do aumento do investimento em actividades não petrolíferas, o sector do petróleo continua a dominar a economia angolana. Continuam a ser evidentes as limitações à diversificação da produção, sobretudo na agricultura onde a produção continua a basear-se em métodos rudimentares que resultam numa baixa produtividade e contribuem para a degradação dos solos. Os recursos naturais e a produção incluem pau-preto Africano, ébano, sândalo, petróleo, diamantes, ferro, cobre, ouro, chumbo, zinco, volfrâmio, estanho e urânio. Angola ocupa a posição 146, num total de 169 países, no Índice de Desenvolvimento Humano (2010).

#### Políticas nacionais de desenvolvimento

Angola ainda se encontra numa situação de pós-conflito: a guerra civil, que devastou o país durante quase três décadas, chegou ao fim em Abril de 2002, mas os efeitos do conflito sobre as estruturas administrativa, económica e social continuam a ser evidentes.

















Os dois grandes desafios para o desenvolvimento do país são a redução da pobreza e o desenvolvimento de capacidades, incluindo através da educação. A estratégia de desenvolvimento de Angola é essencialmente baseada na **Estratégia 2003-2007 de Combate à Pobreza (ECP)** e no **Plano de Desenvolvimento Sustentável 2009-20013**. A ECP, com um objectivo global de reduzir a pobreza em 50% até 2015 (em conformidade com ODM1), foi concebida como um quadro de referência para as estratégias e programas do Governo e para os orçamentos sectoriais na fase pós-conflito de recuperação. A ECP identifica dez áreas prioritárias: 1) Reinserção social; 2) Segurança e protecção; 3) Segurança alimentar e desenvolvimento rural; 4) VIH / SIDA; 5) Educação; 6) Saúde; 7) Infra-estrutura básica; 8) Emprego e Formação Profissional; 9) Governação; 10) Gestão macro. Outros documentos importantes são os programas bienais do Governo e os Planos de Investimento Público a eles anexado.






Em termos de ODM, apesar das intenções dos Governos, em 2008 o ODM1 foi considerado não atingível em 2015 (Quadro 5.1.1). Os ODM 2 e 3 (ensino primário universal e igualdade de géneros) foram considerados como atingíveis e os ODM 4, 5, 6



e 7 (mortalidade infantil, saúde materna, VHI / SIDA e ambiente) como possíveis de alcançar se medidas adequadas forem adoptadas.

**Quadro 5.1.1 Angola – Progresso relativo aos ODM (2008)**

ODM1 Erradicação da pobreza extrema e fome	ODM2 Educação Primária universal	ODM3 Igualdade de géneros	ODM4 Redução da mortalidade infantil	ODM5 Melhoria da saúde materna	ODM6 Combate VHI/SIDA, malária e outras doenças	ODM 7 Assegurar um ambiente sustentável	ODM8 Parceria global para o desenvolvimento
							
							

 Atingido    Atingível    Possível de atingir se forem adoptadas medidas adequadas  
 Não atingível    Informação não disponível

Fonte: MDG Monitoring – Tracking the MDGs, United Nations.

### 5.1.2 A ajuda internacional a Angola

A cooperação internacional em Angola sofreu mudanças consideráveis após o fim da guerra civil. Em 2003-2004, a ajuda de emergência pós-guerra (desmobilização, realojamento e integração) e a redução da dívida absorveram mais de 50% da ajuda total; nos últimos anos, tem-se esperado que Angola financie uma grande parte da sua recuperação, dada a existência de vastos recursos naturais, em particular o petróleo, e de receitas a eles associadas.

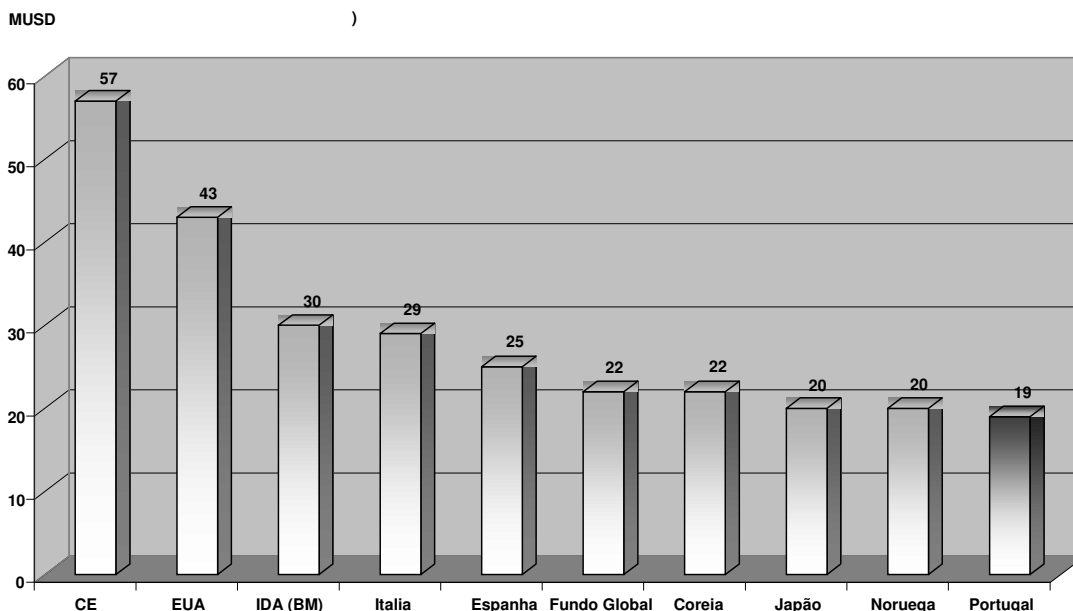
Muitos doadores bilaterais e multilaterais têm reformulado as suas estratégias. As linhas de crédito surgiram como uma fonte alternativa de financiamento do desenvolvimento, especialmente para o investimento. Isso não significa que a APD deixou de ser importante, mas o apoio à governação, incluindo o reforço das instituições, representa uma nova prioridade para um grande número de doadores.

Os programas e projectos de cooperação continuam a ser as modalidades de ajuda preferidas, uma vez que não se encontram reunidas as condições para apoio orçamental, geral ou sectorial. A assistência técnica é actualmente o instrumento mais utilizado.

Os principais doadores incluem agências multilaterais (CE, BM) e doadores bilaterais, com os EUA, Itália, Espanha, Coreia, Japão, Noruega e Portugal entre os mais importantes (Quadro 5.1.1). A cooperação tem-se centrado nos sectores da Saúde, Água e Saneamento, Desenvolvimento Rural e Educação.



**Gráfico 5.1.1 Angola Principais doadores (média 2007-2008)**



Fonte: OCDE / CAD.

A coordenação dos doadores ainda é muito incipiente, em especial quando comparada com outros países Africanos onde existem programas conjuntos para o orçamento e apoio sectorial. Tal deve-se i.a. ao papel relativamente pequeno desempenhado pela cooperação para o desenvolvimento em Angola, à concorrência entre os doadores para terem alguma visibilidade e à insuficiente capacidade das autoridades angolanas para promover e assegurar essa coordenação. As reuniões de coordenação transformam-se normalmente numa troca informal de informações mais do que num acompanhamento e avaliação dos resultados. Para os doadores da UE, no entanto, há um *road map* para a implementação de um Plano de Acção para melhorar a coordenação e harmonização, em conformidade com a Declaração de Paris<sup>65</sup>.

### 5.1.3 O Programa Indicativo de Cooperação – PIC 2007-2010

Em 26 de Julho de 2007, o Memorando de Entendimento para o PIC 2007-2010 foi co-assinado pelos Governos português e angolano. O PIC, que vai no seguimento de programas anteriores, define as áreas de cooperação para esse período com base nas

<sup>65</sup> O Plano inclui medidas relacionadas com: partilha de informação (elaboração de um banco de dados, a apresentação de novos projectos para os doadores, a construção de um *site*), coordenação sectorial (criação de grupos de trabalho temáticos que reúnem pelo menos uma vez por semestre sob a presidência de um Estado-Membro); trabalho conjunto a ser desenvolvido pelos doadores (modelos comuns de relatórios, estudos e avaliações conjuntas, revisão conjunta do roteiro), e apropriação do processo por parte do Governo angolano (participação em grupos de trabalho sectoriais, participação em missões de doadores, etc.).



prioridades estabelecidas pelo Governo angolano e no valor acrescentado da Cooperação Portuguesa em relação a outros doadores. Ao PIC 2007-2010 foi atribuído um envelope financeiro de 65 M€. Dois eixos principais de intervenção foram considerados:

**Eixo 1 – Apoio à Boa Governação e Democracia**, incluindo:

- Apoio ao reforço de capacidades institucionais na **Administração Pública**, em particular nos Ministérios das Finanças (áreas das alfândegas, contabilidade pública, relações internacionais, tecnologias de informação, defesa do património e inspecção de finanças), Justiça e Planeamento (desenvolvimento territorial e investimento público).
- Formação de arquivistas locais com vista à reforma do **Sistema Nacional de Arquivo**.
- Estabelecimento de um **Centro de Ensino à Distância** (CED) na Universidade Agostinho Neto (Luanda), como parte do Global Development Learning Network (GDLN) do Banco Mundial<sup>66</sup>. O Centro foi concluído em Setembro de 2010.
- **Cooperação Técnico-Militar**, através de um Programa-Quadro que visa apoiar as Forças Armadas Angolanas.
- **Cooperação Técnico-Policial**, respondendo a necessidades identificadas no ECP para a área prioritária "Segurança e Protecção Civil", incluindo a formação de formadores e consultoria em matéria policial.

**Eixo 2 – Desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza**

- Na área da **Educação**, incluindo:
  - i) O **Programa de Apoio ao Reforço do Ensino Secundário (PARES)**, nomeadamente através do projecto **Saber Mais** para a formação de professores angolanos como parte da Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema Educativo.
  - ii) Programa de **cooperação com a Universidade Agostinho Neto** em Engenharia, Medicina, Agronomia e Veterinária, incluindo a formação de professores em "Português para a Ciência".

---

<sup>66</sup> O GDLN liga vários centros de apoio ao desenvolvimento através do mundo para uma troca de informação e de conhecimentos.



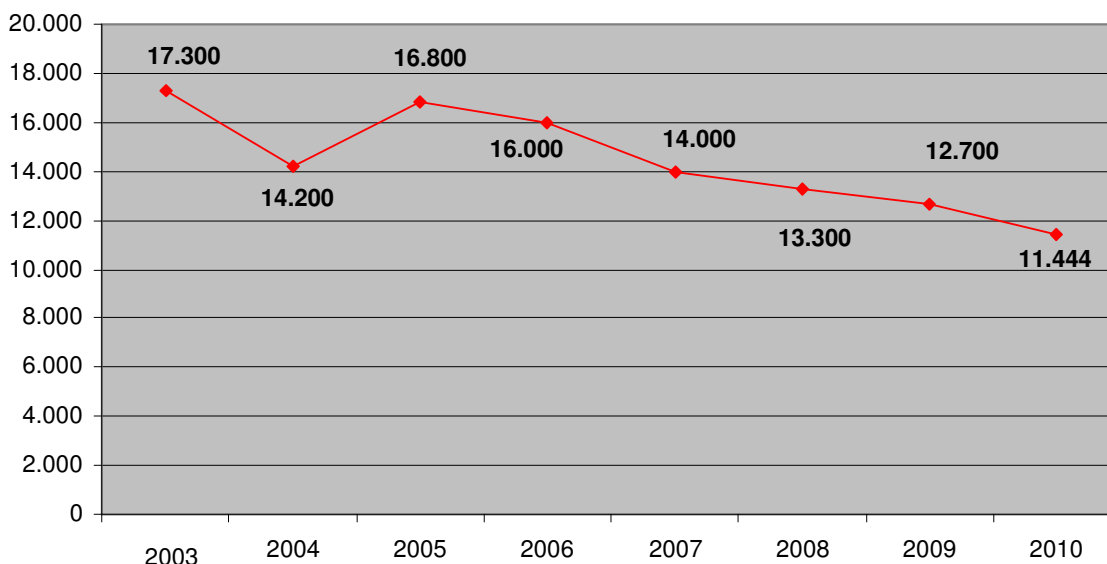


- No sector da **Saúde**, incluindo diversos projectos de desenvolvimento de capacidades institucionais para o combate a endemias, em particular no apoio ao CISA (Centro de Investigação em Saúde<sup>67</sup>).
- Na área de **Agricultura e Segurança Alimentar**, com dois projectos principais:
  - i) A formação de pessoal especializado em Pesquisa Agrícola;
  - ii) O apoio para a elaboração do Plano Nacional para o Desenvolvimento Agrícola.
- **Desenvolvimento sociocomunitário**, directamente orientado para a redução da pobreza, incluindo equipamentos para, e assistência técnica ao Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) e ao Ministério de Apoio à Reinserção Social (MINARS).

#### 5.1.4 APD a Angola

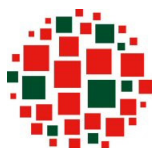
No período de 2005-2010, a APD a Angola cifrou-se numa média anual de 9 M€. Esse valor, no entanto, inclui reembolsos por parte de Angola, na sequência de uma importante reestruturação da dívida em 2004 (576 M€). Se esses reembolsos forem excluídos, a APD anual a Angola atingiu de um valor médio de 14 M€ (Gráfico 5.1. 2 e Quadro 5.1.2).

**Gráfico 5.1.2 APD a Angola, excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida, 2003-2010 (Milhares €)**



Fonte: IPAD.

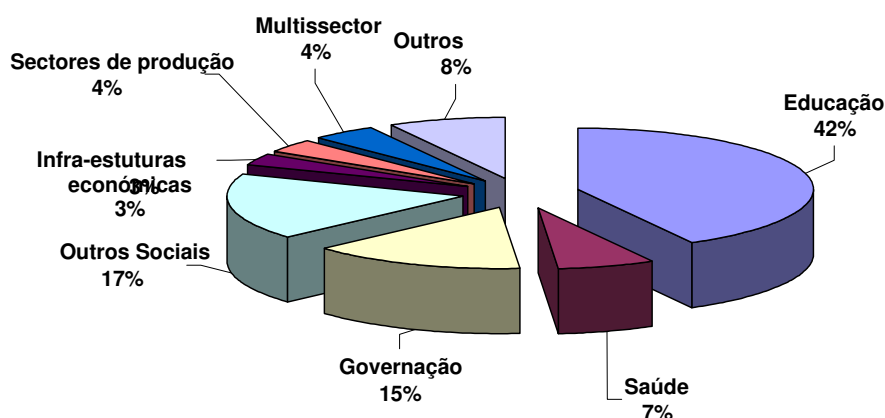
<sup>67</sup> O Centro foi inaugurado em Abril de 2010 e vai contribuir para uma melhoria da situação em matéria de saúde da população do Município de Dande.



O apoio a **Infra-estrutura e serviços sociais** domina a ajuda de Portugal (Gráfico 5.1.3 e Quadro 5.1.2), representando em média, em 2005-2010, mais de 80% da ajuda (APD excluindo operações da dívida). A **Educação** é o subsector mais importante, embora o seu peso na ajuda total tenha diminuído – de cerca de metade em 2005 para pouco mais de um terço em 2010. O declínio da parte relativa à Educação tem sido compensado por um forte aumento na parte relativa à Governação, que passou de 4% para cerca de 20% entre 2005 e 2010. O apoio ao sector da Saúde também aumentou, passando de 2% da ajuda em 2005 para 11% em 2010. Outras infra-estruturas e serviços sociais, que incluem apoio ao desenvolvimento sociocomunitário, representaram 15-20%.

A ajuda a **Infra-estrutura económica** tem diminuído, a sua participação no total passando de 9% em 2004 para pouco mais de 1% em 2010. O subsector da **energia** foi o principal destino da ajuda em 2004-2005, mas, desde então, as Comunicações têm sido o principal subsector. O apoio aos **Sectores de produção** está agora concentrado na agricultura, enquanto no período 2004-2006 era dirigido principalmente à construção civil. Os dados acima mencionados referem-se a APD excluindo as operações da dívida. Conforme indicado anteriormente, a reestruturação da dívida em 2004 e os reembolsos efectuados 2009-2010 distorcem os valores de base da ajuda.

**Gráfico 5.1.3 Ajuda bilateral a Angola por sectores, 2005-2010**



Fonte: IPAD.

### 5.1.5 Projectos emblemáticos

Intervenções em três áreas (educação, governação e desenvolvimento comunitário) serão mencionadas como projectos emblemáticos em Angola no âmbito do PIC 2007-2010. Estas acções consistiram essencialmente em cooperação técnica para o desenvolvimento de capacidades.

#### *i) Apoio à Educação*

Três projectos podem ser citados:

- **SABER MAIS – Apoio ao ensino secundário:** O objectivo principal deste programa de cooperação entre o IPAD e o Ministério da Educação Angolano (MEA) foi o de fortalecer o ensino secundário nas províncias de Benguela e Namibe, através da assistência técnica. O programa cobriu o período de Agosto de 2008 a Fevereiro de 2010 e foi co-financiado pelo IPAD (5,4 M€) e pelo MEA (4,8 M€). O programa foi direccionado principalmente para professores e candidatos a professor do Ensino Secundário. Envolveu a colocação de professores/formadores portugueses em instituições angolanas de ensino secundário, com vista a formar professores angolanos e desenvolver uma sólida rede de formadores.
- Estabelecimento de um **Centro de Ensino à Distância**, em Luanda, no âmbito da Rede Global de Ensino para o Desenvolvimento (GDLN): O principal objectivo foi apoiar o desenvolvimento de capacidades em Angola através do reforço da parte Portuguesa da Rede com a criação, em Luanda, de um Centro. Os principais beneficiários incluem funcionários da Administração Pública, professores, grupos da sociedade civil e entidades do sector privado. O projecto cobriu o período 2007-2010 e teve um orçamento total de 2,2 M€, co-financiado pelo IPAD (83%), a Universidade Agostinho Neto (8%) e a Universidade Aberta (9%).
- **Cooperação inter-universitária**, envolvendo as Faculdades de Medicina do Porto e da Universidade Agostinho Neto (FMUAN) em Luanda: O principal objectivo era melhorar a qualidade do ensino da Medicina na FMUAN. O projecto abrangeu o período 2007-2010 e teve um orçamento total de 626.800 €. Foi dirigido a estudantes, professores e coordenadores de mestrado e incluiu orientações sobre a elaboração de teses de mestrado, assistência técnica em metodologias de investigação, organização de seminários e o intercâmbio de estudantes entre a Faculdade de Medicina do Porto e a FMUAN.



## ***ii) Governação: apoio ao desenvolvimento de capacidades do Estado***

Duas áreas de intervenção merecem referência:

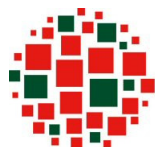
- **Cooperação Técnico-Policial**, respondendo às necessidades identificadas no ECP para a área "Segurança e Protecção Civil". Isso incluiu a formação de comandantes de forças de manutenção da paz e assistência técnica à Polícia, em particular aos departamentos de acidentes de viação, tráfico de seres humanos, refugiados e asilo.
- **Finanças Públicas – PICATFin** – O Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica às Finanças Públicas (PICATFin) está a ser executado através do Ministério das Finanças português e visa o desenvolvimento de capacidades em vários departamentos do Ministério das Finanças de Angola. Cobrindo um período de quatro anos (praticamente o mesmo que o PIC), o programa tem um orçamento de 1,35 M€. Deste total, a contabilidade pública e a gestão representam cerca de 25% cada, o património e a inspecção de finanças cerca de 15% cada, as alfândegas 10% e os impostos 6,5%.

## ***iii) Apoio ao desenvolvimento sociocomunitário***

Dois Projectos Integrados de Desenvolvimento Comunitário para grupos vulneráveis serão referidos. Ambos responderam às solicitações do Ministério angolano da Assistência e Reinserção Social:

- O Projecto Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário na Província de Luanda: o projecto tem sido desenvolvido desde 1999. Para o período 2007-2010 dispôs dum montante total de 2,9 M€.
- O Projecto Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário na província do Kwanza Norte: o projecto foi lançado em 2002. No período 2007-2010 envolveu 1 M€.

Os dois projectos são da responsabilidade do Ministério Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) e foram implementados pela Congregação Salesianos de Dom Bosco. As principais actividades incluem: alfabetização de mulheres, jovens e até crianças não escolarizadas, actividades pré-escolares, ajuda alimentar, formação de professores para combater o analfabetismo e para actividades pré-escolares, protecção social a crianças e jovens em situações difíceis; formação profissional, apoio às mulheres com uma actividade agrícola e ajuda às actividades de criação de emprego local (carpintaria, construção, serralharia).



**Quadro 5.1.2 – Distribuição sectorial da ajuda a Angola – 2004-2010 (Milhares € e %)**

<b>Sectores</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2007</b>	<b>%</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>2010*</b>	<b>%</b>
<i>I Infra-estruturas e serviços sociais</i>	<b>9 816</b>	<b>69,2</b>	<b>13 113</b>	<b>77,9</b>	<b>12 879</b>	<b>80,5</b>	<b>11 802</b>	<b>84,5</b>	<b>10 161</b>	<b>76,7</b>	<b>11 150</b>	<b>85,9</b>	<b>10 436</b>	<b>91,1</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Educação</b>	6 314	44,5	8 346	49,6	7 970	49,8	6 256	44,8	4 153	31,3	4 621	35,6	4 111	35,9
<b>Saúde</b>	134	0,9	375	2,2	744	4,6	1 313	9,4	816	,2	1 197	9,2	1 264	11,0
<b>Governança e sociedade civil</b>	655	4,6	704	4,2	1 927	12,0	1 871	13,4	2 926	22,1	2 827	21,8	2 151	18,8
<b>Outras infra-estruturas e serviços sociais</b>	2 534	17,9	2 758	16,4	2 233	14,0	2 230	16,0	2 266	17,1	2 487	19,2	2 735	23,9
<i>II Infra-estruturas económicas</i>	<b>1 324</b>	<b>9,3</b>	<b>827</b>	<b>4,9</b>	<b>312</b>	<b>1,9</b>	<b>553</b>	<b>4,0</b>	<b>390</b>	<b>2,9</b>	<b>323</b>	<b>2,5</b>	<b>155</b>	<b>1,3</b>
<b><u>Das quais:</u></b>														
<b>Comunicações</b>	319	2,2	-	-	271	1,7	513	3,7	302	2,3	247	1,9	121	1,1
<b>Energia</b>	909	6,4	788	4,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>III Sectores de produção</i>	<b>631</b>	<b>4,4</b>	<b>631</b>	<b>3,7</b>	<b>560</b>	<b>3,5</b>	<b>491</b>	<b>3,5</b>	<b>536</b>	<b>4,0</b>	<b>635</b>	<b>4,9</b>	<b>280</b>	<b>2,4</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Agricultura e florestas</b>	98	0,7	228	1,4	186	1,2	463	3,3	420	3,2	596	4,7	259	2,3
<b>Construção</b>	170	1,2	357	2,1	366	2,3	-	-	25	0,2	-	-	-	-
<i>IV Multisector/transversal</i>	<b>882</b>	<b>6,2</b>	<b>576</b>	<b>3,4</b>	<b>610</b>	<b>3,8</b>	<b>827</b>	<b>5,9</b>	<b>820</b>	<b>6,2</b>	<b>514</b>	<b>4,0</b>	<b>328</b>	<b>2,9</b>
<i>VII-X Outros**</i>	<b>1 531</b>	<b>10,8</b>	<b>1 689</b>	<b>10,0</b>	<b>1 636</b>	<b>10,2</b>	<b>301</b>	<b>2,1</b>	<b>1 343</b>	<b>10,1</b>	<b>351</b>	<b>2,7</b>	<b>245</b>	<b>2,1</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Custos administrativos</b>	101	0,7	140	0,8	44	0,3	52	0,4	196	1,5	284	2,2	182	1,6
<b>Total**</b>	<b>14 184</b>	<b>100,0</b>	<b>16 836</b>	<b>100,0</b>	<b>15 996</b>	<b>100,0</b>	<b>13 975</b>	<b>1000</b>	<b>13 250</b>	<b>100,0</b>	<b>12 973</b>	<b>100,0</b>	<b>11444</b>	<b>100,0</b>
<i>V Ajuda a programas e produtos</i>	-													
<i>VI Operações da dívida</i>	<b>561708</b>		-	-	-	-	-	-	-	-	<b>-20045</b>	-	<b>-21075</b>	-
<b>Total geral</b>	<b>575 92</b>		<b>16 836</b>	-	<b>15 996</b>	-	<b>13 975</b>	-	<b>13 250</b>	-	<b>-7 072</b>	-	<b>-9631</b>	-

Fonte: IPAD. \* Dados provisórios \*\*Exclui ajuda a programas/produtos e operações da dívida.



## **5.2 Cabo Verde**

### **5.2.1 Principais indicadores e políticas nacionais**

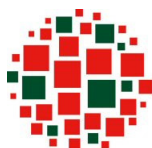
Cabo Verde ocupa uma área de 4.033 km<sup>2</sup>, distribuída por 10 ilhas. A população residente é estimada em 508.659 (Julho 2010), compreendendo 71% de origem crioula, 28% africana e 1% europeia. O português é a língua oficial e é usado juntamente com o crioulo (mistura de português e palavras oeste africanas). A produção agrícola inclui bananas, milho, feijão, batata-doce, café, cana-de-açúcar e amendoim. A pesca também é uma actividade importante. As principais indústrias são indústrias alimentares e bebidas, calçado e vestuário, minas de sal e reparação naval. O turismo tornou-se numa importante actividade económica. Cabo Verde ocupa a posição 118, num total de 169 países, no Índice de Desenvolvimento Humano (2010).

Nos últimos anos, Cabo Verde passou por uma série de mudanças que levaram o país a uma nova fase do seu desenvolvimento: em 2008 foi graduado, na lista dos países em desenvolvimento da ONU, de PMA a “país de rendimento médio” (Middle Income Country – MIC); tornou-se membro da OMC; e estabeleceu com a UE uma parceria especial e inédita. Portugal desempenhou um papel activo nestes processos, em particular no estabelecimento de um período de transição para a graduação a MIC e na parceria com a UE.

#### **Políticas nacionais de desenvolvimento**

















O primeiro Documento de Estratégia para o Crescimento e Redução da Pobreza – DECRP – que foi preparado para 2004-2007, colocava o combate à pobreza como parte das políticas públicas e um elemento essencial na promoção do crescimento económico. Os objectivos deste DECRP foram definidos em torno de cinco eixos principais: i) Boa governação; ii) Melhoria da competitividade; iii) Desenvolvimento do capital humano; iv) Desenvolvimento de infra-estruturas e protecção do meio ambiente; v) Protecção social.






O DECRP constituiu um quadro de referência para o Governo de Cabo Verde e seus parceiros, servindo como guia para a preparação do PIC 2008-2011. Em 2008, depois do PIC ter entrado em vigor, uma nova estratégia foi adoptada - o DECRP II - para o período 2008-2011. Os seus eixos principais são praticamente os mesmos que para o primeiro DECRP. A estratégia é complementada por estratégias a nível sectorial em sectores chave.



A responsabilidade pela gestão da ajuda é partilhada entre o Ministério cabo-verdiano das Finanças, que se ocupa dos empréstimos e apoio orçamental, e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que lida com as doações e a cooperação técnica. Com a alteração da ajuda no sentido de uma maior utilização dos empréstimos, o Ministério das Finanças está a reforçar o seu papel, mas o Ministério dos Negócios Estrangeiros é responsável pela coordenação do total da ajuda.

**Quadro 5.2.1 – Cabo Verde – Progresso relativo aos ODM (2008)**

ODM1 Erradicação da pobreza extrema e fome	ODM2 Educação Primária universal	ODM3 Igualdade de géneros	ODM4 Redução da mortalidade infantil	ODM5 Melhoria da saúde materna	ODM6 Combate VHI/SIDA, malária e outras doenças	ODM 7 Assegurar um ambiente sustentável	ODM8 Parceria global para o desenvolvimento
							
							

 **Atingido**   
  **Atingível**   
  **Possível de atingir se forem adoptadas medidas adequadas**  
 **Não atingível**   
  **Informação não disponível**

Fonte: MDG Monitoring – Tracking the MDGs, United Nations.

Cabo Verde surge como o parceiro da Cooperação Portuguesa onde o progresso em relação aos ODM tem sido mais visível: quatro dos oito objectivos já foram alcançados - ODM 2 (ensino primário), ODM 3 (igualdade de género), ODM 4 (mortalidade infantil) e ODM 5 (saúde materna) - e um é atingível se forem tomadas medidas adequadas - ODM 6 (combater o VHI / SIDA e outras doenças). Para os outros três, não há informação.

### 5.2.2 A ajuda internacional a Cabo Verde

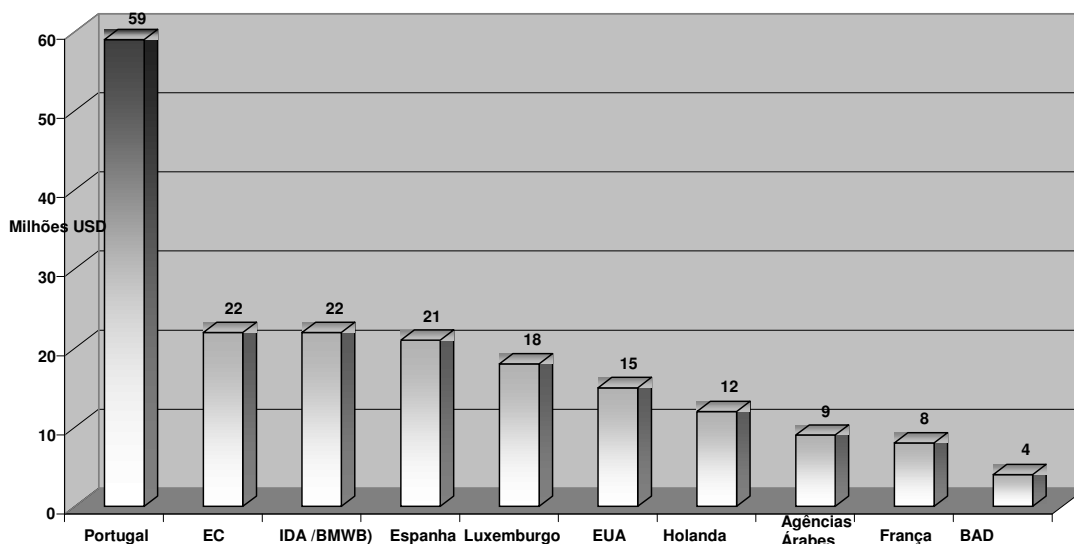
No passado, a ajuda ao desenvolvimento foi fundamental para o desenvolvimento de Cabo Verde, estando o país entre aqueles com maior ajuda *per capita* (média de US \$ 226,8 para o período 1999-2002). No início da década de 1990, a ajuda ao desenvolvimento representava quase 40% do PIB cabo-verdiano, mas esta percentagem diminuiu posteriormente, representando nos últimos anos 10 a 12%.

Portugal tem sido o maior doador. A União Europeia, o Banco Mundial e a Espanha também são importantes parceiros (Gráfico 5.2.1). Há menos de 10 doadores bilaterais importantes, uma vez que alguns países optaram por sair progressivamente do país no seguimento do processo de graduação de Cabo Verde a MIC. Assim, a parte da ajuda bilateral na ajuda total diminuiu de 64% em 2005 para 47% em 2007.



Tanto os doadores como o Governo sublinham os progressos alcançados na coordenação da ajuda ao longo dos últimos cinco anos. Mas continua a haver necessidade de um mecanismo de coordenação que garanta a liderança do Governo e o seu envolvimento continuado.

**Gráfico 5.2.1 Cabo Verde – Principais doadores (média 2007-2008)**



Fonte: IPAD

Actualmente, existem três principais grupos de coordenação da ajuda em Cabo Verde:

- O **Grupo de Parceiros do Desenvolvimento (GPD)**, que inclui todos os parceiros bilaterais e multilaterais de Cabo Verde num total de 14 membros. O GPD é co-presidido pela ONU e pela Comissão Europeia. O Grupo serve actualmente para a partilha de informação mais do que para uma coordenação substantiva.
- O **Grupo de Apoio à Transição (GAT)**, que foi criado em 2006 como um grupo de coordenação temporária para consolidar o apoio a Cabo Verde durante e após a transição para MIC. Inclui os principais parceiros de cooperação de Cabo Verde.
- O **Grupo de Apoio Orçamental (Budget Support Group - BSG)**, que inclui os parceiros que contribuem para o apoio orçamental geral: a UE e dois outros organismos multilaterais, além de cinco doadores bilaterais (incluindo Portugal). Portugal presidiu ao Grupo em 2010. Este Grupo tem trabalhado em conjunto com o Governo na avaliação dos progressos em relação a indicadores acordados de acordo com o DECRP II.





O **apoio orçamental** teve início em 2005, quando um Memorando de Entendimento foi assinado entre o Governo cabo-verdiano, a CE, os Países Baixos e o Banco Mundial<sup>68</sup>. Actualmente, o grupo de doadores a dar este apoio inclui a Áustria, a Espanha, Portugal (desde 2008) e o Banco Africano de Desenvolvimento. O apoio orçamental é acompanhado de uma análise rigorosa das finanças públicas (Banco Mundial e FMI), um processo que representa uma oportunidade para institucionalizar um mecanismo de coordenação.

A **Parceria Especial da UE com Cabo Verde**, que foi estabelecida em 2007, vai além do Acordo de Cotonou transformando "a actual relação doador-beneficiário num quadro de apoio aos interesses mútuos"<sup>69</sup>. Incide sobre a cooperação nas áreas de i) Migrações, ii) Segurança, iii) Desenvolvimento sustentável, iv) Redução da pobreza, v) Liberalização do comércio, vi) Circulação de mercadorias, pessoas e capitais, vii) Informação, viii) Ciência e educação; ix) Cultura. Para o período 2008-2013, a UE comprometeu-se com 51 M€ em cooperação para o desenvolvimento, sendo 86% canalizados como apoio orçamental.

Cabo Verde é um dos oito países onde a ONU está a conduzir, desde 2008, a iniciativa "uma ONU" (One UN). O programa da ONU no país é relativamente pequeno e o número de agentes envolvidos é limitado, o que permitiu um bom começo desta iniciativa. O lema desta iniciativa "deliver as one" já foi apropriado pelas autoridades cabo-verdianas, que também estão a tentar "demand as one".

### **5.2.3 O Programa Indicativo de Cooperação - PIC 2008-2011**

Há muito que Portugal está empenhado em Cabo Verde, sendo o maior parceiro da cooperação. As relações actuais incluem, para além da cooperação em sectores tradicionais da ajuda, a cooperação em matéria de migrações e um Acordo Cambial. Este Acordo, que data de 1998, estabelece uma paridade fixa entre a moeda cabo-verdiana (Escudo) e a divisa Portuguesa (agora o Euro), com Portugal a facultar, através de uma linha de crédito, as reservas de moeda estrangeira necessárias à paridade.

O PIC 2008-2011 veio no seguimento de programas anteriores e tem em conta tanto as prioridades de Portugal para Cooperação como as estabelecidas no DECRP de Cabo

---

<sup>68</sup> Antes de iniciar esta forma de ajuda, os Países Baixos e o Banco Mundial realizaram um *Country Financial Accountability Assessment*, que concluiu de forma positiva sobre a transparência e o funcionamento do Ministério das Finanças de Cabo Verde. Esta análise resultou posteriormente na criação de um Plano de Acção para superar as deficiências identificadas.

<sup>69</sup> Conselho Europeu, Novembro de 2007.

Verde. Foi ainda ajustado ao calendário do DECRP e teve um envelope financeiro indicativo de 70 M€. A cooperação é centrada em três eixos principais:

**Eixo 1: Governação (21,4%):** As principais actividades incluem:

- a) **Cooperação Técnico-Policial (2008-2010):** Capacitação nos sectores da Administração Pública relacionados com a Policia (Polícia Nacional, Protecção Civil).
- b) **Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar:** Capacitação das estruturas superiores das Forças Armadas e consolidação das estruturas operacionais da Guarda Costeira, fuzileiros navais e Polícia militar.
- c) **Programa de Cooperação na área da Justiça** (anual, renovável): Cooperação técnica para a melhoria do sector da Justiça e desenvolvimento de capacidades dos oficiais de Justiça.
- d) **Cooperação na área das Finanças (PICATFin 2008-2011):** desenvolvimento de capacidades de diferentes sectores das Finanças Públicas.
- e) **Cooperação no domínio das migrações:** Projectos para o desenvolvimento de capacidades na gestão das migrações e o projecto CAMPO – Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem.

**Eixo 2: Desenvolvimento sustentável e redução da pobreza (58,6%):** As principais áreas são:

- a) **Educação**, incluindo o apoio ao ensino secundário, apoio à Universidade de Cabo Verde, assistência técnica ao ensino superior e um programa de apoio à língua Portuguesa.
- b) **O desenvolvimento social**, com um programa de cooperação entre os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal e Cabo Verde.
- c) **Cooperação no domínio da formação profissional**, incluindo os centros de formação profissional de Pedra Badejo e Variante, um Centro de Formação Profissional na ilha do Fogo, um Fundo de apoio à integração na vida activa e ainda alojamento para os formadores e formandos.

**Eixo 3: Um Cluster para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Atlântico (10%),** como parte do Programa de Cabo Verde para a Sociedade da Informação (PESI) lançado em 2005. Inclui principalmente a capacitação na



modernização da Administração Pública (Governo electrónico), em tecnologias da Educação e em tecnologias para pequenas empresas.

A **cooperação técnica** é a modalidade de ajuda mais utilizada. Ao longo dos últimos anos, porém, os empréstimos tornaram-se uma componente cada vez mais significativa do programa de Portugal com Cabo Verde. Como esses empréstimos são concedidos para apoio a infra-estruturas, esta alteração está a acarretar uma mudança nas principais áreas da cooperação.

Em 2008 Portugal juntou-se ao grupo de doadores que prestam **apoio orçamental** a Cabo Verde (10% do envelope do PIC). O objectivo é contribuir para a implementação do DECRP II, nomeadamente através do Plano de Acção estabelecido no quadro da parceria com a UE, onde Portugal está a acompanhar o sector de Segurança.

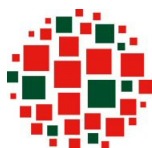
Como mencionado, uma outra componente estratégica importante do apoio de Portugal a Cabo Verde é o **Acordo de Cooperação Cambial de 1998**, que prevê a convertibilidade do Escudo Cabo-verdiano em relação à moeda portuguesa, agora o Euro, estabelecendo uma Facilidade de Crédito para esse efeito.

#### **5.2.4 APD a Cabo Verde**

Em 2005-2010 a APD Portuguesa a Cabo Verde ascendeu a 295,1 M€, com uma média anual de cerca de 49 M€. Estes números incluem a ajuda a programas/produtos e as operações de dívida, sem as quais a ajuda média seria de 47,7 M€.

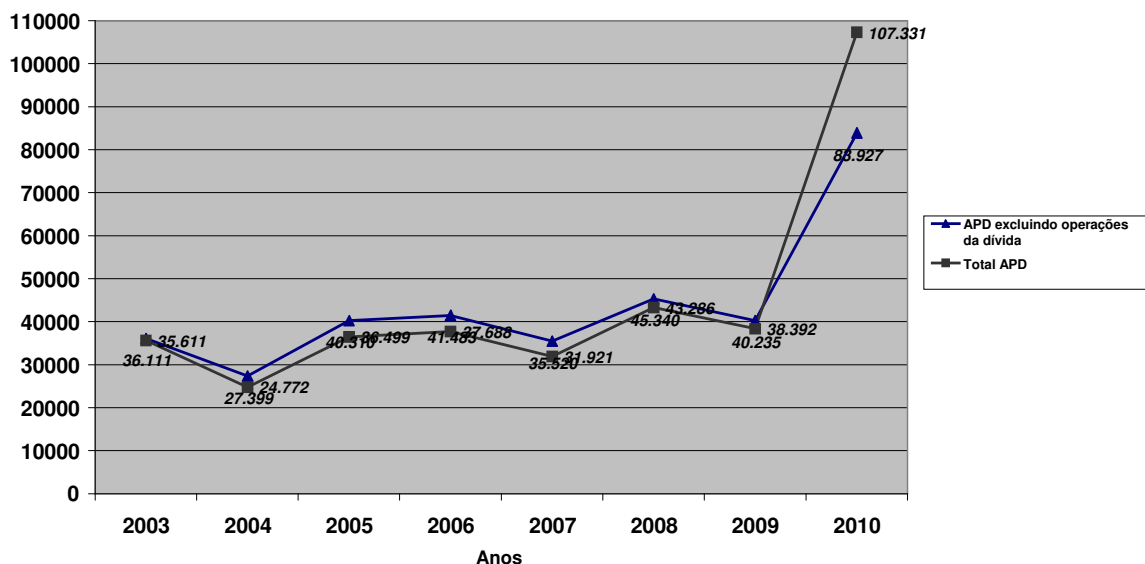
O Gráfico 5.2.2 apresenta valores anuais para a APD total e para a APD excluindo a ajuda a programas/produtos e as operações da dívida. Até 2010, a primeira foi inferior à segunda devido ao reembolso, por Cabo Verde, da respectiva dívida. Em 2010, contudo, essa tendência inverteu-se graças a uma importante linha de crédito para as energias renováveis.

Essa linha de crédito para energia também alterou a distribuição sectorial da ajuda (Gráfico 5.2.3 e Quadro 5.2.2): até 2009, a APD foi essencialmente direccionado para a Educação que, no período 2005-2009, representava 45-55% da ajuda; em 2010, o apoio às infra-estruturas económicas através do crédito aumentou significativamente e a percentagem desse sector passou para mais de 70%, contra 30-40% nos anos anteriores. Esse aumento fez com que a percentagem da Educação baixasse para 17%. Além da Educação e das Infra-estruturas económicas, outros três sectores têm sido importantes: a Saúde, representando 4 a 6%; Outras infra-estruturas e serviços sociais,



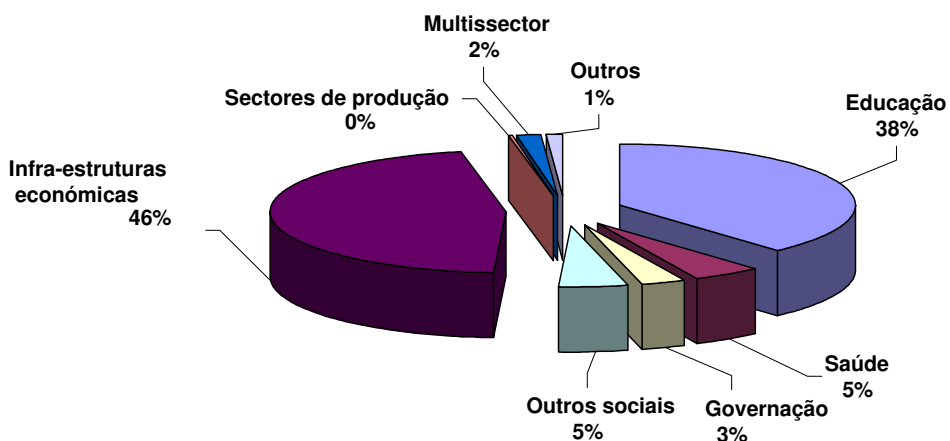
com percentagens de 4-7% em 2005-2009 e em torno de 2 % em 2010; e a Governação com 4-5% da ajuda até 2009.

**Gráfico 5.2.2 APD a Cabo Verde, 2003-2010 (Mil €)**



Fonte: IPAD

**Gráfico 5.2.3\* Cabo Verde: Ajuda bilateral por sectores, 2005-2010**

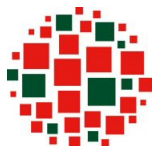


Fonte: IPAD

\* Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida

### 5.2.5 Cooperação na área das migrações

Na cooperação com Cabo Verde, Portugal tem desenvolvido vínculos conceituais e práticos entre a ajuda e actividades que não são elegíveis como APD. Isso permite criar



sinergias entre as actividades em causa. Tal foi o caso na área das migrações, que se tornou uma área importante de cooperação com o Governo cabo-verdiano, nomeadamente no quadro da Parceria para a Mobilidade entre a UE e Cabo Verde (Caixa 5.2.1).

#### **Caixa 5.2.1. Actividades da CP relacionadas com migrações em Cabo Verde**

Portugal desenvolveu três projectos relacionados com migrações em Cabo Verde, dois dos quais são considerados APD. Estes projectos têm em conta as prioridades da Cooperação Portuguesa e do Governo cabo-verdiano, i.a. promover a migração legal e impedir a ilegal. Os projectos também reflectem a importância dada às migrações na Parceria Especial da UE com Cabo Verde, que considera as migrações uma parte importante do pilar segurança e estabilidade.

O projecto CAMPO foi criado em 2007 como um projecto bilateral para prestar informações aos potenciais migrantes sobre as oportunidades de trabalho e estudo em Portugal. Foi considerado pela CE como um exemplo de boas práticas e foi transformado num projecto conjunto Portugal/CE/Espanha visando o fortalecimento das capacidades em matéria de Migrações e Gestão dos Retornos. O projecto está a ser implementado pelo IPAD (2009-2011), com um orçamento total de 1,274 M€ (CE 1M€, IPAD 149 000 €, Espanha 125 000 €). O objectivo deste projecto conjunto é ampliar o alcance do CAMPO de forma a incluir acções para facilitar o investimento da diáspora em Cabo Verde. Neste contexto, o projecto DIAS deve ser mencionados. O DIAS visa atrair os cabo-verdianos residentes no estrangeiro ao seu país de origem e estimulá-los a aí investir. Embora haja um objectivo semelhante ao do CAMPO na sua nova fase, ainda não está claro se os dois projectos serão fundidos.

Portugal também tem trabalhado em estreita colaboração com outros doadores europeus com vista à criação de um centro comum de vistos em Cabo Verde. Isso permitirá que os migrantes usem um único escritório de vistos para os países europeus. Este projecto não é elegível como APD, mas Portugal está a tentar estabelecer algumas ligações entre este e o projecto CAMPO (por exemplo, garantir que os utilizadores de um desses serviços recebam informações sobre os outros).

#### **5.2.6 Projectos emblemáticos**

Projectos emblemáticos em Cabo Verde referem-se a três áreas: Governação, Educação e Desenvolvimento sociocomunitário. Portugal presta ainda apoio orçamental e, neste contexto, monitoriza o sector da Segurança.



### ***Governança: apoio ao desenvolvimento de capacidades do Estado***

- **Cooperação Técnico-Policial:** O programa, que tem vindo a desenvolver-se desde 2006, incluiu assistência técnica ao Ministério da Administração Interna em 2008, a qual resultou no Plano Estratégico para a Segurança Interna de Cabo Verde 2009-2011. O objectivo principal das intervenções em curso é o desenvolvimento de capacidades na Polícia Nacional e na Protecção Civil. A implementação está a cargo do Ministério da Administração Interna (MAI) de Cabo Verde. Há também cooperação na área do controlo de fronteiras (sistema PASSE). O programa teve um orçamento de 527,4 M€, co-financiado pelo IPAD (28%) e pelo MAI Cabo-verdiano (72%). Inclui formação profissional, modernização de equipamentos e infra-estruturas, melhoria da protecção social do pessoal.
- **Cooperação Técnico-Militar:** O primeiro Programa-quadro consistiu em assistência técnica para o desenvolvimento de capacidades das Forças Armadas nas áreas de gestão de recursos, organização da Guarda Costeira, fuzileiros navais e vigilância da zona marítima exclusiva, formação da Polícia Militar, organização do Centro de Instrução Militar de Morro Branco – S. Vicente. Em 2009, um novo programa foi acordada para o período 2009-2011. Inclui apoio às estruturas superiores das Forças Armadas, à Escola Militar, Polícia Militar, Guarda Costeira e Marinha, Centro de Instrução Militar de Morro Branco e formação em Portugal de professores de várias instituições de Educação Militar. O orçamento para 2010 foi de 274.000 €.
- **Apoio às Finanças Públicas – PICATFin:** O Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica nas Finanças Públicas (PICATFin) em Cabo Verde teve o mesmo prazo que o PIC, 2008-2011. O programa, com um orçamento total de 1,5 M€, está a ser implementado através do Ministério das Finanças de Portugal. O objectivo principal é o desenvolvimento de capacidades em vários departamentos do Ministério cabo-verdiano das Finanças, em particular nas Alfândegas (26%), Impostos (17,6%) e Inspecção de Finanças (15,4%).

### ***ii) Apoio à Educação e à formação profissional***

- **Apoio ao ensino secundário**, incluindo:
  - Assistência técnica e formação de professores: após a conclusão do PADES (Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário), um novo



programa está a ser desenvolvido com a participação do Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx).

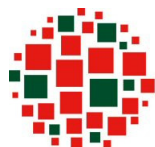
- Renovação de, e equipamentos para, o Liceu Domingos Ramos, financiado pelo IPAD (300 mil €).
- **Apoio à Universidade de Cabo Verde:** Além de outras intervenções (equipamentos escolares financiadas pelo IPAD e assistência técnica ao ensino superior), este apoio inclui ajuda a mestrados em Agronomia, Matemática Aplicada e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O objectivo é reforçar o ensino superior nestas áreas com vista à formação de professores da Universidade (Agronomia) e do pessoal técnico. Estes projectos, que responderam às solicitações da Universidade de Cabo Verde, tiveram um orçamento total de 767 mil €, financiado pelo IPAD. Orçamentos específicos, calendários e entidades encarregadas da implementação foram os seguintes:
  - **Agronomia:** Para o período de Junho de 2009 a Fevereiro de 2011, com um orçamento de cerca de 209.800 €, implementado pela CENTROP (Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento) do Instituto de Agronomia, Universidade de Lisboa.
  - **Matemática aplicada à Engenharia:** Para o período de Janeiro 2007 a Dezembro de 2010, com um orçamento de 290.200 €, implementado pela Universidade de Aveiro.
  - **TIC:** Para o período de Março de 2008 a Dezembro de 2009, com um orçamento de 266.800 €, implementado pela Universidade de Aveiro.
- **Centro de Formação Profissional na ilha do Fogo:** O projecto consistiu na construção e equipamento de um Centro de formação profissional no município de S. Filipe, Ilha do Fogo. O objectivo foi proporcionar instalações adequadas para a formação profissional nas áreas da construção (instalações eléctricas, canalizadores, ar condicionado) e da agricultura. O projecto, que foi lançado em 2005, estendeu-se por um período de 36 meses e teve um orçamento de 1,529 M€, com o IPAD a financiar 1 M€ e o Instituto de Formação Profissional de Cabo Verde (IEFP-CV) a cobrir o restante. As entidades responsáveis pela implementação foram o IEFP-CV, o Ministério das Infra-estruturas de Cabo Verde e o Instituto Português de Formação Profissional – IEFP (assistência técnica na construção).



***iii) Apoio ao desenvolvimento sociocomunitário***

Projecto de **apoio a crianças vulneráveis e jovens na ilha de Santiago**, concelho da Praia: o projecto começou em 2002, é da responsabilidade do Ministério Português do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) e teve um orçamento de 2 M€ (1,3 M€ para o período 2002-2007 e 740 mil € para 2008-2010). Foi lançado em resposta a um pedido do Ministério Cabo-verdiano do Trabalho, Família e Solidariedade e é baseado em três Centros de Protecção Social: o Centro de Lém Cachorro (rapazes e raparigas), o Centro Juvenil de Picos (rapazes) e do Centro Juvenil de Assomada (raparigas). O objectivo é promover a integração social e profissional dessas crianças e jovens, nomeadamente através do envolvimento da família e da sociedade civil. Inclui actividades pedagógicas, culturais e de lazer, desporto, trabalho com famílias e com a sociedade civil, assistência médica e apoio psicológico.





**Quadro 5.2.2 – Distribuição sectorial da ajuda a Cabo Verde – 2004-2010 (Milhares € e %)**

<b>Sectores</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2007</b>	<b>%</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>2010*</b>	<b>%</b>
<b>I Infra-estruturas e serviços sociais</b>	<b>25 996</b>	<b>94,9</b>	<b>26 302</b>	<b>65,2</b>	<b>24 983</b>	<b>60,2</b>	<b>25 110</b>	<b>70,7</b>	<b>23 981</b>	<b>52,9</b>	<b>24 077</b>	<b>59,8</b>	<b>21 296</b>	<b>25,4</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
Educação	18 991	69,3	19 930	49,4	19 289	46,5	19 315	54,4	18 288	40,3	18 535	46,1	14 445	17,2
Saúde	1 816	6,6	2 554	6,3	1 852	4,4	1 567	4,4	1 876	4,1	2 308	5,7	3 884	4,6
Governança e sociedade civil	1 528	5,6	925	2,3	1 199	2,9	1 767	5,0	1 774	3,9	1 625	4,0	1 164	1,4
Outras infra-estruturas e serviços sociais	2 568	9,4	2 799	6,9	2 642	6,4	2 437	6,9	2 033	4,5	1 586	3,9	1 620	1,9
<b>II Infra-estruturas económicas</b>	<b>-78</b>	<b>-0,3</b>	<b>12 376</b>	<b>30,7</b>	<b>14 883</b>	<b>35,9</b>	<b>8 922</b>	<b>25,1</b>	<b>19 958</b>	<b>44,0</b>	<b>15 016</b>	<b>37,3</b>	<b>61 216**</b>	<b>72,9</b>
<b><u>Das quais:</u></b>														
Transporte e armazenagem	-201	-0,7	11 976	29,7	13 664	32,9	8 234	23,2	19 823	43,7	14 360	35,7	23 619	28,1
Comunicações	24	0,1	314	0,8	1 133	2,7	607	1,7	40	0,0	539	1,3	51	-
<b>III Sectores de produção</b>	<b>189</b>	<b>0,7</b>	<b>237</b>	<b>0,6</b>	<b>227</b>	<b>0,5</b>	<b>206</b>	<b>0,6</b>	<b>141</b>	<b>0,3</b>	<b>32</b>	<b>0,0</b>	<b>9</b>	<b>-</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
Agricultura e pescas	15	0,0	114	0,3	87	0,0	90	0,0	36	0,0	-	-	-	-
Comércio e Turismo	34	0,1	50	0,1	103	0,2	116	0,3	78	0,1	32	0,0	9	-
<b>IV Multisector/transversal</b>	<b>1 034</b>	<b>3,8</b>	<b>1 025</b>	<b>2,5</b>	<b>981</b>	<b>2,4</b>	<b>906</b>	<b>2,6</b>	<b>818</b>	<b>1,8</b>	<b>468</b>	<b>1,2</b>	<b>979</b>	<b>1,2</b>
<b>VII-X Outros***</b>	<b>257</b>	<b>0,9</b>	<b>371</b>	<b>0,9</b>	<b>409</b>	<b>1,0</b>	<b>376</b>	<b>1,1</b>	<b>443</b>	<b>1,0</b>	<b>641</b>	<b>1,6</b>	<b>426</b>	<b>0,5</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
Custos administrativos	118	0,4	109	0,3	93	0,2	127	0,4	229	0,5	325	0,8	218	0,3
<b>Total***</b>	<b>27 398</b>	<b>100</b>	<b>40 310</b>	<b>100</b>	<b>41 483</b>	<b>100</b>	<b>35 520</b>	<b>100</b>	<b>45 340</b>	<b>100</b>	<b>40 235</b>	<b>100</b>	<b>83 927</b>	<b>100</b>
<i>V Ajuda a programas/produtos</i>	<i>-1 120</i>	<i>-</i>	<i>-2 239</i>	<i>-</i>	<i>-2 239</i>	<i>-</i>	<i>-2 239</i>	<i>-</i>	<i>-739</i>	<i>-</i>	<i>-739</i>	<i>-</i>	<i>23 365</i>	<i>-</i>
<i>VI Operações da dívida</i>	<i>-1 507</i>	<i>-</i>	<i>-1 572</i>	<i>-</i>	<i>-1 555</i>	<i>-</i>	<i>-1 360</i>	<i>-</i>	<i>-1 315</i>	<i>-</i>	<i>-1 104</i>	<i>-</i>	<i>39</i>	<i>-</i>
<b>Total geral</b>	<b>24 772</b>	<b>-</b>	<b>36 499</b>	<b>-</b>	<b>37 688</b>	<b>-</b>	<b>31 921</b>	<b>-</b>	<b>43 286</b>	<b>-</b>	<b>38 392</b>	<b>-</b>	<b>107 331</b>	<b>-</b>

Fonte: IPAD \* Dados provisórios \*\* Inclui 37,4 M€ de apoio a energias renováveis \*\*\*Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida



## 5.3 Guiné-Bissau

### 5.3.1 Principais indicadores e políticas nacionais

A Guiné-Bissau ocupa um território de 36.125 Km<sup>2</sup> e tem uma população de 1,5 milhões (2010). A língua oficial é o Português. Os produtos principais incluem a castanha de caju, a pesca, madeiras tropicais, amendoim, frutas tropicais, mandioca e bauxite. O país ocupa a posição 164, num total de 169 países, no Índice de Desenvolvimento Humano (2010).

Desde a década de 1990, a Guiné-Bissau tem atravessado um período de instabilidade política e militar. A falta de clareza sobre o papel dos militares na cena política do país levou à apresentação pelo Governo, em 2006, de um Plano de Reforma do Sector de Segurança, que foi seguido por uma missão da UE no período 2008-2010.

#### **Políticas nacionais de desenvolvimento**

Em 2006 o Governo aprovou um Documento da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (DENARP) com os seguintes objectivos de longo prazo:

- Reduzir o nível geral de pobreza de 68,5% da população em 2005 para 59,7% em 2015;
- Reduzir a pobreza extrema de 22% da população em 2005 para 19,2% em 2015;
- Acelerar o progresso nos ODM, a fim de recuperar as perdas anteriores a 2005;
- Desenvolver a produção de infra-estruturas de apoio.

À luz destes objectivos, a estratégia do DENARPE foi definida com base em quatro eixos:

**Eixo 1: Desenvolvimento de capacidades institucionais**, nomeadamente através da boa governação e da participação dos cidadãos na luta contra a pobreza. Isto incluiu a luta contra a fraude e a corrupção, bem como a Reforma do Sector da Segurança e a Reforma do Sector Judicial.

**Eixo 2: Aceleração do crescimento económico**, com especial ênfase no desenvolvimento do sector privado e na agro-indústria, pecuária, pesca e turismo. As infra-estruturas de transportes e telecomunicações foram também incluídas neste eixo.

**Eixo 3: Melhoria do acesso aos serviços sociais pelos mais pobres**, através da implementação de programas sociais.



**Eixo 4: Melhoria das condições de vida dos grupos mais vulneráveis**, reduzindo as desigualdades de género e promovendo a equidade social, incluindo a luta contra a malária e a VHI / SIDA.

Este DENARP, com um horizonte temporal de 2007-2011, serviu como quadro de referência para o PIC 2008-2010.

Em Abril de 2010, uma "segunda geração" da Estratégia de Redução da Pobreza (DENARP II) foi apresentada. Esta nova estratégia procura aprofundar as reformas estruturais, que foram iniciadas com o primeiro DENARP. É dada especial atenção ao sector da Segurança, que é visto como uma prioridade para a consolidação da paz e da estabilidade política, e à reforma do sector da Justiça, que é considerada essencial no combate à corrupção e tráfico de drogas. O DENARP II considera o crescimento sustentável, incluindo infra-estruturas e energia, como base para a redução da pobreza. Sublinha ainda a importância do desenvolvimento do capital humano, nomeadamente através de um melhor acesso à educação, formação profissional e saúde.

**Quadro 5.3.1 – Guiné-Bissau – Progresso relativo aos ODM (2008)**

ODM1 Erradicação da pobreza extrema e fome	ODM2 Educação Primária universal	ODM3 Igualdade de géneros	ODM4 Redução da mortalidade infantil	ODM5 Melhoria da saúde materna	ODM6 Combate VHI/SIDA, malária e outras doenças	ODM 7 Assegurar um ambiente sustentável	ODM8 Parceria global para o desenvolvimento

Atendido Atingível Possível de atingir se forem adoptadas medidas adequadas  
 Não atingível Informação não disponível

Fonte: MDG Monitoring – Tracking the MDGs, United Nations.

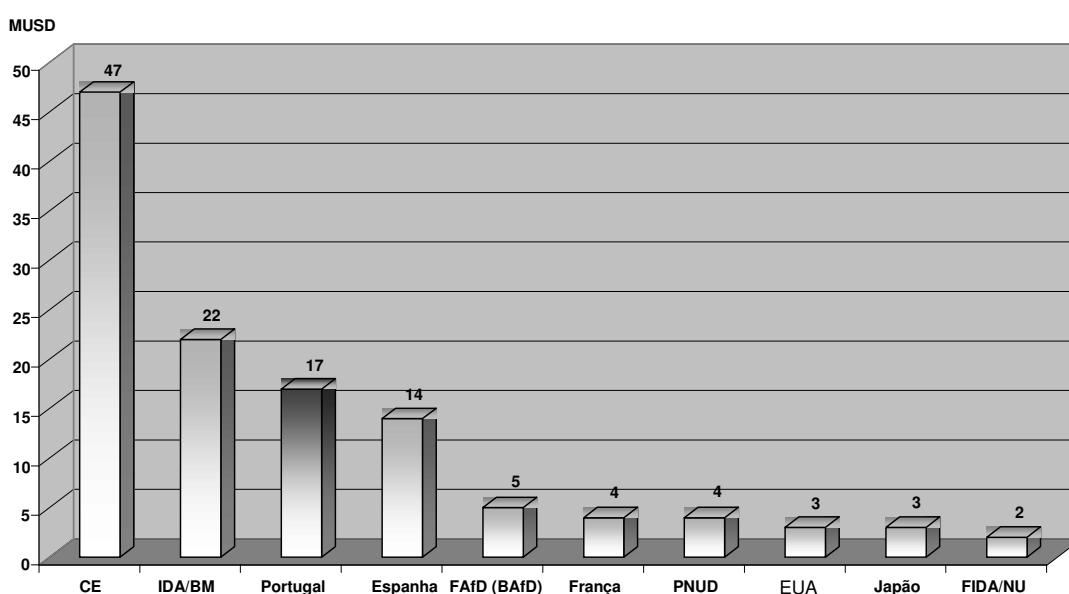
A situação do país quanto aos ODM (Quadro 5.3.1) não é excelente: apenas dois ODM são considerados atingíveis (ODM2 - educação primária universal e ODM 3 – igualdade de géneros) e quatro são possíveis de alcançar se forem adoptadas as medidas adequadas (ODM 4 - mortalidade infantil, ODM5 - saúde materna, ODM6 - VHI/SIDA e ODM7 - ambiente). Para os ODM 1 e 8 não há informação disponível.



### 5.3.2 A ajuda internacional à Guiné-Bissau

A ajuda internacional tem sido muito orientada para a construção da paz. A Guiné-Bissau é considerada um Estado Frágil, enfrentando sérios desafios de desenvolvimento, como um governo fraco e acesso desigual aos serviços básicos. Por este motivo e no contexto do trabalho da OCDE/CAD sobre Estados Frágeis, Portugal aceitou ser facilitador num exercício piloto que resultou na identificação de seis princípios (dos 12 princípios seleccionados pela OCDE/CAD) que foram considerados essenciais para a Guiné.

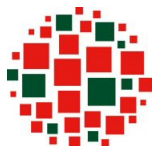
**Gráfico 5.3.1 Guiné-Bissau – Principais doadores (média 2007-2008)**



Fonte: OECD/DAC.

Um mecanismo de coordenação entre os doadores foi criado em 2006 sob a égide da ONU e da CE, focando sete áreas prioritárias: desenvolvimento humano (coordenado por Portugal), segurança alimentar, desenvolvimento rural e agricultura, infra-estruturas; Reforma do Sector de Segurança (SSR); reforma administrativa; governação política e justiça; governação económica e sector privado. Apesar de uma importante troca de informações, ainda há muito a fazer em matéria de coordenação e complementaridade entre os doadores.

Em Dezembro de 2007, a Comissão das Nações Unidas para a Construção da Paz criou uma unidade específica para acompanhar a situação na Guiné-Bissau. A unidade é liderada pelo Brasil, com Portugal a ter um papel activo.



Portugal tem sido o principal doador bilateral, desempenhando um papel fundamental nas actividades internacionais que têm lugar no país. Outros doadores incluem a França, a Espanha, a China, Cuba, a CE, o Banco Mundial e várias agências da ONU (Quadro 5.3.1). No contexto da ajuda internacional à Guiné-Bissau, Portugal juntou-se ao Grupo de Contacto Internacional (*International Contact Group*)<sup>70</sup> – uma plataforma que, sob proposta da CEDEAO<sup>71</sup> e da CPLP, encoraja o diálogo político e a mobilização de assistência financeira internacional.

A Guiné-Bissau solicitou apoio internacional para combater o tráfico de drogas. Em 2007 teve lugar em Lisboa uma Conferência Internacional sobre o Tráfico de Drogas na Guiné-Bissau. Foi aí aprovado um Plano de Actividades a três anos, apresentado pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), para ser implementado com o apoio dos doadores bilaterais e multilaterais. Portugal e a CE foram os principais contribuintes.

As relações entre a Guiné-Bissau e a CE têm sido enquadradas pelo Acordo de Cotonou e o DENARP. Nesta base, três sectores foram seleccionados para a cooperação com a CE: reabilitação e desenvolvimento das infra-estruturas, apoio à consolidação do Estado de Direito e apoio macroeconómico. Para o período 2008-2013, um envelope financeiro de 98,8 M€ foi atribuído ao programa bilateral CE-Guiné-Bissau. Em 2008-2010 uma Missão da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) esteve no terreno para implementar as SSR, tendo Portugal participado nesta Missão.

### **5.3.3 O Programa Indicativo de Cooperação - PIC 2008-2010**

O PIC 2008-2010 procurou alinhar as intervenções da Cooperação Portuguesa com a duração do primeiro DENARP. Além disso, a escolha dos sectores estratégicos responde às prioridades definidas pelo Governo da Guiné-Bissau e tem em conta as vantagens comparativas de Portugal em relação a outros doadores. O PIC 2008-2010 teve um envelope financeiro de 35 M€.

Os eixos estratégicos do PIC 2008-2010 são:

**Eixo 1: Boa Governação, Participação e Democracia (26%).** Este eixo é especialmente relevante para a consolidação do Estado de Direito, especialmente através do desenvolvimento de capacidades do Estado.

<sup>70</sup> Inclui Angola, Brasil, Cabo Verde, Espanha, França, Gâmbia, Gana, República da Guiné, Níger, Nigéria, Portugal, Senegal, FMI, NU, EC, BM, CPLP, CEDEAO, e UEMAO (União Económica e Monetária da África Ocidental).

<sup>71</sup> Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.



**1) Apoio ao desenvolvimento de capacidades de Estado**, em especial nas áreas:

- **Finanças:** Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas (PICATFin), visando reforçar a capacidade institucional do Ministério das Finanças.
- **Segurança:** Contribuição para o Plano de três anos da UNODC sobre o Narcotráfico na Guiné-Bissau (3 MUSD) e apoio técnico. Neste contexto, Portugal assinou, em 21 de Agosto de 2007, um memorando de entendimento para combater o tráfico de droga na Guiné-Bissau. As iniciativas Portuguesas nesta área visam o desenvolvimento de capacidades técnicas e operacionais das forças de segurança e dos serviços do Ministério da Administração Interna (Policia de Ordem Pública - POP - e Direcção Geral de Migrações e Controlo de Fronteiras).
- **Justiça:** Capacitação na área da administração da Justiça e apoio para um melhor e mais estável enquadramento legal (em articulação com o PIR-PALOP<sup>72</sup> II, que incluiu um projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Judiciais nos PALOP).

**2) Cooperação Técnico-Militar (CTM)**, incluindo as seguintes áreas de intervenção:

- Organização das estruturas superiores da Defesa e das Forças Armadas.
- Formação militar com vista a melhorar a organização, equipamento e funcionamento dos Centros de Treino Militar.
- Capacitação do pessoal militar, através de programas de formação realizados em Portugal
- Apoio à logística (uniformes e equipamentos) e assistência médica (em Portugal e com o fornecimento de medicamentos).

**Eixo 2: Desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza (74%).** Contribuição para o desenvolvimento humano e económico da população, nomeadamente através de:

**1) Educação**, que é uma área prioritária para o Governo da Guiné-Bissau. A contribuição de Portugal inclui três projectos principais e um programa de bolsas:

- Programa de *Apoio à Educação no interior da Guiné-Bissau (PAEIGB)*, incidindo na educação básica e implementado pela Fundação para a Evangelização das Culturas (FEC).

---

<sup>72</sup> Programa Regional da EC para os PALOP.



- Programa de *Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PASEG)*, com o objectivo geral de contribuir para o desenvolvimento do sistema educativo, nomeadamente formação de professores locais, e assistência técnica para a elaboração de um projecto de Plano Director para um sistema global de Educação na Guiné-Bissau.
- *Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e a Faculdade de Direito de Bissau (FDB)*. Trata-se de um projecto que remonta a 1990, com o objectivo global de apoiar um sistema político pluralista e consolidar o Estado de Direito.
- Bolsas de estudo para o programa de ensino secundário e superior na Guiné-Bissau, bem como para o Mestrado e doutoramento em Portugal.

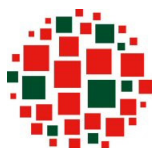
**2) Desenvolvimento sociocomunitário**, incluindo:

- Programas de desenvolvimento social destinados à melhoria dos serviços sociais, à luta contra a desnutrição, à melhoria das condições de vida das comunidades locais e ao reforço das capacidades institucionais nas áreas da protecção social e do emprego. Os projectos deverão ser implementados por ONG.
- Apoio ao sector da Saúde, em especial ao Hospital Nacional Simão Mendes em Bissau. Incluiu fornecimento de energia eléctrica para as instalações do Hospital, evacuação de doentes para hospitais Portugueses quando necessário e o envio de missões médicas a partir de Portugal. Sempre que possível, essas missões integraram médicos guineenses a praticar em Portugal, com vista a promover o seu regresso à Guiné-Bissau.

### **5.3.4 APD à Guiné-Bissau**

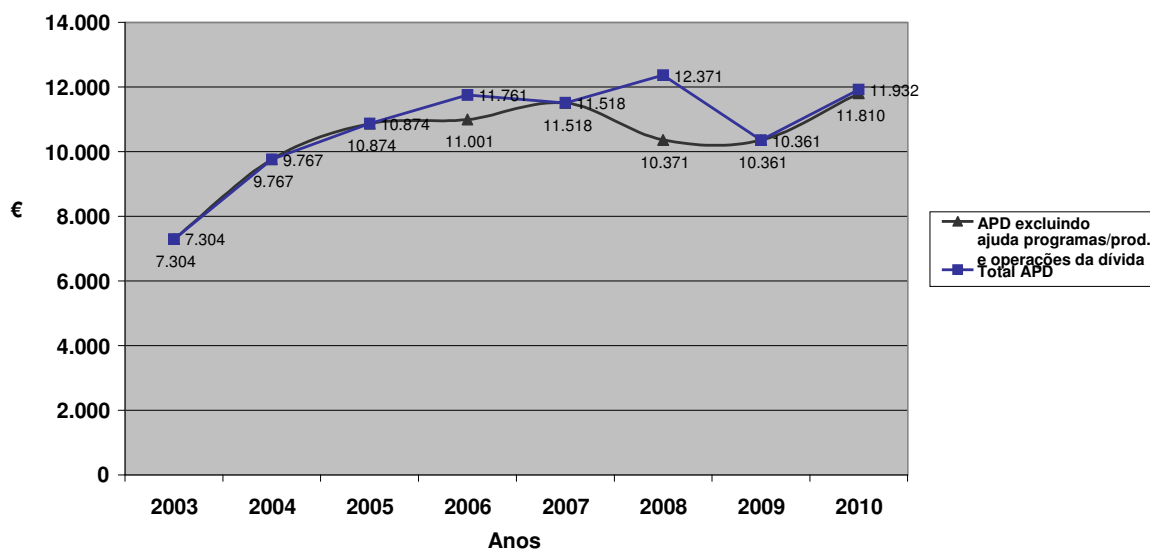
Em 2005-2010, a APD Portuguesa à Guiné-Bissau cifrou-se numa média anual de 11,5 M€, totalizando 70 M€ ao longo desses seis anos. O Gráfico 5.3.2 mostra valores anuais. O total para 2008 inclui 2 M€ de apoio orçamental destinado a ajudar o Governo a cumprir as condições do FMI para um programa de Emergência Pós-Conflito (EPCA).

O Gráfico 5.3.3 e o Quadro 5.3.2 mostram a distribuição sectorial da APD, excluindo a ajuda a programas/produtos e as operações da dívida. Em consonância com as prioridades estabelecidas pelo DENARP guineenses e o PIC, a APD Portuguesa foi principalmente direccionada para a **Educação**, que em 2005-2010 representou quase um terço do total da ajuda. Até 2007, o sector de **Saúde** correspondia a 20-25%, mas em



2008-2010 essa percentagem foi inferior a 10%. O apoio à **Governança**, que representava cerca de 7% da ajuda até 2007, aumentou significativamente. A APD dirigida a **Outras Infra-estruturas e serviços sociais** também aumentou, de 8,7% em 2004 para quase 27% em 2010.

**Gráfico 5.3.2 APD à Guiné-Bissau, 2003-2010 (Milhares €)**



Fonte: IPAD

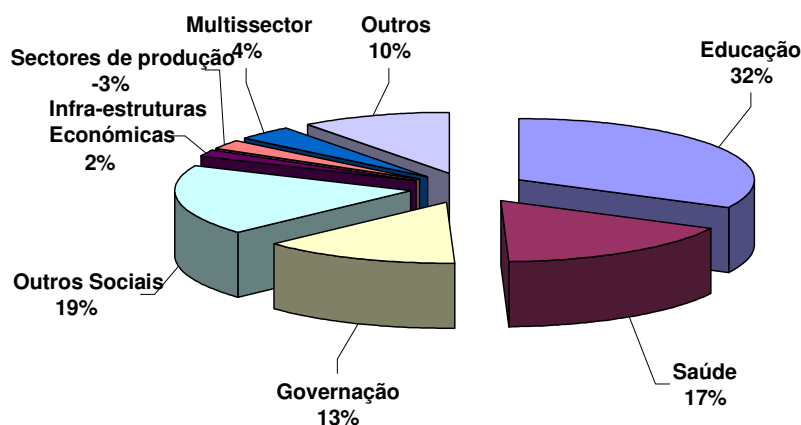
O apoio a **Infra-estrutura económica** representou 2% em 2005-2010, com as Comunicações como a principal subsector. A ajuda aos **Sectores de produtivos** contou com uma média de 3% da ajuda, representando a agricultura a parte mais significativa. A ajuda humanitária, que em 2005 absorvia quase 13% da APD, praticamente desapareceu a partir de 2008, reflectindo o fim das intervenções pós-conflito.

Com o PIC 2008-2010 houve um reforço de verbas para a **Governança**. Neste contexto, a cooperação na Reforma do Sector de Segurança (SSR) merece uma referência particular. Essa cooperação foi enquadrada por dois documentos políticos guineenses: o *Plano Operacional de Combate ao Tráfico de Drogas na Guiné-Bissau* e o *Documento Estratégico para a Reestruturação e Modernização do Sector de Defesa e Segurança*. Os principais projectos no sector consistem em assistência técnica e dizem respeito à Polícia Judiciária, bem como à cooperação Técnico-Policial e Técnico-Militar. Outro exemplo do aumento da ajuda à Governança é o apoio às Finanças Públicas através do PICATFin 2008-2010, cujo objectivo é contribuir para o desenvolvimento de capacidades no Ministério guineense das Finanças.





**Gráfico 5.3.3\* Ajuda bilateral à Guiné-Bissau por sectores (%) (2005-2010)**



Fonte: IPAD

\* Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida

### 5.3.5 Projectos emblemáticos

Intervenções nas áreas da Educação, capacitação de organismos estatais e desenvolvimento sociocomunitário serão mencionadas como exemplos da ajuda de Portugal à Guiné-Bissau.

#### ***i) Apoio à Educação***

Dois projectos principais merecem referência:

- **Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau II (PASEG II)**, com o objectivo de melhorar a qualidade da Educação (como parte do Plano do Governo para Educação) e reforçar os conhecimentos de Português para fins didácticos. O programa abrange o período de Setembro 2009 a Agosto de 2012, com um orçamento total de 4,7 M€, co-financiado pelo IPAD (45%) e o Governo da Guiné-Bissau (55%). Prevê-se que cubra anualmente 1100 professores e outros agentes educativos. O IPAD e o Instituto Politécnico de Castelo Branco (que faz parte da Escola Superior de Educação - ESE-IPCB) são responsáveis pela execução.
- **Cooperação entre as Faculdades de Direito de Lisboa e de Bissau**, que visa reforçar o Estado de Direito através duma melhoria na formação dos juristas e profissionais de direito e da criação dum corpo de professores guineenses que assegure a sustentabilidade das intervenções científicas e pedagógicas. Abrange o



período Outubro 2010-Setembro de 2011, com um orçamento de 355.800 €. Foi co-financiado pelo IPAD (85,7%), a Faculdade de Direito de Lisboa (13,1%) e da Faculdade de Direito de Bissau (1,2%). Os principais beneficiários directos são os alunos e professores da Faculdade. Indirectamente, beneficiam ainda do projecto a Administração Pública, os Tribunais, ONG e o sector privado. A execução é da responsabilidade das duas Faculdades de Direito.

## ***ii) Governação: apoio ao desenvolvimento de capacidades no Estado***

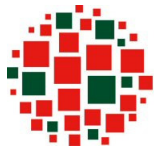
Exemplos deste tipo de ajuda - que assume muitas vezes a forma de cooperação técnica - são o apoio ao sector da Segurança, ao sector da Justiça e ao das Finanças Públicas.

### **• Apoio ao Sector da Segurança** incluindo:

- A cooperação Técnico-Policial, principalmente destinada a combater o tráfico de droga, contribuindo Portugal com 3 MUSD e assistência técnica para o Plano Operacional sobre o Narcotráfico na Guiné-Bissau, lançada pelo UNODC.
- A cooperação Técnico-Militar: O programa, que teve um orçamento de 511 000 € para 2010, inclui apoio às estruturas superiores da Defesa e das Forças Armadas, à Marinha, ao Centro de Instrução Militar, ao sistema de comunicações militares, engenharia militar, logística e inclui ainda formação em Portugal.

### **• Apoio ao sector da Justiça**, como parte das intervenções dirigidas ao reforço do Estado de Direito e à boa Governação, visa o desenvolvimento de capacidades no sector da Justiça, em especial no combate ao tráfico de drogas, tal como estabelecido no Plano Operacional conjunto da UNODC e da Guiné-Bissau. O projecto consiste em assistência técnica à Polícia Judiciária guineense, aos juizes e ao Ministério Público, bem como apoio às reformas e aos guardas prisionais. Está a ser implementado pelo Ministério Português da Justiça. Em 2007 incluiu a assistência técnica à Polícia Judiciária e em 2008-2009 ao Serviço de Notariado e aos Serviços de Registo. Para 2010 o projecto teve um orçamento de 437 900 €, co-financiado pelo IPAD (73%) e pelo Ministério Português da Justiça - Direcção da Polícia Judiciária (27%).

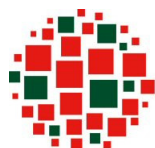
### **• Apoio às Finanças Públicas – PICATFin:** O Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica às Finanças Públicas (PICATFin) na Guiné-Bissau tinha inicialmente o mesmo calendário que o PIC, ou seja 2008-2010, mas a sua extensão está a ser considerada. O programa teve um orçamento total de 1,5 M€. E foi implementado através do Ministério das Finanças de Portugal. O objectivo principal foi o desenvolvimento de capacidades em vários departamentos do Ministério das



Finanças guineense. As principais intervenções durante este período incluíram Tecnologias de informação (256 000 €), Gestão (250 000 €), Alfândegas (174 000 €), Impostos (139 500 €) e Administração (127 500 €).

***iii) Apoio ao desenvolvimento sociocomunitário***

O Projecto Integrado para o Desenvolvimento de uma Rede de Protecção Social tem sido prosseguido desde 2004. Para o período 2008-2009 envolveu 551.400 €. O projecto responde às necessidades identificadas pelo Ministério guineense da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza, estando a ser implementado pela ONG guineense Rede Ajuda - Cooperação e Desenvolvimento (ONG-AR). O projecto visa crianças, jovens e mulheres na região de Bissau, Quinara, Biombo e Bafatá, incluindo actividades como: apoio à melhoria da dieta alimentar (Bissau / Reno, Biombo e Quinara), alfabetização de mulheres (Bissau, Biombo e Quinara), melhoria das condições de vida (Quinara); formação profissional de mulheres e jovens (Biombo e Quinara), apoio às mulheres para a administração de pequenas empresas (Quinara), apoio ao saneamento básico (furos de água) na região de Biombo, Quinara e Bafatá, apoio técnico para deficientes, microcrédito.

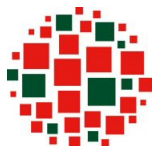


**Quadro 5.3.2 – Distribuição sectorial da ajuda à Guiné-Bissau – 2004-2010 (Milhares € e %)**

<b>Sectores</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2007</b>	<b>%</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>2010*</b>	<b>%</b>
<i>I Infra-estruturas e serviços sociais</i>	<b>7 067</b>	<b>72,4</b>	<b>7 893</b>	<b>72,6</b>	<b>8 468</b>	<b>77,0</b>	<b>9 468</b>	<b>82,2</b>	<b>8 455</b>	<b>81,5</b>	<b>8 893</b>	<b>85,8</b>	<b>10823</b>	<b>91,6</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<i>Educação</i>	3 213	32,9	3 083	28,4	3 393	30,8	3 635	31,6	3 560	34,3	3 588	34,6	3 658	31,0
<i>Saúde</i>	2 215	22,7	2 305	21,2	2 988	27,2	2 866	24,9	825	7,9	891	8,6	1 168	9,9
<i>Governo e sociedade civil</i>	704	7,2	858	7,9	193	1,8	873	7,6	1 484	14,3	2 651	25,6	2 588	21,9
<i>Outras infra-estruturas e serviços sociais</i>	846	8,7	1 529	14,1	1 794	16,3	1 624	14,1	2 329	22,5	1 639	15,8	3 139	26,6
<i>II Infra-estruturas económicas</i>	<b>385</b>	<b>3,9</b>	<b>80</b>	<b>0,7</b>	<b>233</b>	<b>2,1</b>	<b>451</b>	<b>3,9</b>	<b>125</b>	<b>1,2</b>	<b>99</b>	<b>1,0</b>	<b>52</b>	<b>0,4</b>
<b><u>Das quais:</u></b>														
<i>Comunicações</i>	357	3,7	79	0,7	108	1,0	207	1,8	122	1,2	71	0,7	38	0,3
<i>III Sectores de produção</i>	<b>414</b>	<b>4,2</b>	<b>394</b>	<b>3,6</b>	<b>98</b>	<b>0,9</b>	<b>54</b>	<b>0,5</b>	<b>115</b>	<b>1,1</b>	<b>686</b>	<b>6,6</b>	<b>297</b>	<b>2,5</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<i>Agricultura</i>	344	3,5	394	3,6	94	0,9	49	0,4	109	1,0	470	4,5	297	2,5
<i>IV Multisector/transversal</i>	<b>476</b>	<b>4,9</b>	<b>323</b>	<b>3,0</b>	<b>616</b>	<b>5,6</b>	<b>590</b>	<b>5,1</b>	<b>427</b>	<b>4,1</b>	<b>300</b>	<b>2,9</b>	<b>184</b>	<b>1,6</b>
<i>VII-X Outros**</i>	<b>1 425</b>	<b>14,6</b>	<b>2 184</b>	<b>20,1</b>	<b>2 346</b>	<b>21,4</b>	<b>955</b>	<b>8,3</b>	<b>1 249</b>	<b>12,0</b>	<b>383</b>	<b>3,7</b>	<b>455</b>	<b>3,9</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<i>Ajuda humanitária</i>	719	7,4	1 404	12,9	50	0,5	374	3,2	10	0,1	-	-	-	-
<i>Custos administrativos</i>	198	2,0	152	1,4	313	2,8	564	4,9	339	3,3	352	3,4	380	3,2
<b>Total**</b>	<b>9767</b>	<b>100</b>	<b>10874</b>	<b>100</b>	<b>11001</b>	<b>100</b>	<b>11 518</b>	<b>100</b>	<b>10 371</b>	<b>100</b>	<b>10 361</b>	<b>100</b>	<b>11 810</b>	<b>100</b>
<i>V Ajuda a programas e produtos</i>	-	-	-	-	<b>760</b>	-	-	-	<b>2 000***</b>	-	-	-	<b>122</b>	-
<i>VI Operações da dívida</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total geral</b>	<b>9767</b>		<b>10874</b>		<b>11 761</b>		<b>11 518</b>		<b>12 371</b>		<b>10 361</b>		<b>11 932</b>	

Fonte: IPAD \* Dados provisórios \*\* Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida

\*\*\* Apoio orçamental para facilitar ajuda de emergência pós-conflito do FMI.



## **5.4 Moçambique**

### **5.4.1 Principais indicadores e políticas nacionais**

Moçambique ocupa um território de 799 390 km<sup>2</sup> com uma população de 22,9 milhões (2009). A língua oficial é o Português, mas são também usados muitos dialectos locais. O idioma Inglês é ensinado nas escolas secundárias. Os principais produtos de exportação são o alumínio, o gás, a energia eléctrica, castanha de caju, camarão, algodão, madeiras exóticas, açúcar e frutas cítricas. O país ocupa a posição 165, num total de 169, no Índice de Desenvolvimento Humano (2010).

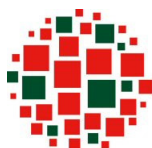
#### **Políticas nacionais de desenvolvimento**

A redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento económico de Moçambique têm guiado a intervenção do Governo moçambicano, que tem demonstrado um compromisso sério para a realização dos ODM. A principal prioridade do Governo tem sido o combate à pobreza absoluta. Em 2001 adoptou o primeiro Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) 2001-2005, que continha os principais objectivos e acções a serem prosseguidas. Os dois principais objectivos eram: estender a toda a população os serviços sociais básicos; explorar novas formas de rendimento para os grupos mais pobres da população. Estes objectivos constituíram a base para os Orçamentos de Estado anuais e de médio prazo, bem como para outros programas e políticas.

O PARPA I (2001-2005) definia seis "áreas de acção fundamentais": (i) Educação, (ii) Saúde, (iii) Agricultura e desenvolvimento rural; (iv) Infra-estruturas básicas, (v) Boa governação, e (vi) Gestão financeira e macroeconómica. Entre 1996-97 e 2002-03, o nível da pobreza em Moçambique baixou de 69,4% para 54% da população. Esta baixa foi 5 pontos percentuais melhor do que o previsto no PARPA I.

Em Maio de 2006 o Governo moçambicano aprovou o PARPA II, que abrangia o período 2006-2009. O objectivo deste novo programa era a redução da pobreza de 54% em 2003 para 45% da população em 2009. O PARPA II manteve as infra-estruturas básicas, agricultura e desenvolvimento rural, saúde e educação, finanças e gestão macroeconómica como áreas prioritárias. Mas uma maior ênfase foi colocada sobre o reforço da integração económica, incluindo a nível regional, e a melhoria da produtividade. Além da redução da pobreza, o PARPA II também se destinava a:

- (i) Reforçar o crescimento do PIB, incentivando um clima favorável aos negócios;
- (ii) Melhorar a coordenação com a comunidade doadora internacional e atrair a ajuda externa, particularmente sob a forma de apoio orçamental;



(iii) Assegurar uma distribuição equitativa do rendimento, especialmente a favor dos grupos mais pobres da população, por meio da melhoria dos serviços sociais.

A estratégia de redução da pobreza tem sido implementada por meio de planos quinquenais, instrumentos de planeamento a médio prazo (planos estratégicos sectoriais e provinciais, o Quadro Fiscal de Médio Prazo e o Programa Trienal de Investimento Público), bem como de instrumentos operacionais anuais (o Plano Económico e Social - PES - e o Orçamento do Estado).

**Quadro 5.4.1 – Moçambique – Progresso relativo aos ODM (2008)**

ODM1 Erradicação da pobreza extrema e fome	ODM2 Educação Primária universal	ODM3 Igualdade de géneros	ODM4 Redução da mortalidade infantil	ODM5 Melhoria da saúde materna	ODM6 Combate VHI/SIDA, malária e outras doenças	ODM 7 Assegurar um ambiente sustentável	ODM8 Parceria global para o desenvolvimento

Attingido   
 Attingível   
 Possível de atingir se forem adoptadas medidas adequadas  
 Não atingível   
 Informação não disponível

Fonte: MDG Monitoring – Tracking the MDGs, United Nations.

Apesar deste esforço, que tem sido amplamente apoiado pela comunidade internacional de doadores, a situação de Moçambique relativamente aos ODM não é animadora: dados para 2008 indicam que apenas o MDG4 (mortalidade infantil) e o ODM5 (saúde materna) foram considerados alcançáveis. O ODM1 (erradicar a pobreza extrema) foi considerado como possível de atingir se as medidas adequadas forem tomadas, enquanto o ODM2 (ensino primário), o ODM3 (igualdade de géneros), o ODM6 (combate à VHI/SIDA) e o ODM 7 (ambiente) foram considerados como não sendo possíveis de atingir. Para o ODM 8 (parceria global para o desenvolvimento), não havia informação disponível.

#### 5.4.2 A ajuda internacional a Moçambique - o papel do apoio orçamental

Há muitos actores de cooperação, tanto bilaterais como multilaterais, a operar em Moçambique em vários sectores da cooperação<sup>73</sup>. Nos últimos anos, os parceiros da cooperação procuraram canalizar a ajuda através do apoio orçamental e a ajuda ao

<sup>73</sup> Banco Africano de Desenvolvimento, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Comissão Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Holanda, Reino Unido e Banco Mundial.



desenvolvimento tornou-se uma parte determinante do Orçamento do Estado (cerca de 50% dos recursos totais).

Em 2004, foi assinado Um Quadro conjunto para o Programa de Apoio Orçamental, pelo Governo e pelos "Parceiros da Ajuda Programa" (PAP). O Programa baseia-se na estratégia moçambicana de redução da pobreza (PARPA). Trata-se de um dos maiores programas de ajuda a África, tanto em relação ao nível do financiamento como quanto ao número de parceiros envolvidos.

Actualmente, 19 parceiros (o G19), 16 bilaterais e três multilaterais, dão apoio orçamental geral a Moçambique (Gráfico 5.4.1). Na sequência de uma revisão conjunta, esses doadores concordaram em conceder um financiamento adicional para 2010. O objectivo geral do Programa de Apoio Orçamental é contribuir para a redução da pobreza em todas as suas dimensões, apoiando a implementação e monitorização do PARPA. Os objectivos intermédios são:

- Construir uma parceria baseada no diálogo aberto sobre a estratégia de redução da pobreza em Moçambique como definida no PARPA e seus instrumentos operacionais – o Quadro Fiscal de Médio Prazo (QFMP), o Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento do Estado (OE).
- Facultar ao sector público um financiamento para a redução da pobreza ligado ao desempenho (performance) e de uma forma que permita melhorar a eficácia da ajuda, a apropriação pelo país, a eficiência nos gastos públicos, a previsibilidade da ajuda, o acompanhamento, a avaliação e o reforço da responsabilização interna, reduzindo os custos de transacção.

Para além do apoio orçamental, e com base no PARPA, a maioria dos parceiros bilaterais e multilaterais<sup>74</sup> presta ajuda aos seguintes sectores: Saúde (projecto PROSAÚDE), Educação (FASE<sup>75</sup>), Desenvolvimento Rural e desenvolvimento de capacidades institucionais. Outras áreas são: Meio Ambiente (Canadá, Dinamarca, Países Baixos, a CE e FAO), Género (Espanha, Itália, Países Baixos, o PNUD e a UNICEF) e Infra-estrutura (CE)<sup>76</sup>.

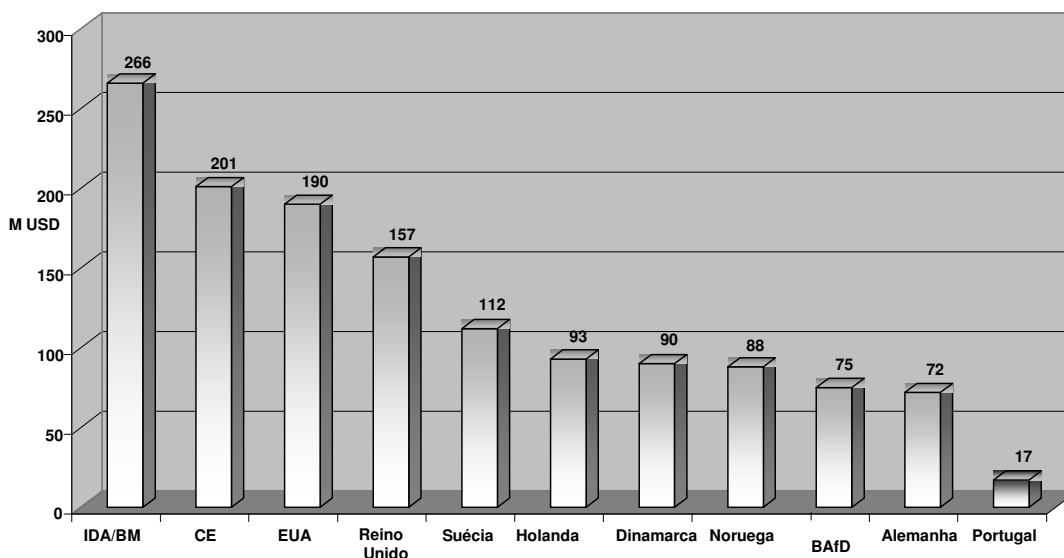
<sup>74</sup> Áustria, Bélgica, Alemanha, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Espanha, Suíça, Reino Unido, EUA, BAD, FAO, UNESCO, PNUD, UNICEF, OMS e Banco Mundial.

<sup>75</sup> FASE - Fundo de Apoio ao Sector da Educação.

<sup>76</sup> Informação retirada da base de dados ODAmoz.



**Gráfico 5.4.1 Moçambique – Maiores doadores (média 2007-2008)**



Fonte: OECD/CAD.

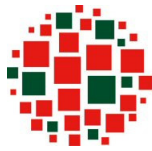
No contexto da aplicação do Código de Conduta da UE e relativamente à cooperação delegada, Portugal foi escolhido por Moçambique, com o acordo da CE, como parceiro estratégico para a implementação do Programa de Apoio ao Sector de Segurança (2010-2012). Esta escolha resulta do sucesso dum projecto bilateral na área da cooperação Técnico-Policial. O IPAD tem a responsabilidade da gestão plena do programa, que tem um envelope financeiro de 9,1 M€ para três anos (7 M€ financiados pela CE, 1,8 M€ pelo IPAD e 0,28 M€ pelo GdM) e inclui o “pacote” para reforço do Estado de Direito, cuja implementação começou em 2010.

#### **5.4.3 O Programa Indicativo de Cooperação – PIC 2007-2009/2010**

O Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2007-2009 foi elaborado de acordo com as orientações da CE para a programação, que visam melhorar a eficácia da ajuda através da progressiva harmonização dos processos e da redução dos custos de transacção. Isso é particularmente importante em Moçambique, onde muitos doadores estão envolvidos. O PIC foi baseado no PARPA II moçambicano, bem como nas recomendações da avaliação do Programa de cooperação de Portugal com Moçambique no período 2004-2006, efectuada em 2006.

Reflectindo a intenção de alinhar a cooperação Portuguesa com o calendário do PARPA II, o PIC foi inicialmente elaborado para o período 2007-2009. Mas, como o PARPA II, foi prorrogado por mais um ano, os dois Governos concordaram em estender o actual PIC





por mais um ano, terminando em 2010. Foi ainda acordado realizar uma avaliação, no primeiro semestre de 2010, com vista a preparar o próximo PIC. O envelope financeiro inicial ascendia a 42 M€, mas a estimativa total, incluindo 2010, é de 50 M€.

Embora Moçambique tenha representado cerca de 10% da APD Portuguesa, a participação de Portugal na APD total recebida por Moçambique não atinge 1%. Assim, é importante concentrar a APD portuguesa em sectores em que Portugal possa representar uma mais valia em relação a outros doadores, antes de mais nos sectores em que o conhecimento da língua e dos sistemas legais do país é importante.

Um aspecto inovador do PIC 2007-2009 foi a ênfase colocada por Portugal nos mecanismos multilaterais de apoio a Moçambique. Estes incluem o apoio orçamental e a participação no Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE). O objectivo é melhorar o alinhamento com as prioridades, sistemas e procedimentos de Moçambique.

O PIC 2007-2009 representou um esforço para uma maior concentração sectorial e geográfica da ajuda. Geograficamente, a Cooperação Portuguesa concentrou-se nas províncias de Maputo (sul), Sofala (centro) e Nampula (norte). Quanto aos sectores, os eixos prioritários são:

**Eixo 1 – Boa Governação (30%):** Inclui a cooperação técnico-policial e apoio à Administração. Principais projectos:

- **Cooperação Técnico-Policial:** Projecto que visa reforçar a capacidade técnica e operacional da Polícia moçambicana, da Direcção Nacional de Migrações e do Serviço Nacional de Bombeiros;
- Apoio ao desenvolvimento de capacidades no **Instituto Nacional de Estatística**, em particular o apoio ao Fundo Comum de Estatísticas;
- Apoio ao **Arquivo Cinematográfico**, com vista a salvaguardar o material fílmico conservado pela Instituto Nacional de Material Audiovisual e Cinematográfico de Moçambique;
- **Apoio Orçamental:** Portugal é um dos 19 parceiros que prestam apoio orçamental ao Estado de Moçambique (4,5 MUSD para o período 2007-2009).

**Eixo 2 – Desenvolvimento sustentável e redução da pobreza (60%):** Nesta área o apoio concentra-se na Educação e no desenvolvimento sociocomunitário. Em especial:



- **Formação profissional**, incluindo o apoio à implementação e expansão do sistema de formação profissional e à criação de um Centro de professores de formação profissional;
- Apoio ao **FASE** – Fundo de Apoio ao Sector da Educação;
- **Desenvolvimento Rural em Cabo Delgado**, um programa desenvolvido pela Fundação Aga Khan (FAK) para um período de 20 anos, cobrindo a área de Cabo Delgado (norte), onde os índices de pobreza são particularmente elevados. O programa foi co-financiado IPAD em 2007-2009;
- **Reabilitação do Parque Nacional da Gorongosa**, em colaboração com a Fundação Carr. A Cooperação Portuguesa esteve envolvida na construção do Centro de Educação Comunitária do Parque Nacional, que visa a formação em questões ambientais e de saúde de quinze comunidades locais.

**Eixo 3 – Cluster da Ilha de Moçambique (10%):** Programa integrado com vista a apoiar a iniciativa do Governo de Moçambique para o desenvolvimento sustentável da Ilha de Moçambique e da linha costeira continental vizinha (Norte). O objectivo é a recuperação do património arquitectónico e cultural e a promoção de actividades capazes de gerar rendimentos para os habitantes. O Plano Director para a Ilha foi apresentado em Fevereiro de 2010 e servirá como quadro de coordenação para os diferentes actores envolvidos – nacionais e internacionais, regionais e locais – nas várias actividades relacionadas com a recuperação do património. Juntamente com o Japão, a Holanda, a UCCLA<sup>77</sup> e a UNESCO, a Cooperação Portuguesa está envolvida na reconstrução da Fortaleza de S. Sebastião. Além disso, intervém ainda, através de *Trust Funds*, em diversas outras actividades.

Em 2010, a implementação do PIC foi objecto de uma avaliação externa<sup>78</sup>, que produziu recomendações para futuros programas de cooperação. Estas referem-se aos seguintes domínios:

- Melhoria dos instrumentos de programação – PIC e outros documentos orientadores;
- Aumentar a coordenação entre os intervenientes da Cooperação Portuguesa, incluindo o reforço do papel do IPAD;

<sup>77</sup> União das Capitais dos Países de Língua Portuguesa.

<sup>78</sup> Centro de Estudos Africanos – ISCTE-IUL, Relatório Final da Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Moçambique 2007-2010, Novembro 2010.



- Melhoria do sistema de acompanhamento e avaliação, principalmente através de uma melhor definição do Quadro de Intervenção do PIC;
- Melhorar a comunicação dos resultados e o diálogo entre as partes interessadas;
- Melhorar os aspectos organizacionais, incluindo uma concentração de recursos num menor número de áreas de intervenção, um reforço dos recursos humanos no terreno, uma melhoria da coordenação entre o pessoal do IPAD e a maior utilização do apoio orçamental como modalidade de auxílio.

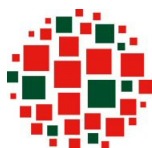
#### **5.4.4. APD a Moçambique**

Em 2005-2010, a APD anual a Moçambique, com exclusão de ajuda a programas/produtos e operações da dívida, cifrou-se em média em cerca de 15,5 M€ (Gráfico 5.4.2 e Quadro 5.4.2). A APD total aumentou sensivelmente desde 2008, principalmente devido a importantes linhas de crédito (APD total não está representada no Gráfico 5.4.2).

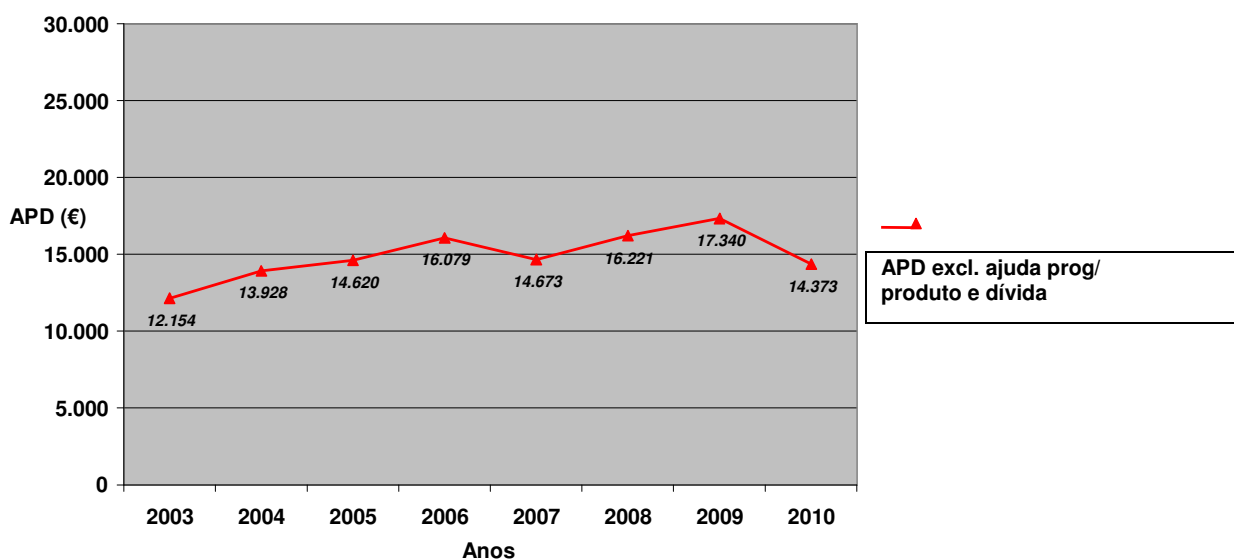
A distribuição sectorial da APD a Moçambique, excluindo ajuda a programas/produtos e operações de dívida (Gráfico 5.4.3 e Quadro 5.4.2), revela a grande importância do sector **Educação**, que representou 49% da ajuda no período 2005-2010 (54,4% em 2010).

**Outras infra-estruturas e serviços sociais**, que incluem acções de desenvolvimento sociocomunitário, têm representado uma parcela mais volátil, com uma média de cerca de 19%. O sector da **Governança** aumentou consideravelmente até 2009, tendo a sua quota-parte passando de cerca de 7% para a 16%; mas, em 2010, representava apenas 7,5%. Tanto o apoio a **Infra-estruturas económicas** como a **Sectores de produção** representou, em média, 2%.

Nos últimos anos uma parte significativa da APD portuguesa tem sido canalizada através de “ajuda a programas e produtos” e de operações da dívida. Isto é um reflexo de, na sua ajuda bilateral a Moçambique, Portugal recorrer cada vez mais a canais multilaterais, bem como ao apoio orçamental e a linhas de crédito. Em 2009 e 2010 as linhas de crédito ascenderam a 30 M€ e 70 M€, respectivamente.

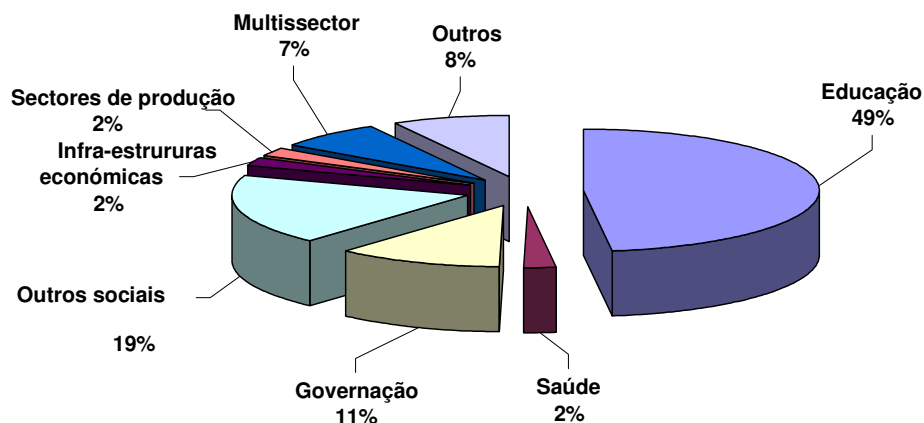


**Gráfico 5.4.2 APD a Moçambique, 2003-2010 (Milhares €)**



Fonte: IPAD

**Gráfico 5.4.3\* Moçambique: Ajuda bilateral por sectores, 2005-2010**



Fonte: IPAD

\* Excluindo ajuda a programas/ produtos e operações de dívida

### 5.4.5 Projectos emblemáticos

As intervenções aqui indicadas são exemplos da Cooperação Portuguesa em Moçambique no quadro do PIC 2007-2009/10. Duas delas são direccionados para a Governação, uma é na área da Educação, e as outras correspondem a apoio ao

desenvolvimento sociocomunitário. Também deve ser mencionado, como uma prática emblemática, que foi delegada no IPAD, pela CE, a responsabilidade pela gestão do projecto de **Apoio ao Sector de Segurança**, que abrange o período 2010-2013, com um orçamento total de cerca de 9 M€ (7 M€ financiados pela CE, 1,8 pelo IPAD e 280 mil € pelo GdM).

### ***i) Governação - apoio ao desenvolvimento de capacidades do Estado***

Três projectos de cooperação podem ser citados como exemplos:

- **Cooperação Técnico-Policial:** O objectivo principal do projecto é o desenvolvimento de capacidades na Polícia da República de Moçambique (PRM), conforme estabelecido no seu Plano Estratégico para 2003-2012. Destina-se não só à Polícia, mas também à Direcção Nacional de Migrações (DNM) e Serviço Nacional de Bombeiros (SNB). A assistência técnica a esses serviços tem sido prestada desde 1999 pelo Ministério Português da Administração Interna (MAI). Em 2005, o IPAD juntou-se ao projecto co-financiando cerca de metade do orçamento respectivo que, para o período 2007-2009 (2º ciclo de capacitação), foi fixado em 1,413 M€. O projecto é direccionado para dois grupos alvo: futuros formadores moçambicanos nos serviços da Polícia, de Migrações e dos Bombeiros, a serem treinados em Portugal; pessoal a ser treinado em Moçambique. Além da formação, o projecto inclui ainda o apoio logístico à PRM e ao SNB.
- **Cooperação Técnico-Militar:** um novo Programa-quadro, abrangendo 2010-2013, entrou em vigor em 2010. O orçamento para esse ano foi de 1,5 M€. O programa inclui as seguintes áreas de intervenção: capacitação quanto à organização jurídica e administrativa das Forças Armadas, formação militar (incluindo organização de, e equipamentos para, Escolas Militares e Centros de Instrução), formação de Oficiais em Portugal, apoio logístico (uniformes, equipamentos) e cuidados de saúde, incluindo cuidados de saúde em Portugal quando necessário.
- **Apoio às Finanças Públicas – PICATFin:** O Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica às Finanças Públicas (PICATFin) em Moçambique surgiu numa fase tardia da execução do PIC 2007-2009/10 e abrange o período 2009-2012. O programa tem um orçamento total de 1,5 M€, consistindo principalmente em assistência técnica. Está a ser implementado através do Ministério das Finanças de Portugal. O objectivo principal é o desenvolvimento de capacidades em vários departamentos do Ministério moçambicano das Finanças, incluindo Tesouraria e Dívida pública, Alfândegas, Impostos e Inspeção de Finanças.

## ***ii) Apoio à Educação***

**Apoio à Formação Profissional:** O objectivo foi apoiar e acompanhar a implementação do Sistema de Formação Profissional aprovado pelo Governo de Moçambique em 2003 e lançar a criação de um Centro de Formação Profissional para professores. O projecto, direccionado para as regiões de Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Tete, Nampula, Niassa, Sofala, Zambézia e Cabo Delgado, respondeu a um pedido do Ministério moçambicano da Educação e foi implementada em 2010 pela Fundação Portugal-África (FPA). Envolveu um orçamento de 1,172 M€, co-financiado pelo Ministério da Educação português (629 mil €), o IPAD (245 mil €), o Ministério da Educação moçambicano (165 mil €), a FPA (70,7 mil €) e a Fundação Portugal Telecom (62,5 mil €).

## ***iii) Apoio ao desenvolvimento sociocomunitário***

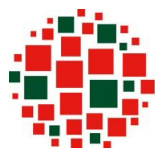
Quatro projectos merecem uma referência. Todos eles são geridos pelo Ministério Português do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), em resposta a solicitações do Governo de Moçambique:

- **Projecto Integrado de Desenvolvimento Comunitário** (Maputo e regiões do Zambeze). O projecto envolveu um montante de 1,3 M€ para o período 2007-2010. A sua execução foi da responsabilidade da Congregação das Irmãs Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC). As principais actividades incluem a melhoria das condições de vida (água, infra-estrutura de estradas, transporte, padaria) e das condições e infra-estruturas de ensino (salas de aula, internatos). Na região do Zambeze, englobou também a melhoria do acesso aos cuidados básicos de saúde.
- **Apoio ao Centro de Dia Mães de Mavalene** (região de Maputo). O projecto começou em 2002 e envolveu 1,6 M€ para o período 2007-2009. Foi implementado pelo Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA). As principais actividades incluem educação pré-escolar, ensino básico, secundário e superior, formação profissional e apoio a idosos (assistência médica, actividades de lazer).
- **Apoio à Casa do Gaiato** (Maputo): O projecto teve início em 2003 e envolveu 781 mil € para o período 2007-2009. A execução foi da responsabilidade da Casa do Gaiato. O projecto inclui uma creche, um internato, educação, actividades de lazer e cuidados de saúde, em especial para pacientes com VIH/SIDA.
- **Apoio à Creche de Matola:** O projecto teve início em 1999 e envolveu uma verba de cerca de 400.000 € para o período 2007-2010. A execução foi da responsabilidade da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de



**IPAD**  
Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento

Jesus. Abrange uma área com 672 508 habitantes e é direccionado para crianças deficientes e jovens (6-25 anos). As principais actividades incluem uma escola, alimentação e vestuário, saúde e educação.



**Quadro 5.4.2 – Distribuição sectorial da ajuda a Moçambique – 2004-2010 (Milhares € e %)**

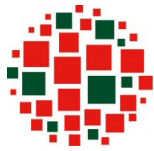
<b>Sectores</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2007</b>	<b>%</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>2010*</b>	<b>%</b>
<i>I Infra-estruturas e serviços sociais</i>	<b>10 564</b>	<b>75,8</b>	<b>11 382</b>	<b>77,9</b>	<b>13 315</b>	<b>82,8</b>	<b>12 047</b>	<b>82,1</b>	<b>13 440</b>	<b>82,9</b>	<b>14 284</b>	<b>82,4</b>	<b>11 965</b>	<b>83,2</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Educação</b>	4 311	30,9	6 166	42,2	7 271	45,2	7 095	48,4	7927	48,9	8 686	50,1	7 820	54,4
<b>Saúde</b>	564	4,0	614	4,2	591	3,7	142	1,0	98	0,6	239	1,4	141	1,0
<b>Governança e sociedade civil</b>	002	7,2	1 038	7,1	1 846	11,5	1 893	12,9	2 042	12,6	2 747	15,8	1 074	7,5
<b>Outras infra-estruturas e serviços sociais</b>	4 334	31,1	3 408	23,3	3 245	20,2	2 442	16,6	3 273	20,2	2 446	14,1	2 757	19,2
<i>II Infra-estruturas económicas</i>	<b>634</b>	<b>4,6</b>	<b>208</b>	<b>1,4</b>	<b>389</b>	<b>2,4</b>	<b>768</b>	<b>5,2</b>	<b>164</b>	<b>1,0</b>	<b>185</b>	<b>1,1</b>	<b>151</b>	<b>1,1</b>
<b><u>Das quais:</u></b>														
<b>Comunicações</b>	400	2,9	124	0,8	288	1,8	729	5,0	50	0,3	88	0,5	48	0,3
<i>III Sectores de produção</i>	<b>306</b>	<b>2,2</b>	<b>274</b>	<b>1,9</b>	<b>136</b>	<b>0,8</b>	<b>114</b>	<b>0,8</b>	<b>374</b>	<b>2,3</b>	<b>1 096</b>	<b>6,3</b>	<b>296</b>	<b>2,1</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Agricultura</b>	182	1,3	66	0,5	7	0,0	86	0,6	322	2,0	1 096	6,3	265	1,8
<b>Indústria e minas</b>	70	0,5	185	1,3	98	0,6	27	0,2	44	0,3	-	-	17	0,1
<i>IV Multisector/transversal</i>	<b>1296</b>	<b>9,3</b>	<b>913</b>	<b>6,2</b>	<b>1 084</b>	<b>6,7</b>	<b>1 029</b>	<b>7,0</b>	<b>1 075</b>	<b>6,6</b>	<b>1 228</b>	<b>7,1</b>	<b>1 239</b>	<b>8,6</b>
<i>VII-X Outros**</i>	<b>1 128</b>	<b>8,1</b>	<b>1 843</b>	<b>12,6</b>	<b>1 155</b>	<b>7,2</b>	<b>715</b>	<b>4,9</b>	<b>1 168</b>	<b>7,2</b>	<b>547</b>	<b>3,2</b>	<b>723</b>	<b>5,0</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Ajuda Humanitária</b>	258	1,9	300	2,1	-	-	28	0,2	326	2,0	-	-	-	-
<b>Custos administrativos</b>	177	1,3	168	1,1	73	0,5	169	1,2	306	1,9	374	2,2	503	3,5
<b>Total**</b>	<b>13 928</b>	<b>100</b>	<b>14 620</b>	<b>100</b>	<b>16 079</b>	<b>100</b>	<b>14 673</b>	<b>100</b>	<b>16 221</b>	<b>100</b>	<b>17 340</b>	<b>100</b>	<b>14 373</b>	<b>100</b>
<i>V Ajuda a programas e produtos</i>	<b>1 254</b>		<b>1 177</b>		<b>1 189</b>		<b>1 126</b>		<b>1 190</b>		<b>31 491</b>		<b>70848</b>	
<i>VI Operações da dívida</i>	<b>4 334</b>		<b>2 353</b>		-		-		-		-		-	
<b>Total geral</b>	<b>19 516</b>		<b>18 150</b>		<b>17 268</b>		<b>15 799</b>		<b>17 410</b>		<b>48 831</b>		<b>85221</b>	

Fonte: IPAD.

\* Dados provisórios

\*\*Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida.





## **5.5 São Tomé e Príncipe**

### **5.5.1 Principais indicadores e políticas nacionais**

S. Tomé e Príncipe ocupa uma área de 1 001 km<sup>2</sup>, distribuídos por duas ilhas principais distanciadas de 140 km e localizadas a cerca de 250 km e 225 km, respectivamente, a noroeste da costa do Gabão. A população é estimada em cerca de 163 000 habitantes. O português é a língua oficial, co-existindo com dialectos locais. A ilha de S. Tomé é composta por seis distritos administrativos, enquanto a ilha do Príncipe é uma Região Autónoma. O país ocupa a posição 127, num total de 169 países, no Índice de Desenvolvimento Humano (2010).

Na sequência de um acordo com a Nigéria e do estabelecimento de uma "Zona de Desenvolvimento Conjunto" para exploração de petróleo em águas reivindicadas pelos dois países, S. Tomé está em posição de ter receitas significativas, tanto do processo de licitação como de exploração do petróleo, caso venham a confirmar-se as expectativas quanto aos recursos existentes.

#### **Políticas nacionais de desenvolvimento**

O principal objectivo da política de desenvolvimento do Governo é o combate à pobreza. Objectivos mais detalhados, tais como definidos na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), adoptada em 2002 e revista em 2004, foram:

- Reduzir a 50%, em 2010 e a menos de 1/3 até 2015, a percentagem da população a viver em situação de pobreza (53,8%);
- Atingir, em 2015, o acesso universal aos serviços sociais básicos e melhorar a qualidade de vida da população;
- Reduzir as diferenças sociais e de género entre distritos e entre estes e a Região Autónoma do Príncipe.

A estratégia para atingir estes objectivos foi construída em torno dos seguintes eixos:

- Reforma das instituições públicas, desenvolvimento de capacidades e melhoria da governação;
- Aceleração do crescimento económico e melhor distribuição dos rendimentos;
- Maiores oportunidades de rendimentos para os pobres;
- Desenvolvimento de recursos humanos e melhoria do acesso aos serviços sociais básicos;
- Mecanismos de monitorização e avaliação.
























Para o período 2006-2008, o Governo concordou com as Instituições de *Breton Woods* num "Programa de Acções Prioritárias" (PAP), que incluía:

- Reforma do sector das Finanças Públicas, bem como do quadro legal para o investimento estrangeiro;
- Um extenso programa de obras públicas (estradas, portos, aeroportos, energia, água);
- Desenvolvimento das capacidades humanas (melhoria da educação e formação profissional, luta contra a VHI/SIDA e a malária, reforço do Hospital Central de S. Tomé e melhoria dos cuidados dos Centros Distritais de Saúde).

A situação do país em relação aos ODM é ilustrada pelo Quadro 5.5.1. Em S. Tomé e Príncipe três ODM são considerados viáveis – o ODM 2 (ensino primário), o ODM 4 (mortalidade infantil) e o ODM 6 (combater a VHI/SIDA). Os ODM 5 (saúde materna) e 8 (parceria global) são possíveis de alcançar se forem tomadas medidas adequadas e os ODM 1 (redução da pobreza) e 7 (ambiente) não são considerados atingíveis.

**Quadro 5.5.1 – S. Tomé e Príncipe – Progresso relativo aos ODM (2008)**

ODM1 Erradicação da pobreza extrema e fome	ODM2 Educação Primária universal	ODM3 Igualdade de géneros	ODM4 Redução da mortalidade infantil	ODM5 Melhoria da saúde materna	ODM6 Combate VHI/SIDA, malária e outras doenças	ODM 7 Assegurar um ambiente sustentável	ODM8 Parceria global para o desenvolvimento
							
							

 Atingido   
  Atingível   
  Possível de atingir se forem adoptadas medidas adequadas  
 Não atingível   
  Informação não disponível

Fonte: MDG Monitoring – Tracking the MDGs, United Nations.

### 5.5.2 A ajuda internacional a S. Tomé e Príncipe

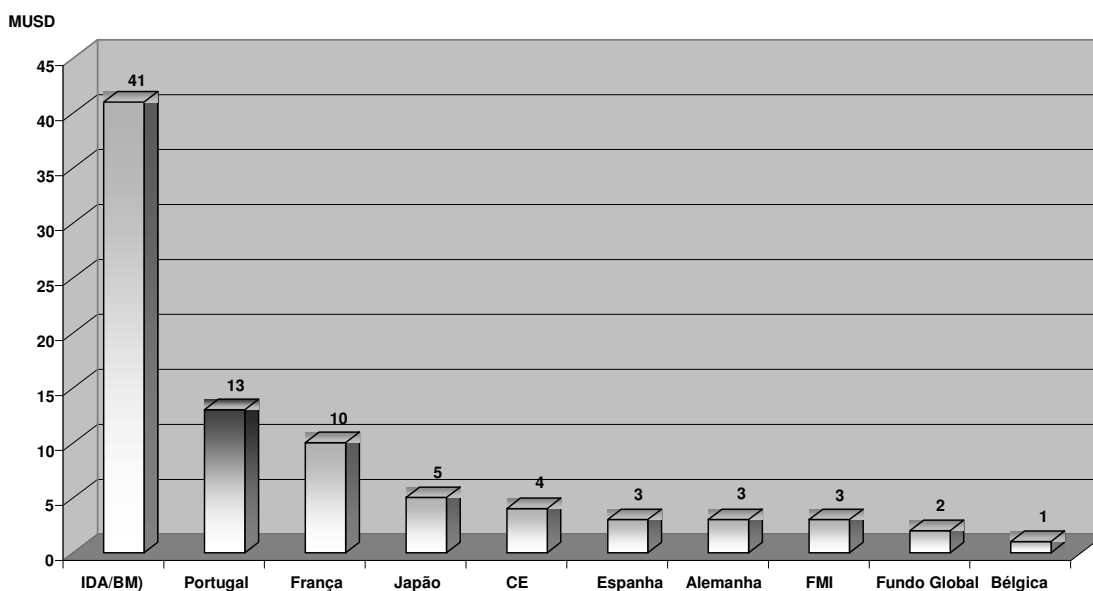
O Governo de S. Tomé tem tradicionalmente obtido ajuda externa de vários doadores. A nível bilateral, Portugal é o maior doador. Um acordo bilateral de Cooperação Económica, foi assinado em Janeiro de 2010 com o objectivo de reforçar a estabilidade financeira e criar condições para o investimento estrangeiro. Para este efeito, foi estabelecida uma facilidade de crédito de 25 M€, tal como uma linha de crédito de 50 M€.

O segundo maior doador bilateral é Taiwan (cooperação nas áreas da saúde, infra-estruturas, água, formação profissional e agricultura). Outros doadores, para além dos

membros da OCDE/CAD e dos doadores multilaterais indicados no Quadro 5.5.1, incluem a África do Sul, Angola, Brasil, EUA e Nigéria.

Os maiores contribuintes multilaterais são o Banco Mundial e a CE, esta última com apoio à infra-estrutura de transportes. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o PNUD também figuram entre os doadores multilaterais. Em 2000, em associação com o Banco Central de S. Tomé, o FMI aprovou para o país uma Facilidade destinada à Redução da Pobreza e Crescimento. No final desse ano, S. Tomé tornou-se elegível para uma redução significativa da dívida no âmbito da iniciativa HIPC.

**Gráfico 5.5.1 São Tomé e Príncipe – Principais doadores (2007-2008)**



Fonte: IPAD

### 5.5.3 O Programa Indicativo de Cooperação – PIC 2008-2011

O Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2008-2011 teve em conta as prioridades definidas pelas autoridades de S. Tomé na ENRP e as de Portugal, tal como definidas na Visão Estratégica 2005. Com vista a aumentar a eficácia da ajuda, e com base nas conclusões de uma avaliação do programa de cooperação anterior, o PIC 2008-2011 procurou concentrar a ajuda em sectores-chave. O objectivo foi melhorar os resultados através de uma maior coordenação e complementaridade. Isto implicou canalizar a ajuda através de mecanismos bilaterais, multilaterais e, quando possível, bi-multilaterais. O PIC 2008-2011 tinha um envelope financeiro indicativo de 45 M€. As prioridades da cooperação foram definidas como:

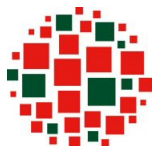


**Eixo 1 – Boa Governação, Participação e Democracia (18%):** O apoio é prestado principalmente por meio de cooperação técnica e parcerias entre instituições similares em ambos os países. As principais áreas de intervenção são:

- **Reforço das capacidades do Estado**, em especial nos sectores de:
  - Justiça: o apoio à reforma do quadro legal (Código Penal, Código do Processo Penal, Direito Prisional, legislação do Magistério Público), formação de juízes e de outros oficiais de Justiça no Centro de Estudos Judiciários, assistência técnica ao Ministério da Justiça, Tribunais, Ministério Público e outros serviços.
  - Finanças Públicas: apoio ao Ministério das Finanças através do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica (PICATFin).
- **Cooperação Técnico-Militar**, através de programas-quadro, cobrindo as seguintes acções:
  - Capacitação das estruturas superiores da Defesa e das Forças Armadas.
  - Apoio à Engenharia Militar para a construção de infra-estrutura militar.
  - Apoio à Guarda Costeira e criação de uma Autoridade Marítima.
  - Assistência médica e hospitalar em Portugal a quadros permanentes das Forças Armadas, sempre que tal não esteja localmente disponível.
- **Cooperação Técnico-policial**, tendo em vista:
  - O desenvolvimento das capacidades da Polícia nas áreas de prevenção e combate à criminalidade.
  - Proporcionar capacidades específicas técnico-operacionais à Polícia S. Tomé.
  - Desenvolver capacidades de planeamento e monitorização.
  - Formação para segurança e respeito das leis, nomeadamente nas fronteiras marítimas.
  - Formação em Protecção Civil.
  - Assistência técnica especializada.

**Eixo 2 – Desenvolvimento sustentável e redução da pobreza (82%):** O apoio é prestado através de diversas modalidades, incluindo assistência técnica, parcerias entre instituições congéneres, parcerias público-privadas e apoio à sociedade civil. As principais intervenções são:

- **Educação**, que é um sector prioritário para S. Tomé. A cooperação com Portugal é essencialmente dirigida a:



- Ensino secundário, incluindo a formação de professores (em complementaridade com as intervenções do Banco Mundial e da Fundação Gulbenkian no Projecto de Auxílio a Sectores Sociais - PASS – este focado no ensino primário).
- Formação Profissional de nível secundário dirigida à juventude.
- Ensino superior, em especial estudos de pós-graduação através de bolsas de estudo, tanto em S. Tomé como em Portugal (estudos diplomáticos e militares).
- **Saúde**, estendendo o projecto **Saúde para Todos** de 2005-2006 a todo o território e à medicina especializada.
- **Desenvolvimento sociocomunitário**, incluindo:
  - O desenvolvimento de uma rede de protecção social com foco especial na formação profissional (através de uma parceria entre os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social de ambos os países e a Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé).
  - O apoio à reabilitação e fisioterapia na ilha do Príncipe.
- **Ambiente e ordenamento do território**, incluindo assistência técnica ao Ministério de Recursos Naturais e Ambiente, apoio ao sector da água e saneamento, apoio à cartografia, ao sistema de registo de propriedade (Cadastro) e à elaboração da Carta Geológica do Príncipe.

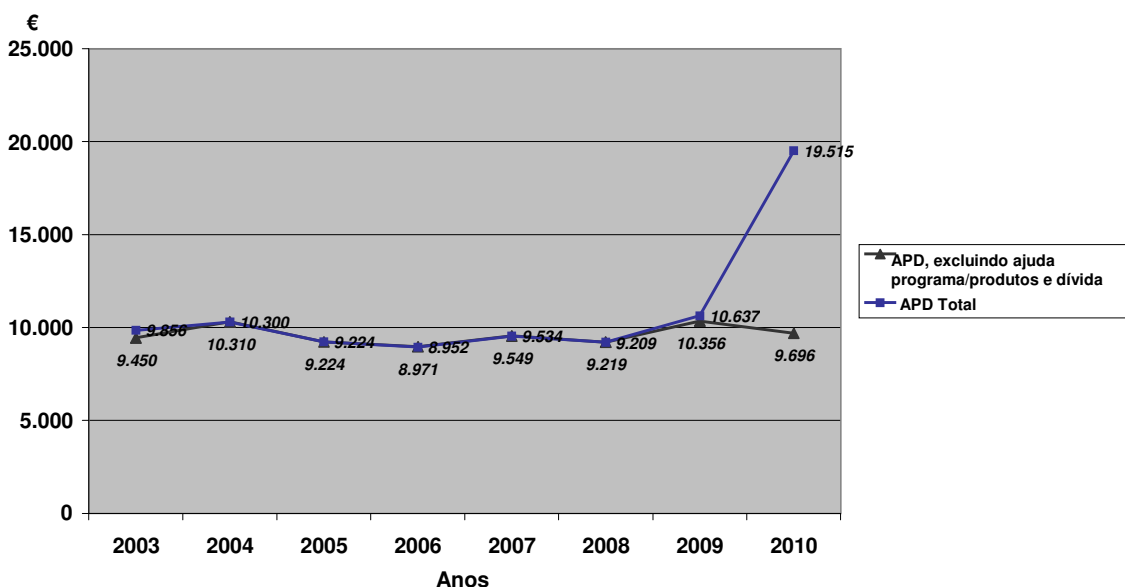
#### **5.5.4 APD a S. Tomé e Príncipe**

Portugal tem sido o principal parceiro bilateral de S. Tomé e Príncipe, tendo ainda participado em programas lançados pela CE, pelas várias agências da ONU, a CPLP, bem como em projectos trilaterais em parceria com outros doadores bilaterais (por exemplo com os EUA numa projecto contra a malária e na cooperação técnico-militar).

Nos últimos anos, a APD bilateral portuguesa a S. Tomé e Príncipe tem-se situado em 9-10 M€ por ano, excepto em 2010 quando alcançou cerca de 20 M€ devido a uma linha de crédito (Gráfico 5.5.2).



**Gráfico 5.5.2 APD a S. Tomé e Príncipe, 2003-2010 (M€)**



Fonte: IPAD

O Gráfico 5.5.3 e o Quadro 5.5.2 mostram a distribuição sectorial da APD a S. Tomé, excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida.

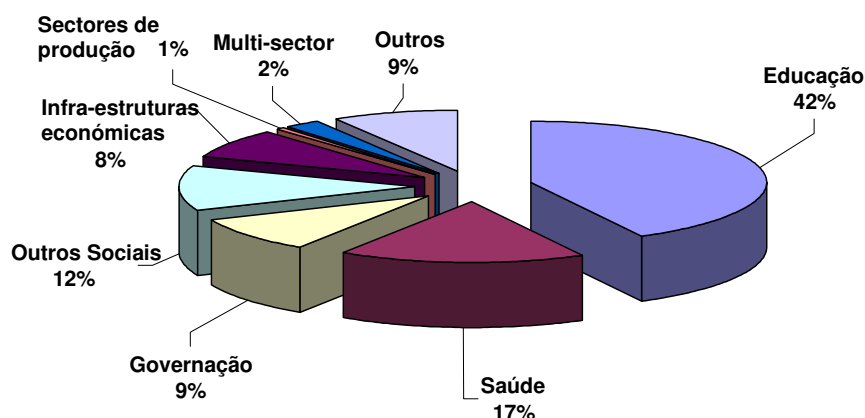
Estes dados revelam uma mudança na concentração sectorial da APD a partir de 2008: o sector de **Infra-estruturas e serviços sociais**, que até 2007 representava cerca de três quartos da APD bilateral, passou a representar cerca de 90% em 2008-2010. O aumento desta percentagem ocorreu principalmente à custa de uma quebra na percentagem relativa a intervenções multi-sectoriais. Para o período 2005-2010, a Educação absorveu 42% da APD, a Saúde 17%, o subsector Outras infra-estruturas e serviços sociais cerca de 12% e a Governação 9%.

No mesmo período, os aumentos mais significativos ocorreram na **Educação** e na **Governação**, reflectindo a prioridade dada a esses sectores no PIC 2008-2011. A parte da APD dirigida para a Educação passou de menos de 30% em 2005 para 47% em 2010. O projecto "ESCOLA +, Educação para todos", que representa uma dotação de 4 M€ para 4 anos, pode explicar parte deste aumento. A proporção da APD dirigida à Governação subiu de menos de 7% em 2005 para 16% em 2008 e, em seguida, diminuiu para cerca de 11% em 2010. Este aumento e subsequente declínio pode reflectir o apoio às Finanças Públicas, que começou em 2008 com 774 000 € e continuou em 2009 e 2010 com menores valores anuais. A ajuda ao sector da Saúde diminuiu até 2009, mas subiu em 2010. O declínio foi devido ao fim do projecto de apoio ao Hospital Central, bem



como ao facto de, com a extensão do projecto "Saúde para Todos" à medicina especializada, ter diminuído o número de pacientes evacuados.

**Gráfico 5.5.3\* S. Tomé e Príncipe: Ajuda bilateral por sectores, 2005-2010**



Fonte: IPAD

\* Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida

### 5.5.5 Projectos emblemáticos

As principais áreas de intervenção são os sectores sociais (Saúde e Educação) e da Governança.

#### ***i) Apoio ao desenvolvimento sustentável e redução da pobreza***

- **Saúde para Todos - alargamento geográfico:** O projecto, que foi inicialmente previsto para 2005-2007, foi prorrogado para 2008-2011 e estendida ao Distrito de Caué e à Região Autónoma do Príncipe, cobrindo assim 100% da população. Envolve o IPAD, o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e o Ministério da Saúde de S. Tomé (MSSTP). O objectivo é alcançar uma cobertura universal e a sustentabilidade dos cuidados de saúde preventivos e básicos. Além da prestação de serviços, o projecto inclui também o desenvolvimento de capacidades, infra-estruturas, água e saneamento, bem como "educação para a saúde". O orçamento total para o período 2008-2011 foi fixado em 7,866 M€, com o Ministério da Saúde de S. Tomé a cobrir 46,6%, o IPAD 40,7%, o IMVF 7,3% e a FCG 5,3%. O projecto foi implementado pelo IMVF.



- **Saúde para Todos – medicina especializada:** O projecto cobre 2009-2011 e centra-se na medicina especializada, ou seja cuidados de saúde secundários e terciários. O objectivo é proporcionar atendimento especializado e desenvolver capacidades locais para esse tipo de medicina, incluindo a formação a nível local e formação de curta duração em Portugal. O projecto também inclui a instalação de equipamentos de radiologia no Hospital Central e a criação de um sistema de tele-medicina – atendimento à distância - para determinadas especialidades médicas (este último serviço foi co-financiado pelo Alto Comissariado para a Saúde e o IMVF). IPAD co-financiou num montante total de 898,600 €.
- **ESCOLA + – Educação para Todos:** O projecto – uma parceria entre o IPAD, o IMVF e o Ministério da Educação de S. Tomé – visa melhorar a qualidade do ensino secundário. Teve início em 2009 para durar quatro anos, com um orçamento de cerca de 4,7 M€, financiado pelo Fundo da Língua Portuguesa. Os principais beneficiários são os professores, gestores escolares, inspectores escolares e alunos, bem como o pessoal responsável pelo sector da Educação a nível nacional. O projecto envolve principalmente o desenvolvimento de capacidades com vista à sustentabilidade do sistema de Educação. Inclui a adaptação e diversificação dos currículos escolares, o fornecimento de livros didácticos e a criação de um centro de formação.
- **Apoio ao desenvolvimento sociocomunitário:** Estas intervenções ao nível das comunidades locais são da responsabilidade do Ministério Português do Trabalho e da Solidariedade Social (MSTT). Incluem:
  - O desenvolvimento de uma Rede de Apoio Social que visa proteger os idosos e as crianças, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé.
  - Um Projecto Integrado de Emprego e Formação Profissional para desempregados e pessoas que procuram um primeiro emprego em Budo Budo.

## ***ii) Governação – apoio à capacitação Estado***

As principais áreas de intervenção incluem Finanças Públicas e o Sector da Segurança.

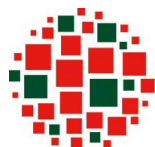
- **Finanças Públicas (PICATFin):** Este programa abrange os anos 2008-2011, envolve 1,6 M€ e é implementado pelo Ministério das Finanças Português. As acções desenvolvidas respondem às prioridades definidas pelo Governo de S. Tomé. O Programa consiste principalmente em assistência técnica e formação, incluindo seminários, visitas de estudo e troca de informações. Cobre 14 áreas, em





especial Alfândegas, Supervisão das finanças, Impostos, Material e apoio ao pessoal do Ministério das Finanças de S. Tomé. Uma avaliação intercalar realizada em Novembro de 2009 concluiu que 50% das intervenções previstas já haviam sido implementadas. O Programa foi coordenado com outros doadores multilaterais e bilaterais actuando no sector financeiro, tais como o Banco Mundial e a Millennium Challenge Corporation (MCC).

- **Cooperação Técnico-Militar**, no âmbito do Programa-Quadro para 2007-2010. O programa incluía os seguintes projectos: 1) Apoio à organização das estruturas superiores da Defesa e das Forças Armadas, principalmente através da assistência técnica e formação militar em Portugal. 2) Criação e formação de unidades operacionais conjuntas para ajuda humanitária, gestão de crises e manutenção da paz. 3) Apoio à Engenharia Militar para a construção de infra-estruturas militares. 4) Apoio à Guarda Costeira (formação de pessoal e manutenção de faróis) e à criação de uma Autoridade Marítima. 5) Assistência médica e hospitalar em Portugal para o pessoal permanente das Forças Armadas, sempre que tal não exista ao nível local.
- **Cooperação Técnico-Policia** que, para o período 2007-2010, totalizou 2,062 M€ (75% financiados pelo Ministério da Administração Interna, 25% pelo IPAD). Incluiu a formação e cooperação técnica para o desenvolvimento de capacidades destinadas à: 1) Capacitação da Polícia na prevenção e no combate à criminalidade, designadamente através da formação em Portugal. 2) Assistência específica técnico-operacional para a Polícia e os Bombeiros de S. Tomé. 3) Apoio à Reforma do Sector de Segurança. 4) Formação em Protecção Civil.



**Quadro 5.5.2 – Distribuição sectorial da ajuda a S. Tomé e Príncipe – 2004-2010 (Milhares € e %)**

<b>Sectores</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2007</b>	<b>%</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>2010*</b>	<b>%</b>
<i>I Infra-estruturas e serviços sociais</i>	<b>7 884</b>	<b>76,5</b>	<b>6 685</b>	<b>72,5</b>	<b>6 521</b>	<b>72,7</b>	<b>7 229</b>	<b>75,7</b>	<b>8 413</b>	<b>91,3</b>	<b>9 548</b>	<b>92,2</b>	<b>8 721</b>	<b>89,9</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Educação</b>	2 543	24,7	2 625	28,5	3 479	38,8	3 653	38,3	4 343	47,1	5 374	51,9	4 557	47,0
<b>Saúde</b>	2 884	28,0	2 021	21,9	1 794	20,0	1 512	15,8	1 143	12,4	1 419	13,7	1 873	19,3
<b>Governança e sociedade civil</b>	752	7,3	617	6,7	681	7,6	-	-	1 504	16,3	1377	13,3	1 086	11,2
<b>Outras infra-estruturas e serviços sociais</b>	1 705	16,5	1 423	15,4	567	6,3	1 214	12,7	1 370	14,9	1 347	13,0	882	9,1
<i>II Infra-estruturas Económicas</i>	<b>1 282</b>	<b>12,4</b>	<b>1 177</b>	<b>12,8</b>	<b>1 384</b>	<b>15,4</b>	<b>1 220</b>	<b>12,8</b>	<b>243</b>	<b>2,6</b>	<b>159</b>	<b>1,5</b>	<b>253</b>	<b>2,6</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Transporte</b>	785	7,6	797	8,6	1 082	12,1	950	9,9	112	1,2	52	0,5	36	-
<i>III Sectores de produção</i>	<b>103</b>	<b>1,0</b>	<b>118</b>	<b>1,3</b>	<b>124</b>	<b>1,3</b>	<b>97</b>	<b>1,0</b>	<b>38</b>	<b>0,4</b>	<b>6</b>	<b>0,0</b>	<b>72</b>	<b>0,7</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Agricultura</b>	54	0,5	46	0,5	25	0,3	6	0,0	6	0,0	6	0,0	67	0,7
<b>Turismo</b>	11	0,1	44	0,4	70	0,8	57	0,6	32	0,3	-	-	5	-
<i>IV Multisector/transversal</i>	<b>579</b>	<b>5,6</b>	<b>346</b>	<b>3,8</b>	<b>427</b>	<b>4,8</b>	<b>196</b>	<b>2,1</b>	<b>129</b>	<b>1,4</b>	<b>119</b>	<b>1,1</b>	<b>159</b>	<b>1,6</b>
<i>VII-X Outros**</i>	<b>462</b>	<b>4,5</b>	<b>898</b>	<b>9,7</b>	<b>515</b>	<b>5,7</b>	<b>807</b>	<b>8,5</b>	<b>396</b>	<b>4,3</b>	<b>524</b>	<b>5,1</b>	<b>491</b>	<b>5,1</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Custos administrativos</b>	114	1,1	110	1,2	79	0,9	82	0,9	311	3,4	370	3,6	341	3,5
<b>Total**</b>	<b>10 310</b>	<b>100</b>	<b>9 224</b>	<b>100</b>	<b>8 971</b>	<b>100</b>	<b>9 549</b>	<b>100</b>	<b>9 219</b>	<b>100</b>	<b>10 356</b>	<b>100</b>	<b>9 696</b>	<b>100</b>
<i>V Ajuda a programas e produtos</i>	<b>-10</b>		<b>-</b>		<b>-19</b>		<b>-15</b>		<b>-10</b>		<b>281</b>		<b>9 819</b>	
<i>VI Operações da dívida</i>	<b>-</b>		<b>-</b>		<b>-</b>		<b>-</b>		<b>-</b>		<b>-</b>		<b>-</b>	
<b>Total geral</b>	<b>10 300</b>		<b>9 224</b>		<b>8 952</b>		<b>9 534</b>		<b>9 209</b>		<b>10 637</b>		<b>19 515</b>	

Fonte: IPAD \* Dados provisórios \*\* Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida.



## 5.6 Timor-Leste

### 5.6.1 Principais indicadores e políticas nacionais

Timor-Leste ocupa uma área de 15 000 km<sup>2</sup>. O território é composto por 13 distritos administrativos na parte oriental da ilha de Timor, pelas ilhas adjacentes de Atauro e Jaco e pelo enclave Oecussi em Timor Ocidental. A população é de 1 080 742 (2008). O português e o tétum são as línguas oficiais; o Bahasa Indonésia (língua obrigatória sob a ocupação indonésia) e o Inglês também são utilizados. Os principais produtos agrícolas são: café, arroz, milho, mandioca, batata-doce, soja, manga, banana e baunilha. Em 2009, a produção petrolífera atingiu 96 270 barris/dia (estimativa). Actualmente, o sector do petróleo tem um papel fundamental na economia de Timor, representando cerca de 80-90% do PIB e mais de 90% das receitas do Governo. De acordo com a legislação aprovada em 2005, as receitas provenientes da exploração petrolífera transitam para o Fundo Petrolífero, para efeitos de capitalização, podendo as mesmas ser utilizadas em casos devidamente justificados, de acordo com procedimentos específicos. O país ocupa o lugar 120 em 169 países no Índice de Desenvolvimento Humano (2010).

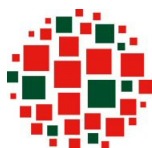
#### As políticas nacionais de desenvolvimento

Dois objectivos principais foram definidos no contexto das estratégias de desenvolvimento de Timor:

- Reduzir a pobreza em todos os sectores e regiões do país;
- Incentivar um crescimento económico equilibrado e sustentável, com vista a melhorar a saúde, educação e bem-estar do país.

Para alcançar estes dois objectivos, o Governo timorense definiu uma estratégia de desenvolvimento nacional que está contida nos seguintes documentos de política: o Plano de Desenvolvimento Nacional (**PDN**), o Programa de Estabilidade (**PE**), e Programas de Investimento Sectorial (**PIS**).

O **PDN** incorpora uma Visão do Desenvolvimento até 2020 para responder às necessidades identificadas, em especial a luta contra a pobreza. É implementado através de planos de acção quinquenais. O PDN começou a ser formulado antes da independência e abrange diversas áreas, tais como redução da pobreza, desenvolvimento rural e regional, recursos humanos, agricultura e infra-estruturas. Um grande número de timorenses esteve envolvido neste processo, assumindo o PDN um carácter verdadeiramente nacional. Em Março de 2006 o Governo lançou um novo ciclo





de acção através do documento de política “*Combate à Pobreza como Causa Nacional*”. Neste documento, o Governo traçou uma estratégia para reduzir a pobreza em quatro frentes: (i) Promoção de oportunidades para os pobres; (ii) Melhoria do acesso dos pobres aos serviços sociais básicos; (iii) Aumento da segurança, incluindo pela redução da vulnerabilidade às catástrofes naturais e melhoria da segurança alimentar, (iv) Autonomização dos pobres e grupos vulneráveis.






O **PE** foi definido com os objectivos globais de restaurar e manter a segurança em todas as partes do país, envolvendo comunidades e autoridades locais nesse processo.

Após a elaboração do PDN, o Governo timorense reconheceu a necessidade de criar um mecanismo através do qual metas e aspirações de longo prazo pudessem ser traduzidas em acção. Assim, desde 2003, Programas de Investimento Sectorial (**PIS**) foram elaborados para cada um dos sectores mais importantes. Os PIS contêm planos detalhados de despesa para cada sector e os fundos disponíveis<sup>79</sup>, que servem de guia para os programas de auxílio financiados pelos parceiros de Timor-Leste. A fim de implementar e monitorizar os PIS, foram formados Grupos de Trabalho Sectoriais (GTS) conjuntos governo/doadores.

A sociedade civil desempenha um papel fundamental na luta contra a pobreza. A sua contribuição foi reconhecida pelo Governo timorense em várias ocasiões, em particular o trabalho das ONGD e da Igreja Católica em áreas como agricultura, educação, saúde, economia, água, saneamento e comunicações.

**Quadro 5.6.1 – Timor-Leste – Progresso relativo aos ODM (2008)**

ODM1 Erradicação da pobreza extrema e fome	ODM2 Educação Primária universal	ODM3 Igualdade de géneros	ODM4 Redução da mortalidade infantil	ODM5 Melhoria da saúde materna	ODM6 Combate VHI/SIDA, malária e outras doenças	ODM 7 Assegurar um ambiente sustentável	ODM8 Parceria global para o desenvolvime nto
							
							

 Atingido     Atingível     Possível de atingir se forem adoptadas medidas adequadas  
 Não atingível     Informação não disponível

Fonte: MDG Monitoring – Tracking the MDGs, United Nations.

De acordo com dados dispersos (2008) sobre os ODM, em Timor-Leste o ODM 2 (ensino primário) e o ODM 3 (igualdade de género) são alcançáveis até 2015 (Quadro 5.6.1).

<sup>79</sup> Fundos do Orçamento do Estado e ajuda da comunidade internacional.

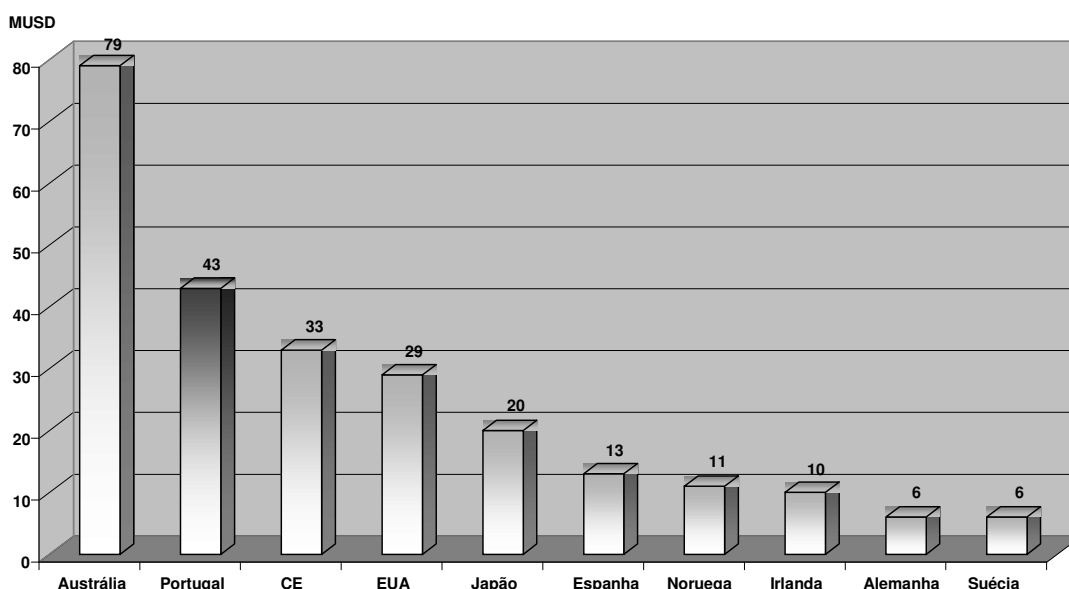
Três outros – o ODM 4 (mortalidade infantil), o ODM 5 (saúde materna) e o ODM 7 (ambiente) são possíveis de alcançar se forem tomadas medidas adequadas. Para os restantes três ODM, a informação não se encontra disponível.

### 5.6.2 A ajuda internacional a Timor-Leste

Desde a independência, em Maio de 2002, Timor-Leste tem desenvolvido intensa actividade diplomática com o objectivo de aderir a uma série de organizações internacionais. O país aderiu à ONU em 27 de Setembro de 2002. No período 1999-2002, a Administração Transitória das Nações Unidas para Timor-Leste (UNTAET<sup>80</sup>) teve um papel importante no reforço institucional. No período 2002-2004 essas funções foram assumidas pela Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste (UNMISSET<sup>81</sup>),

Os doadores multilaterais incluem ainda o Banco Asiático de Desenvolvimento (BASD) e o Banco Mundial, que disponibilizaram recursos através do Fundo Fiduciário para Timor-Leste (Trust Fund for East Timor), bem como a Comissão Europeia (CE). A CE, após a prestação de ajuda humanitária em 1999-2002, centrou a sua cooperação na saúde e desenvolvimento rural, no seguimento da adopção, em 2002, do primeiro Documento de Estratégia para Timor-Leste. Em 2003, Timor-Leste aderiu ao Acordo de Cotonou e tornou-se elegível para a ajuda financiada pelo FED.

**Gráfico 5.6.1 Timor-Leste – principais doadores (2007-2008)**



Fonte: OECD/DAC

<sup>80</sup> UNTAET - United Nations Transitional Administration for East-Timor

<sup>81</sup> UNMISSET – United Nations Mission of Support to East Timor



Os principais doadores bilaterais são a Austrália (que assumiu a liderança, depois de Portugal, nos últimos anos), Portugal, EUA e Japão (Gráfico 5.6.1). Durante algum tempo as relações com a Austrália foram marcadas por negociações sobre a partilha do petróleo e gás no Mar de Timor (Sea of Timor Treaty)<sup>82</sup>. As relações com a Indonésia - outro grande vizinho - têm sido marcadas por negociações sobre a fronteira do enclave de Oecussi, mas hoje estendem-se a outras dimensões relevantes.

Em termos regionais, Timor-Leste está a tentar aderir à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), desfrutando actualmente do estatuto de observador. Em Julho de 2005, o país juntou-se ao Fórum Regional da ASEAN (ARF), uma organização para as questões políticas e de segurança que, além de membros da ASEAN, inclui outros países (EUA, China, Índia e UE). Ao abrigo da Resolução n.º 1704 do Conselho de Segurança da ONU, um "Compacto" foi elaborado para ajudar a melhorar a coordenação entre o Governo timorense e os seus parceiros de cooperação bilaterais e multilaterais.

Em 20 de Maio de 2002, Timor-Leste aderiu à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tornando-se o seu oitavo membro. O facto de ter entrado para a CPLP no dia de sua independência atesta a importância que o novo Estado – que escolheu o Português, juntamente com o tétum, como língua oficial – atribui a esta comunidade.

### **5.6.3 O Programa Indicativo de Cooperação, PIC 2007-2010**

A cooperação entre Portugal e Timor-Leste começou em 1999 com base nos laços históricos entre os dois países e na necessidade de ajuda humanitária. As áreas de cooperação foram conjuntamente definidas. No período 1999-2010 Portugal contribuiu com 497,5 M€ com o objectivo de reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida, bem como aprofundar a identidade do povo timorense, nomeadamente através da língua.

Nos primeiros três anos (1999-2002), a Cooperação Portuguesa centrou-se na ajuda humanitária de emergência e no apoio ao Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste (CATT<sup>83</sup>). A partir de 2002, após a independência do país, a cooperação foi dirigida ao apoio à reconstrução do país e ao desenvolvimento.

---

<sup>82</sup> No Tratado do Mar de Timor os países acordaram inicialmente em respeitar a Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (JPDA - Joint Petroleum Development Area) estabelecida entre a Indonésia e a Austrália. Os termos do Tratado foram entretanto renegociados e atribuem 90% da receita pública gerada pela JPDA a Timor-Leste. No entanto, este acordo não abrange a área petrolífera do Greater Sunrise. Em Janeiro de 2006, após uma série de negociações, a Austrália e Timor-Leste assinaram um acordo para a partilha dos recursos naturais no Mar de Timor, com Timor-Leste a receber 50% da receita desses recursos.

<sup>83</sup> Decreto-Lei 189-A/99 de 4 de Junho.



Mais recentemente, a Cooperação Portuguesa com Timor-Leste tem sido enquadrado pelo Programa Indicativo de Cooperação (PIC) 2007-2010, que teve em conta as prioridades de Portugal, tal como definidas na Visão Estratégica 2005, as opções feitas pelas autoridades timorenses e as actividades de cooperação de outros doadores. O PIC tinha um envelope financeiro de 60 M€. No entanto, a APD de Portugal a Timor-Leste excedeu esse valor já que houve intervenções que não foram incluídas no PIC (e.g. a participação de Portugal na Força de Manutenção da Paz, dentro da UNMIT. As principais áreas de intervenção do PIC 2007-2010 são:

**Eixo 1: Boa Governação, Participação e Democracia**, incluindo:

- i) **Desenvolvimento de capacidades** em várias áreas da Governação através de consultorias e cooperação técnica com diferentes Ministérios.
- ii) **Apoio aos processos eleitorais**, com o objectivo de contribuir para a construção da democracia e para o reforço do órgão de administração eleitoral e Comissão Nacional de Eleições.
- iii) **Cooperação na área da Justiça**, visando a capacitação do Ministério da Justiça e do sistema legal. Neste contexto, Portugal interveio tanto a nível bilateral e como multilateral, nomeadamente através do Programa do PNUD "Fortalecimento do Sistema de Justiça em Timor-Leste".
- iv) **Cooperação Técnico-Militar** voltada para a reorganização e formação das Forças Armadas de Timor-Leste.

**Eixo 2: O desenvolvimento sustentável e redução da pobreza**, incluindo suporte para:

- i) **Reconstrução do sector da Educação e consolidação da língua Portuguesa**.
- ii) A **Escola Portuguesa em Díli**, destinada ao ensino pré-escolar, primário e secundário.
- iii) A **Universidade Nacional de Timor-Leste**, que visa proporcionar ensino superior de qualidade.
- iv) **Bolsas de estudo**, com vista à educação e formação de timorenses em Portugal e em Timor-Leste.
- v) O sector da **Comunicação**, para aumentar o acesso dos timorenses à televisão e rádio públicas, incluindo a instalação de seis novos emissores de televisão/rádio.
- vi) O **Desenvolvimento Rural**, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento da agricultura timorense, segurança alimentar e luta contra a pobreza.
- vii) **Formação Profissional e desenvolvimento sociocomunitário**, financiado e implementado pelo Ministério Português do Trabalho e da Solidariedade Social

(MTSS), através de projectos integrados, ou seja projectos incluindo várias dimensões e abrangendo diferentes grupos da população.

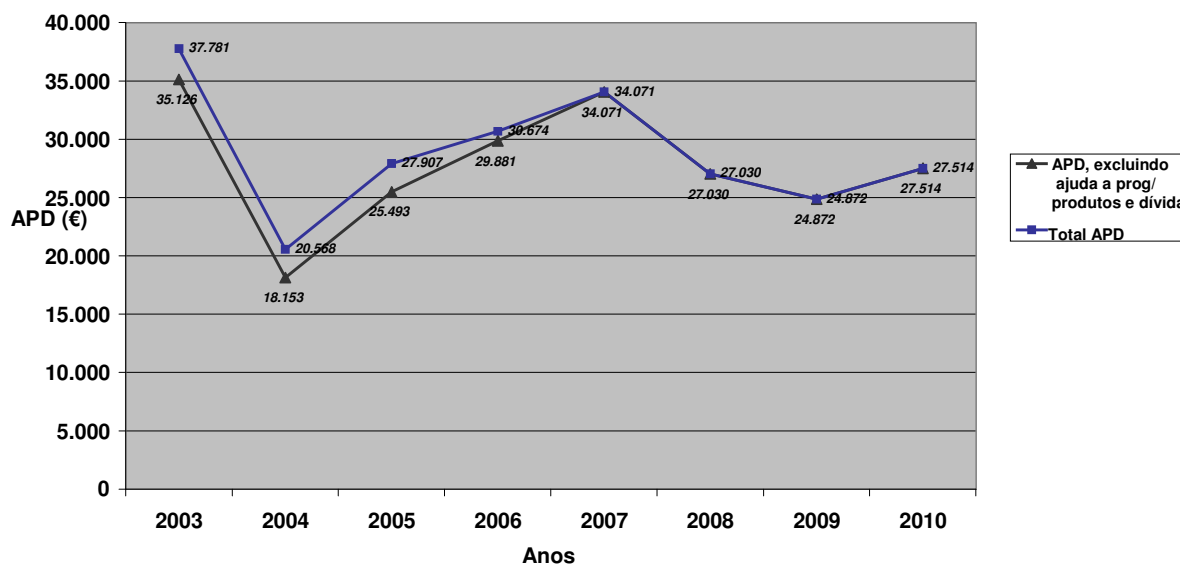
**Eixo 3: Cluster de Cooperação: "Mós Bele"** ("Nós podemos"): Com este Cluster o objectivo é desenvolver intervenções de cooperação integradas, executadas por diferentes entidades dentro de um quadro comum, a fim de aumentar a sustentabilidade, visibilidade e impacto de longo prazo dessas intervenções. O Pólo abrange as áreas geográficas de Ermera e Liquiçá, onde está a ser implementado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural em Timor-Leste (PADRTL)<sup>84</sup>.

Como o PIC 2007-2010 chegou ao fim em 2010, um novo documento de estratégia está em preparação. Espera-se que dê continuidade às intervenções anteriores.

#### 5.6.4 APD a Timor-Leste

Timor-Leste tem sido um dos principais beneficiários da APD Portuguesa. Passado o período de transição de 1999-2002, quando a ajuda Portuguesa alcançou valores anuais da ordem dos 60-80 M€, a APD a Timor-Leste rondou à volta de uma média anual de 30 M€ (Gráfico 5.6.2). Até recentemente, Portugal foi o maior doador, mas agora a Austrália ocupa o primeiro lugar (Quadro 5.6.1).

**Gráfico 5.6.2 APD a Timor-Leste, 2003-2010 (M€)**



Fonte: IPAD

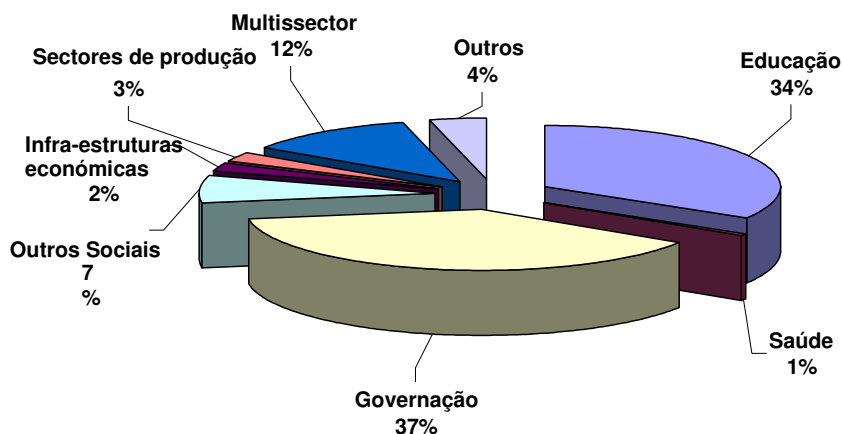
<sup>84</sup> Note-se que o cluster é o primeiro projecto da APD a obter a Certificação do Sistema de Gestão - Certificação de acordo com referência à qualidade NP EN ISO 9001:2008.





O Gráfico 5.6.3 e o Quadro 5.6.2 mostram a distribuição sectorial da ajuda Portuguesa a Timor-Leste. A ajuda a **Infra-estruturas e serviços sociais** foi responsável por uma parte muito importante da APD bilateral – mais de 90% em 2008-2010. No período 2005-2010 a **Educação** representou cerca de um terço da ajuda Portuguesa a Timor-Leste. Esta percentagem foi de cerca de 40% em 2009-2010. A **Governança** é outro sector muito importante, correspondendo a 37%, em média, para 2005-2010, mas atingindo uma proporção de 46% em 2010. A maior parte da APD para a Governança, no entanto, corresponde à contribuição de Portugal para a Missão da ONU em Timor-Leste e para o programa da Justiça do PNUD

**Gráfico 5.6.3\* Timor-Leste: Ajuda bilateral por sectores, 2005-2010**



Fonte: IPAD.

\* Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida.

### 5.6.5 Projectos emblemáticos

Os principais projectos da Cooperação Portuguesa com Timor-Leste incluem intervenções na área do desenvolvimento sustentável e redução da pobreza, bem como o cluster "Mós Bele".

#### *i) Apoio ao desenvolvimento sustentável e à redução da pobreza*

- **Educação:** O principal projecto nesta área visa reforçar o sistema de Educação por meio da **consolidação da língua Portuguesa** como língua oficial de Timor e instrumento fundamental da Educação. Após a independência de Timor-Leste, o



sistema de Educação encontrava-se em grande parte destruído, não só no que diz respeito aos edifícios e equipamentos, mas também porque a maioria dos professores tinha deixado o território. A pedido das autoridades timorenses, Portugal tem vindo a apoiar a reconstrução e reforço do sector da Educação. Cerca de 60 M€ foram atribuídos a este projecto, que incluiu três fases: (i) 2000-2003, quando a língua Portuguesa foi directamente ensinada por professores Portugueses a alunos e professores timorenses; (ii) 2003-2008, quando o ensino era dirigido aos professores timorenses (nomeadamente através da Universidade de Timor-Leste), funcionários públicos, meios de comunicação social e população em geral; (iii) a partir de 2008, com o reforço do ensino a professores, funcionários públicos, meios de comunicação e a população em geral. Esta terceira fase, que irá até o final de 2011, envolve 14,3 M€ e está a ser implementada pelo IPAD, em colaboração com o Ministério da Educação timorense e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (ESE-PP).

- **Apoio ao desenvolvimento sociocomunitário:** os projectos nesta área são financiados pelo Ministério Português do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), que coopera com o Ministério timorense da Solidariedade Social (MSS) e ONG locais. O objectivo principal é a luta contra a pobreza, mas os projectos também envolvem formação profissional e desenvolvimento de capacidades institucionais no MSS timorense. Para 2008-2011, o montante total envolvido é da ordem de 5 M€. As principais áreas de cooperação são:
  1. A cooperação com o MSS timorenses no **desenvolvimento sociocomunitário** (crianças, jovens, idosos, ex-combatentes) e **reforço da capacidade institucional do MSS** (equipamento, formação), num total de 3,1 M€.
  2. A cooperação com a Secretaria de Estado timorense para a Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) em **formação profissional** (criação de um Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional em Tíbar) e **reforço da capacidade institucional no SEFOPE** (equipamentos, assistência técnica em legislação laboral, formação). O projecto relativo ao Centro de Tíbar teve início em 2003. Em 2007-2010, o montante envolvido elevou-se a 2,3 M€. O projecto inclui não só formação profissional, mas também a reabilitação de edifícios do Centro, construção de uma cantina e criação de uma Unidade de Produção Agrícola.
- **Apoio ao Desenvolvimento Rural:** O primeiro programa – o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural de Timor-Leste (PADRTL) – foi definido para o período



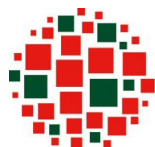
2003-2006, com vista a consolidar e alargar as intervenções anteriores no âmbito da "Missão Agrícola". O programa foi revisto em 2007 e, em Março de 2008, foi objecto de um protocolo para o período 2008-2011. O programa é da responsabilidade conjunta (financiamento, execução, acompanhamento) do IPAD e do Ministério da Agricultura e Pescas de Timor-Leste, incluindo ainda uma parceria com a GTZ alemã e cooperação delegada pela CE (decidida em Novembro de 2010).

### ***ii) O cluster de desenvolvimento "Mós Bele"***

Trata-se de um projecto multi-sectorial que visa o combate à pobreza, a segurança alimentar, o apoio à agricultura e uma melhor gestão dos recursos naturais. Foi definido para o período de Julho de 2008 a Dezembro de 2010, abrangendo o distrito de Liquiçá (Maubara). O projecto foi financiado (1 M€) e executado pelo IPAD. Do lado timorense, os Ministérios das Relações Exteriores e do Turismo, Comércio e Indústria estiveram envolvidos, assim como da Administração Local e outras entidades locais. As iniciativas lançadas pelo projecto incluem:

- Produtos "Mós Bele" (PMB), que estão transformando as actividades de artesanato local num sector dinâmico; estes produtos foram certificados como os primeiros produtos oficiais de Timor-Leste, participando em feiras de artesanato internacional e sendo vendidos numa loja nova, o "Kioske Timor".
- O lançamento de uma Escola de culinária e do Restaurante "Tia Janer" – Maubara, que está a ter um impacto notável sobre os níveis de nutrição e de saúde locais.
- O "Biti Bot- Etno Resort", a primeira Estalagem Turística de Timor-Leste, envolvendo 65 famílias locais.

Em vista do sucesso deste projecto, as autoridades timorenses já anunciaram a sua intenção de o reproduzir em Oecussi com os custos exclusivamente a cargo de Timor-Leste.



**Quadro 5.6.2 – Distribuição sectorial da ajuda a Timor-Leste – 2004-2010 (Milhares € e %)**

<b>Sectores</b>	<b>2004</b>	<b>%</b>	<b>2005</b>	<b>%</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>	<b>2007</b>	<b>%</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>	<b>2010*</b>	<b>%</b>
<i>I Infra-estruturas e serviços sociais</i>	<b>1 3367</b>	<b>73,6</b>	<b>12 680</b>	<b>49,7</b>	<b>20 904</b>	<b>70,0</b>	<b>28 685</b>	<b>84,2</b>	<b>25 269</b>	<b>93,5</b>	<b>22 957</b>	<b>92,3</b>	<b>25 332</b>	<b>92,1</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Educação</b>	5 820	32,1	8 169	32,0	7 925	26,5	10 257	30,1	9 415	34,8	10 052	40,4	10 785	39,2
<b>Governança e sociedade civil</b>	5 818	32,0	966	3,8	10 464	35,0	15 891	46,6	13 765	50,9	10 918	43,9	12 609	45,8
<b>Outras infra-estruturas e serviços sociais</b>	1 499	8,3	2 647	10,4	2 360	7,9	2 077	6,1	1 852	6,9	1 612	6,5	1 677	6,1
<i>II Infra-estruturas Económicas</i>	<b>1 039</b>	<b>5,7</b>	<b>430</b>	<b>1,7</b>	<b>1 518</b>	<b>5,1</b>	<b>957</b>	<b>2,8</b>	<b>133</b>	<b>0,5</b>	<b>325</b>	<b>1,3</b>	<b>326</b>	<b>1,2</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Comunicações</b>	261	1,4	173	0,7	731	2,4	468	1,4	39	0,1	225	0,9	252	0,9
<i>III Sectores de produção</i>	<b>1 105</b>	<b>6,1</b>	<b>1 858</b>	<b>7,3</b>	<b>1 081</b>	<b>3,6</b>	<b>281</b>	<b>0,8</b>	<b>383</b>	<b>1,4</b>	<b>395</b>	<b>1,6</b>	<b>311</b>	<b>1,1</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Agricultura</b>	453	2,5	679	2,7	511	1,7	220	0,6	339	1,3	395	1,6	310	1,1
<i>IV Multisector/transversal</i>	<b>1 390</b>	<b>7,7</b>	<b>8 932</b>	<b>35,0</b>	<b>5 259</b>	<b>17,6</b>	<b>3 836</b>	<b>11,3</b>	<b>281</b>	<b>1,0</b>	<b>707</b>	<b>2,8</b>	<b>528</b>	<b>1,9</b>
<i>VII-X Outros**</i>	<b>1 252</b>	<b>6,9</b>	<b>1 593</b>	<b>6,2</b>	<b>1 119</b>	<b>3,7</b>	<b>312</b>	<b>0,9</b>	<b>964</b>	<b>3,6</b>	<b>488</b>	<b>2,0</b>	<b>1 018</b>	<b>3,7</b>
<b><u>Dos quais:</u></b>														
<b>Custos administrativos</b>	1059	5,8	1 071	4,2	437	1,5	90	0,3	364	1,3	430	1,7	948	3,4
<b>Total**</b>	<b>18 153</b>	<b>100</b>	<b>25 493</b>	<b>100</b>	<b>29 881</b>	<b>100</b>	<b>3 4071</b>	<b>100</b>	<b>27 030</b>	<b>100</b>	<b>24 872</b>	<b>100</b>	<b>27 514</b>	<b>100</b>
<i>V Ajuda a programas e produtos</i>	<b>2 415</b>		<b>2 414</b>		<b>793</b>		-		-		-		-	
<i>VI Operações da dívida</i>	-		-		-		-		-		-		-	
<b>Total geral</b>	<b>20 568</b>		<b>27 907</b>		<b>30 674</b>		<b>34 071</b>		<b>27 030</b>		<b>24 872</b>		<b>27 514</b>	

Fonte: IPAD \* Dados provisórios \*\*Excluindo ajuda a programas/produtos e operações da dívida.



## 6. A Programação nos próximos anos

### 6.1 Novos desafios

Enquanto a *Visão Estratégica 2005* permanece válida no que diz respeito aos seus princípios e prioridades, a Cooperação Portuguesa enfrenta novos desafios que surgiram nos últimos cinco anos e que deverão ser tidos em conta. Estes incluem: a) A crise económica e financeira internacional, que pode pôr em causa o progresso relativamente aos ODM; b) As questões relacionadas com as alterações climáticas, que exigem medidas de adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento, particularmente quanto aos mais vulneráveis; c) A nova arquitectura da ajuda, incluindo o G20, a reforma das Nações Unidas e o papel crescente das economias emergentes como novos actores da cooperação.

Relativamente à **crise económica e financeira**, Portugal acredita que a mobilização de recursos financeiros, nacionais e/ou externos, tradicionais e/ou inovadoras, continua a ser essencial. Apesar de manter seus compromissos quanto à APD e de continuar envolvido na agenda internacional relativa a mais e melhor ajuda, Portugal apoia a agenda do desenvolvimento do G20, aprovada na reunião de Seul de Novembro de 2010, bem como o trabalho em curso sobre fontes inovadoras de financiamento, incluindo a criação de uma nova taxa sobre transacções financeiras destinada ao desenvolvimento.

No que diz respeito à luta contra as **alterações climáticas**, Portugal está fortemente envolvido no esforço global relativo a energias renováveis e acredita que as estratégias de desenvolvimento de baixo carbono, bem como o crescimento sustentável, contribuirão significativamente para a concretização dos ODM. Para esse fim, Portugal está empenhado em contribuir para a implementação de medidas de adaptação e mitigação, nomeadamente nos SIDS, PMA e África, no âmbito da Iniciativa *Fast Start* prevista no Acordo de Copenhaga de 2009. Esta Iniciativa prevê um financiamento para 2010-2012 da ordem dos 30 mil milhões de dólares para acções de adaptação e mitigação nos países em desenvolvimento, cifrando-se a contribuição de Portugal em 36 milhões €.

Finalmente, sobre o **papel das economias emergentes e novos actores da cooperação**: devido à sua própria experiência histórica, Portugal está particularmente bem posicionado para compreender o espírito de solidariedade que deve nortear a cooperação com os países em desenvolvimento e está pronto para encetar um diálogo construtivo com os novos actores da cooperação, incluindo sobre as possibilidades de cooperação triangular.

## 6.2 Os novos PIC

A maioria das PIC que têm enquadrado a ajuda bilateral Portuguesa nos últimos 3-5 anos chegou ao seu termo. Actualmente, estão em preparação novos PIC para Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste. Estes têm em conta os resultados das avaliações dos PIC anteriores e as recomendações dos exames dos pares conduzidos pela OCDE/CAD em 2006 e 2010. Os novos PIC cobrem o período 2011-2013, excepto para Moçambique onde cobre o período 2011-2014. Esses prazos estão alinhados com as estratégias nacionais de redução da pobreza e/ou programas similares nos países parceiros. Relativamente aos programas anteriores, mantêm-se os principais eixos para a Cooperação Portuguesa, a saber:

### **Eixo I: Boa Governação, Participação e Democracia**

Área de Intervenção I – Governo e Sociedade Civil

Área de Intervenção II – Segurança e Desenvolvimento

### **Eixo II: Desenvolvimento Sustentável e Redução da Pobreza**

Área de Intervenção I – Educação

Área de Intervenção II – Saúde

Área de Intervenção III – Infra-estrutura e Serviços Sociais

Ajuda a Programas e Produtos

### **Cluster**

A novidade dos novos PIC é que existe a intenção de reforçar as questões transversais, em particular a luta contra as alterações climáticas através de acções a desenvolver no âmbito da "Iniciativa *Fast Start*". Essas acções serão direccionadas para adaptação, mitigação (incluindo através da redução de emissões e energias renováveis), a transferência de tecnologias e desenvolvimento da capacidade institucional. Uma atenção particular será dada ao apoio às energias renováveis, um sector onde Portugal tem experiência e pode apresentar um valor acrescentado. Para os novos PIC há também a intenção de lidar com as questões de género de uma forma mais sistemática.

Embora estes eixos reflectam globalmente áreas onde a Cooperação Portuguesa tem uma vantagem comparativa em relação a outros doadores, o "mix" de áreas de intervenção específicas varia de país para país, consoante as necessidades e solicitações dos países parceiros.



No novo PIC de **Angola**, a prioridade no Eixo I é dada aos programas e projectos que apoiam a Administração Pública, nomeadamente as Finanças Públicas, a Justiça e o sector da Segurança (Cooperação Técnico-Militar e Técnico-Policial). No Eixo II, as áreas prioritárias são a Educação (nível secundário - projecto "Saber Mais" - e ensino superior), Saúde (desenvolvimento de capacidades no sector da saúde e apoio a um centro de pesquisa) e Outras Infra-Estruturas e Serviços Sociais, em particular no sector da cultura. As alterações climáticas e as questões do Género também serão abordadas como temas transversais. Com vista a promover a apropriação, liderança e responsabilidade mútua no processo de desenvolvimento, está previsto o co-financiamento de projectos pelos Governos de Portugal e Angola.

O PIC 2011-2013 para a **Guiné-Bissau** tem em conta as prioridades definidas na estratégia de redução da pobreza guineense DENARP e na Estratégia Nacional de Segurança e Desenvolvimento, incluindo o reforço do Estado de Direito. No Eixo I estão incluídas as seguintes intervenções: apoio às Finanças Públicas e aos processos eleitorais (legislação, material), apoio à reforma do sector da Segurança, incluindo a Justiça e a cooperação Técnico-Policial e Técnico-Militar. No Eixo II existem três áreas de intervenção: Educação e Investigação, com apoio a diferentes níveis de educação, bolsas de estudo para ensino superior e um curso de Administração Pública na Universidade de Bissau; Saúde, com apoio às estruturas de Saúde, participação no projecto de cuidados obstétricos e neo-natais do Fundo da População das Nações Unidas e o apoio ao Hospital Nacional Simão Mendes em Bissau; Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais, incluindo o apoio ao desenvolvimento rural.

O PIC 2011-2014 para **Moçambique**, cujo calendário está alinhado com as estratégias de redução da pobreza do país, prevê intervenções a dois níveis: (i) apoio bilateral através de programas multilaterais, como o programa de apoio orçamental, o Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE) e do Fundo Comum para a Estatística; (ii) cooperação bilateral, através de programas e projectos centrados em torno de dois eixos: Eixo I – Governança, com uma atenção particular às Finanças Públicas, Justiça e Segurança; Eixo II – Redução da pobreza, com intervenções nas áreas da Educação, luta contra as alterações climáticas e apoio à gestão de recursos naturais. Intervenções no Cluster da Ilha de Moçambique e da costa continental do Lumbo deverão ser mantidas. Outras áreas geográficas prioritárias são as áreas de Maputo, Sofala, Nampula e Cabo Delgado. À igualdade de género será dada uma atenção especial. Há também a intenção de disponibilizar linhas de crédito concessionais para importações de bens de capital.



O novo PIC para **Timor-Leste** foi co-assinado por ambos os Governos em Novembro de 2010. No Eixo I incluem-se: (i) Apoio à Governação e à sociedade civil, nomeadamente através do projecto de consolidação do Português como língua oficial, a cooperação técnica em Finanças Públicas e o apoio aos processos eleitorais, nomeadamente para o STAE - Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (ii) Apoio ao sistema de Segurança, incluindo o sector da Defesa (cooperação Técnico-Militar), da Administração Interna (cooperação Técnico-Policial, incluindo o controle das fronteiras, Corpo de Bombeiros e Protecção Civil) e a Justiça. No que diz respeito à Justiça, três canais serão usados: a cooperação através do programa do PNUD para o Sector da Justiça; cooperação bilateral, incluindo o reforço das capacidades do Ministério da Justiça, Polícia Judiciária, Conservatórias de Registo e Oficiais de Justiça<sup>85</sup>; cooperação trilateral, com a CE, para um programa de acção anual, que inclui a criação de um Tribunal de Contas e apoio à Polícia Judiciária.

O Eixo II inclui: (i) Educação (cooperação técnica com o Ministério da Educação, apoio à Escola Portuguesa de Díli - EPD, formação de professores, apoio à Universidade Nacional de Timor-Leste - UNTL<sup>86</sup>), (ii) Outras Infra-estruturas e Serviços Sociais (Protecção Social, Desenvolvimento sociocomunitário, Serviços de Emprego e Formação Profissional) e Cultura, (iii) Média e Comunicação (apoio à rádio e TV, incluindo o desenvolvimento de capacidades para jornalistas<sup>87</sup>), (iv) Intervenções multissetoriais/transversal (apoio bilateral ao desenvolvimento rural, bem como à gestão do projecto comunitário "Desenvolvimento Rural IV" - cooperação delegada), (v) Outras intervenções (apoio às ONG e à luta contra as alterações climáticas, nomeadamente a redução das emissões por desflorestação). A Cooperação Portuguesa continuará a apoiar o cluster "Mós Bele". Há também a intenção de proporcionar uma linha de crédito concessional no valor de 100 M€ para projectos de investimento. Este montante pode ser ampliado, se tal se justificar, podendo chegar a 500 M€.

IPAD, Junho de 2011

---

<sup>85</sup> Este apoio será dado em função do Plano Estratégico de Timor-Leste para o Sector da Justiça, 2011-2030.

<sup>86</sup> Este apoio será dado em função do Plano Estratégico de Timor-Leste para o Sector da Educação, 2011-2030.

<sup>87</sup> Incluindo cooperação trilateral com o Brasil e com a CPLP.